



# RELATÓRIO DE GESTÃO

2020 • 2022



---

# RELATÓRIO DE GESTÃO

2 0 2 0 • 2 0 2 2

São Luís, Maranhão  
2022





---

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO  
TRIBUNAL PLENO

Des. LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA  
Presidente

Des. VICENTE DE PAULA GOMES DE CASTRO  
Vice-Presidente

Des. PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA  
Corregedor-Geral de Justiça

Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAÚJO  
Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF  
Des. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO  
Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR  
Des. CLEONES CARVALHO CUNHA  
Des<sup>a</sup>. NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA  
Des. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS  
Des. MARCELO CARVALHO SILVA  
Des<sup>a</sup>. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES  
Des. JOSÉ DE RIBAMAR FRÓZ SOBRINHO  
Des. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA  
Des. KLEBER COSTA CARVALHO  
Des. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA  
Des. RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE  
Des. MARCELINO CHAVES EVERTON  
Des<sup>a</sup>. ÂNGELA MARIA MORAES SALAZAR  
Des. JOSÉ DE RIBAMAR CASTRO  
Des. TYRONE JOSÉ SILVA  
Des. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO  
Des. JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS  
Des. JOSEMAR LOPES SANTOS  
Des. JOSÉ GONÇALO DE SOUSA FILHO  
Des. ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO  
Desa. MARIA FRANCISCA GUALBERTO DE GALIZA  
Des. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM  
Des. FRANCISCO RONALDO MACIEL OLIVEIRA  
Des. RAIMUNDO MORAES BOGÉA  
Desa. SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO



S T J

## **Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ)**

Coordenadoria de Administração da Corregedoria Geral da Justiça (CAC)

Divisão de Transporte da Corregedoria Geral da Justiça (DTC)

Diretoria da Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça (DSCGJ)

Divisão de Gestão e Controle Documental da Corregedoria Geral da Justiça (DGCD)

## **Escola superior da Magistratura (ESMAM)**

Secretaria-Geral da Escola Superior da Magistratura (SG-ESMAM)

## **Diretoria do Fórum do Termo Judiciário de São Luís (Fórum Des. Sarney Costa (DFRSL))**

Divisão de Arquivo do Fórum Des. Sarney Costa (AGC)

Divisão Médica e Odontológica do Fórum São Luís (DMEOGFRSL)

Divisão de Serviços Gerais do Fórum de São Luís (DSGFRSL)

Divisão do Laboratório de Biologia Molecular do Fórum de São Luís (DLRBMFRSL)

## **Diretoria do Fórum do Termo Judiciário de Raposa (FRDIMÁR)**

## **Diretoria do Fórum do Termo Judiciário de Paço do Lumiar (DFCPL)**

## **Diretoria do Fórum do Termo Judiciário de São José de Ribamar (DFSJR)**

## **Diretoria do Fórum da Comarca de Imperatriz (DFRCI)**

## **Escola superior da Magistratura (ESMAM)**

Secretaria-Geral da Escola Superior da Magistratura (SG-ESMAM)

## **Diretoria Administrativa (DA)**

Coordenadoria de Apoio Administrativo (CAA)

Coordenadoria de Licitação e Contratos (CLCONT)

Coordenadoria de Material e Patrimônio (CMEP)

Divisão de Administração de Material (DAM)

Divisão de Administração Patrimonial (DAP)

Divisão de Transportes (DIVTRANS)

## **Diretoria de Engenharia (DENG)**

Coordenadoria de Engenharia, Obras e Serviços (CEOES)

## **Diretoria Financeira (DF)**

Divisão de Análise e Faturas (DAF)

## **Diretoria de Informática e Automação (DIA)**

Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos (CME)

Coordenadoria de Infraestrutura e Telecomunicações (COEMEAR)

Divisão de Serviços de TI (DSETI)

## **Diretoria de Recursos Humanos (DRH)**

Coordenadoria de Serviço Médico, Odontológico e Psicossocial (CSMOP)

Divisão Médica (DM)

Divisão Odontológica (DO)

Divisão Psicossocial (DP)

## **Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar (DSI)**



Coordenadoria de Segurança Institucional (CSINST)

Divisão de Proteção ao Magistrado (DIVSEGUR)

**Assessoria de Comunicação da Presidência (ASSCOM)**

**Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização (AGEM)**

Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos (DADE)

**Coordenadoria de Arquivo e Gestão Documental (CAG)**

**Comitê de Diversidade (COMDIV)**

**Coordenadoria Especial da Infância e Juventude (CCM)**

Casa da Criança

**Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ)**

**Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER)**

Casa Abrigo

**Núcleo Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência (NPAIPCD)**





## Palavra DO PRESIDENTE

Um relatório de gestão é geralmente visto como algo enfadonho e eminentemente técnico. Ocorre que se trata de um instrumento necessário para ficar registrado na história do Tribunal o que foi feito em determinado período de uma administração. E, neste caso, serve também para conhecimento da evolução e do aperfeiçoamento do Poder Judiciário, no período de maio de 2020 a março de 2022.

Este relatório representa o êxito da obstinação que vence qualquer obstáculo. Realizei todas as metas e muito mais, não obstante a incidência da Covid-19. A fixação de metas é como um plano de voo ou o registro de bordo de um navio que, ao sair do porto, traçou uma rota. É a precisão de navegar, com bússola, quadrante e carta náutica, no tempo em que não havia computador.

Desde o início preocupei-me com a aquisição de conhecimentos para uma gestão que conseguisse dar um salto dialético para as inovações que surgem a cada instante. Para tanto, investi o máximo na tecnologia de informação, renovando nossos equipamentos e buscando uma instalação digna da sua relevância. Criei, ainda, nessa agenda, o Laboratório de Inovação – o Toada Lab –

que está se afirmando como veículo de inteligência artificial a serviço das unidades jurisdicionais de todo o estado.

O meio ambiente, o apoio às diversidades e às divisas identitárias foram metas às quais dei todo apoio para mantermos o Tribunal aliado à Agenda 2030 e à efetivação dos direitos humanos.

Para garantir a modernização do setor administrativo, contratei a Falconi, empresa reconhecida nacionalmente, para implantação de compliance, racionalização das práticas de serviços internos, saúde financeira, recursos humanos e gestão de risco. O resultado foi positivo em todos os aspectos, o que foi refletido na conquista do Selo Prata, conferido pelo CNJ.

Na leitura deste relatório será possível aferir toda a dinâmica da minha administração e o alcance dos projetos que me propus a realizar.

Creio que cheguei ao fim da minha gestão convicto de que fiz tudo o que pude fazer, mesmo com as limitações da pandemia.

São Luís, abril de 2022.

**Lourival de Jesus Serejo Sousa**

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão







# S U M Á R I O

## DIRETORIAS

Administrativa	18
Engenharia	28
Auditoria Interna	38
Geral	44
Financeira	46
Recursos Humanos	58
Judiciária	66
Informática	74
Segurança Institucional	82

---

Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão ESMAM	88
--	----

---

## COORDENADORIAS

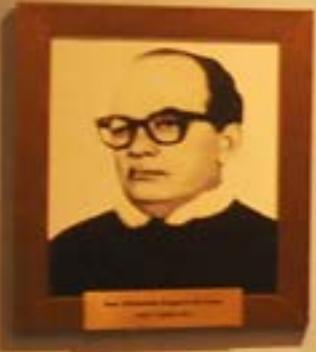
Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar	94
Infância e Juventude	104
Biblioteca e Jurisprudência	116
Arquivo e Gestão Documental	122
Gestão Socioambiental	138

## NÚCLEOS

Monitoramento Carcerário	156
Combate à Desinformação NUCODE	168
Gerenciamento de Precedentes NUGEPNAC	172
Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência	176
Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos NUPEMEC	186

---

Comitê de diversidade	192
Assessoria jurídica	198
Laboratório de Inovação TOADAlab	202
Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário FERJ	210
Cerimônia	222



# GALERIA DOS PRESIDENTES





Diretoria  
Administrativa

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Total de licitações	172
Pregões Eletrônicos homologados	153
Concorrências homologadas	06
Atas de Registro de Preços elaboradas	226
Credenciamento	01
Pregao Presencial	01
Licitações sustentáveis	21
Relatórios ao TCE-MA (SACOP)	182

**VALORES ADJUDICADOS X VALORES ESTIMADOS**

	Estimado	Adjudicado	Economia
Pregões, Concorrência e Credenciamento	R\$ 274.812.370,00	R\$ 193.658.001,47	R\$ 80.671.901,13

DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

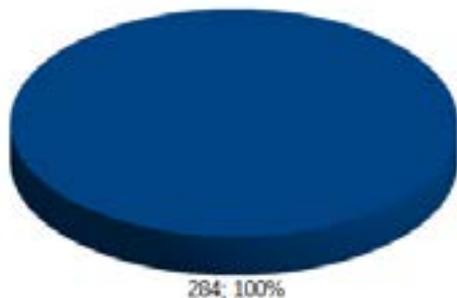
<b>ATIVIDADE REALIZADA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Contratações oriundas de pregões ou de adesão SRP (Contratos)	340
Contratações oriundas Pregão Eletrônico, Dispensa e Inexigibilidade (Notas de Empenho)	351
Termos Aditivos a contratos vigentes e outros termos administrativos	255
Contratações por Dispensa de licitação (Contratos)	58
Contratações oriundas de inexigibilidade (Contratos)	35
Cessão de uso, termo de Cooperação técnica e convênios	105
Termos de Apostilamento	140
Total	1284



**TJMA trabalha na implantação da habilitação social nas contratações de serviços terceirizados**

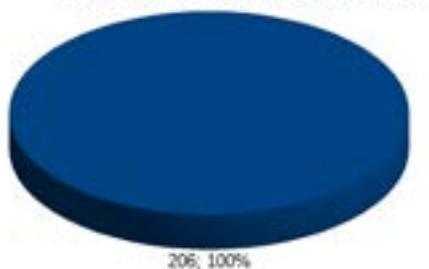
## TOTAL DE PROCESSOS

2020



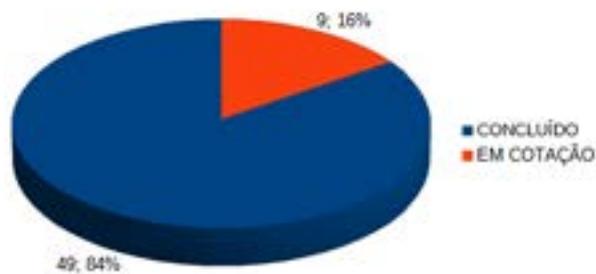
Quantitativo de processo alvo de pesquisa de preços, totalizando em 284 processos 2020.

2021



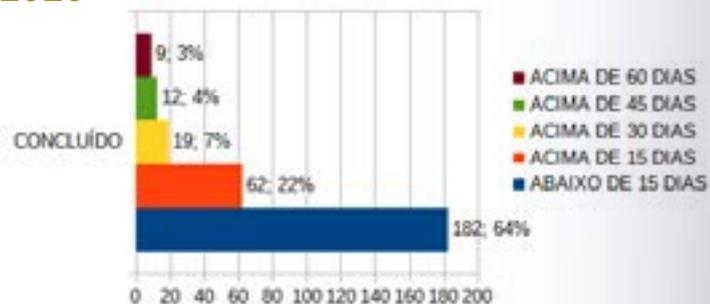
Quantitativo de processo alvo de pesquisa de preços, totalizando em 206 processos 2021.

2022



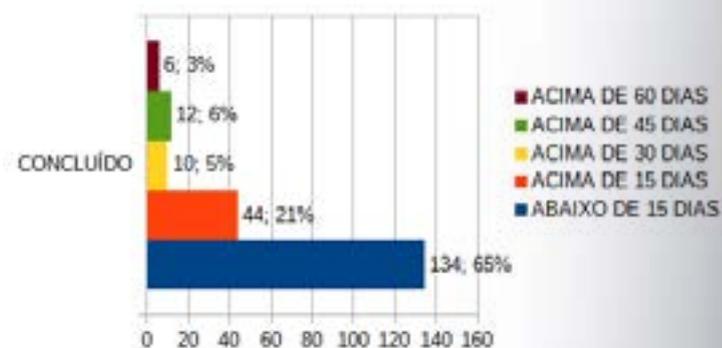
## ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DE METAS

2020



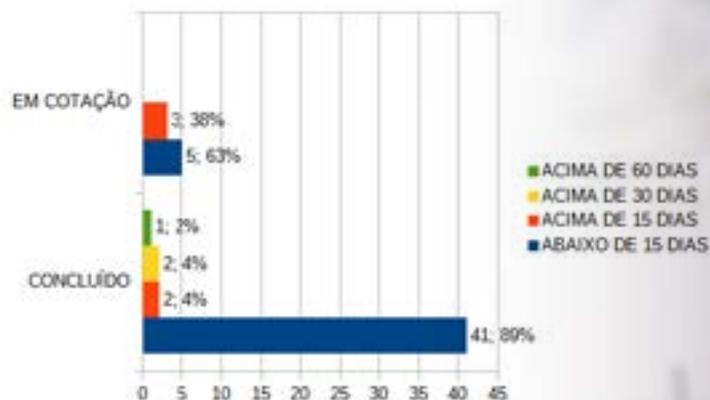
Quantitativo de processo realizado dentro período estabelecido para a pesquisa de preço em 2020.

2021



Quantitativo de processo realizado dentro período estabelecido para a pesquisa de preço em 2021.

2022



Quantitativo de processo realizado dentro período estabelecido para a pesquisa de preço em 2022.



## CONTRATOS SOB A FISCALIZAÇÃO DA COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO VIGÊNCIA 2022

ORD.	CONTRATO
1	Contrato: 53/2021 (R\$ 194.040,00) - FORNECEDOR: MALHARIA MILAGRE EIRELI (CNPJ N° 23.647.616/0001-54); OBJETO: Camisas básicas e camisas polo; Vigência 13/05/2021 a 13/05/2022.
2	Contrato: 128/2021 (R\$ 35.760,00) - FORNECEDOR: MALHARIA MILAGRE EIRELI (CNPJ N° 23.647.616/0001-54); OBJETO: Camisas básicas e camisas polo; Vigência 29/11/2021 a 29/11/2022.
3	Contrato: 129/2021 (R\$ 294.612,50) - FORNECEDOR: NOVA INDUSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP (NOVAGRAF) - CNPJ: 86.863.412/0001-70; OBJETO: Lote 03; Jornais, Livros e Livretos e Lote 04: impressos variados; Vigência: 01/12/2021 a 01/12/2022
4	Contrato: 18_I/2021 (R\$ 17.400,00) - FORNECEDOR: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA. (CNPJ N° 07.797.967/0001-95); OBJETO: Assinatura da ferramenta Banco de Preços; Vigência: 17/11/2021 a 17/11/2022
5	Contrato: 131/2021 (R\$ 150.325,50) - FORNECEDOR: ERIC GUIMARÃES ARAÚJO-MA (CNPJ N° 17.668.873/0001-70); OBJETO: Banners, painéis, cartazes, outdoor e flyer; Vigência: 13/12/2021 a 13/12/2022
6	Contrato: 010_J/2021 (R\$ 11.900,00) - FORNECEDOR: VIDA ALCALINA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA. (CNPJ: 28.675.027/0001-01); OBJETO: Aquisição de filtros de água alcalina; Vigência: 14/06/2021 a 14/06/2022
7	Contrato: 0002/2022 (R\$ 198.300,00) - FORNECEDOR: NOVA INDUSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP (NOVAGRAF) - CNPJ: 86.863.412/0001-70; OBJETO: Lote 01: Letras em caixa alta e Lote 04: Barreiras em acrílico; Vigência: 02/02/2022 a 02/02/2023
8	Contrato: 0013/2022 (R\$ 17.790,00) - FORNECEDOR: RAIMUNDO SAMPAIO SERVIÇOS - ME (CNPJ N° 05.388.788/0001-79); OBJETO: Lote 03: Placas de segurança; Vigência: 24/02/2022 a 24/02/2023.
9	Contrato: 0012/2022 (R\$ 29.850,00) - FORNECEDOR: RRD COMÉRCIO E SERVIÇO DE TAPEÇARIA E EQUIPAMENTOS (CNPJ n° 32.236.322/0001-20); OBJETO: Lote 05: Tapetes personalizados; Vigência: 21/02/2022 a 21/02/2023
10	Contrato: 004/2022 (R\$ 76.928,00) - FORNECEDOR: CATARINA FERREIRA DE SOUSA (CNPJ N° 04.931.991/0001-87); OBJETO: Lote 01: Carimbos e Lote 02: Serviço de Chaveiro; Vigência: 21/02/2022 a 21/02/2023
11	Contrato: 010/2022 (R\$ 98.327,50) - FORNECEDOR: D'COLAR GRÁFICA E ETIQUETAS EIRELLI (CNPJ N° 16.640.717/0001-38); OBJETO: Lote 02: Placas personalizadas; Vigência: 14/02/2022 a 14/02/2023

### DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

#### PROJETOS DESENVOLVIDOS SELO VERDE

A certificação Selo Verde foi criada com o intuito de estimular o uso racional dos materiais de con-

sumo, sugere-se a adoção de uma certificação aos setores que contribuirão de forma significativa para a manutenção da sustentabilidade no Tribunal de Justiça do Maranhão.

No primeiro ano de projeto, 2020, obteve-se uma redução geral no consumo de papel A4 de 41,59% em comparação ao ano de 2019.

No ano de 2021, além de meta para redução do uso de papel A4, foi acrescentado objetivo de diminuição do consumo geral das unidades do Poder Judiciário. Como resultados, obteve-se a queda de 8,8% no uso de papel A4 e de 12,73% para o consumo geral das unidades, em comparação ao ano de 2020. Para o ano de 2022 está em aprovação a proposta de manutenção de redução do consumo geral das unidades, com o estabelecimento de índices personalizados de diminuição do consumo.

### COTAS DE PAPEL A4

Projeto para adequar o Poder Judiciário do Maranhão às exigências de sustentabilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como ao novo Plano de Logística Sustentável – PLS 2021-2026. Projeto consiste no estabelecimento de um teto máximo de uso de papel A4, com cotas pré-definidas para cada uma das unidades deste órgão. O planejamento desenvolvido define reduzir o índice de uso de resmas per capita de 3,8 para 2,9 no ano de 2022 e foi estabelecido pelas PORTARIA-CONJUNTA – 52022 e PORTARIA-CONJUNTA – 72022.

### C. LOGÍSTICA TOTAL – ROTAS INTELIGENTES

O projeto consiste na programação de entregas dos materiais de consumo, através da utilização

dos veículos próprios do Tribunal de Justiça do Maranhão, buscando melhorar a qualidade de atendimento de materiais de consumo às unidades jurisdicionais e administrativas das comarcas do interior do estado do Maranhão, bem como visando reduzir os altos custos com remessas de itens pelos Correios, foi implantado o projeto de Logística Total – Rotas Inteligentes.

No período de 25/04/2020 até 04/03/2022, foram realizadas 88 viagens de entrega de material de consumo, totalizando 21.367 volumes entregues. A execução da rotina já proporcionou uma economia líquida R\$ 253.647,42, durante o referido período (materiais que deixaram de ser despachados pelos correios);

Importante destacar que, além dos dados listados acima, o projeto proporcionou o auxílio de diversas outras demandas do Judiciário, transportando volumes extras de materiais de outros setores, como bens permanentes, equipamentos de informática, camisas, crachás, entre outros. Esse serviço de apoio às demais unidades, evitou a necessidade de realização de viagens extras de outros setores e de despesas com o serviço de correio.

### IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MATERIALES

Em 01/07/2021, entrou em operação o novo sistema informatizado de gestão de materiais, o Ma-

PERÍODO	VOLUMES TRANSPORTADOS	TOTAL DE VIAGENS	VALOR ECONOMIZADO COM CORREIOS
25/04 A 31/12/2020	10313	34	R\$ 140.015,38
01/01 A 31/12/2021	11054	46	R\$ 90.473,72
01/01 A 04/03/2022	2283	8	R\$ 23.158,32
<b>TOTAL</b>	<b>23650</b>	<b>88</b>	<b>R\$ 253.647,42</b>



Selo verde



Entrega simbólica do Selo Verde para a 3ª Vara Criminal de São Luís

teriales. Com o advento do sistema, conseguiu-se implantar novas funcionalidades que permitem uma melhor gestão dos materiais de consumo deste Poder Judiciário.

Entre as principais novidades, foram criadas ferramentas de gerenciamento de empenhos, de terceirizados, de rotas, de restrições de consumo, melhoria da ferramenta de inventário, criação de novos relatórios de gestão, que possibilitaram o acompanhamento das metas do Selo Verde de forma automatizada, além do acesso a outros dados.

Cumpra frisar que o sistema Materiales ainda passa por ajustes e melhorias constantes, buscando customizá-lo para um modelo de operação que possa otimizar as rotinas de gerenciamento dos materiais de consumo, alinhando-as à política de consumo sustentável definida pelo Plano de Logística Sustentável desta Egrégia Corte, contribuindo para a melhoria da posição deste Tribunal de Justiça na premiação do Conselho Nacional de Justiça.

### METAS GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA - GPJ

A unidade alcançou todas as metas estabelecidas, conforme exposto na tabela abaixo:

	DESCRIÇÃO	ESPERADO	REALIZADO
<b>META 01</b>	Atender 98% das solicitações de material de consumo em até 02 dias úteis dentro da ilha de São de Luís	98%	99%
<b>META 02</b>	Atender 97% das solicitações de material de consumo em até 05 dias úteis fora da ilha de São Luís	97%	100%
<b>META 03</b>	Garantir que 85% dos itens prioritários de material de consumo não atinja quantidade inferior ao estoque mínimo estabelecido, por mais de 10 (dez) dias durante o mês durante o período de apuração.	85%	97,22%

## **PROJETOS IMPLANTADOS OU EM DESENVOLVIMENTO**

### **Cadastro de bens patrimoniais imóveis (Processos cadastrados no Sentinela/Digidoc com o assunto “Documentação de bens imóveis”)**

Foram abertos 137 (cento e trinta e sete) processos relativos a bens imóveis das Comarcas do interior do Estado e 21 (vinte e um) processos relativos a bens imóveis da Capital.

Incorporação das obras de arte ao patrimônio do Tribunal de Justiça.

Foi realizada a catalogação das obras de arte pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Em síntese, os membros da Comissão de Inventário de Bens Móveis realizaram visitas nos setores, mediante agendamento. As obras de arte encontradas receberam uma numeração/tombamento para fins de controle. Foram localizadas e devidamente identificadas 70 (setenta) obras de arte distribuídas no Fórum da Capital, nos gabinetes e áreas comuns, tais como, entrada principal do prédio sede, salão nobre, pleninho, pleno e antigo auditório.

### ***Inventário patrimonial de bens móveis***

#### **ATUALIZAÇÃO DE NORMATIVO**

Portaria-GP-789/2021 – Dispõe sobre a devolução, baixa patrimonial, relativos a bens móveis, e alienação, na modalidade doação patrimonial de bens móveis reaproveitáveis, no âmbito do Poder Judiciário.

#### **DOAÇÃO DE BENS REAPROVEITÁVEIS**

Foram realizadas 84 (oitenta e quatro) doações

de bens reaproveitáveis a instituições ou entidades sem fins lucrativos, recorde de todas as gestões, totalizando 1505 (mil quinhentos e cinco) bens doados. Cerca de 6.000 (seis mil) pessoas foram beneficiadas através dessas doações, sendo que este número passou a ser contabilizado a partir de agosto/21, a pedido do Núcleo Socioambiental, ou seja, durante toda a gestão tivemos muito mais pessoas beneficiadas.

#### **DIVISÃO DE TRANSPORTES**

Em se tratando de contratos, a Divisão Transportes tem o Contrato de Gestão de Manutenção de veículos CTPS nº. 0065/2021, Contrato de Gestão de Abastecimento de veículos CTPS nº 0064/2021, o Contrato de Terceirização de Motoristas CTPS nº. 141/2019, o Contrato de Locação Mensal e Eventual de Veículos CTPS nº. 23/2018 e o Contrato de Fornecimento de Passagem de Ferry Boat CTPS nº 036/2019. Todos estes contratos se encontram em regular vigência.

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão conta atualmente com uma frota de 165 veículos, que são distribuídos nos diversos setores da Justiça de 1º e 2º graus. Todos os processos de licenciamento de veículos, manutenção e abastecimento da frota são por ela geridos.

#### **PROCESSOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Visando a melhoria no atendimento, bem como proporcionar economicidade à Administração Pública, a Divisão de Transportes iniciou processo para a aquisição de veículos de serviço, bem como o procedimento para contratação de mão de obra terceirizada de motoristas.

### **TROCA DA FROTA DE VEÍCULOS INSTITUCIONAIS**

Cumprindo a política de modernização e renovação da frota do Poder Judiciário, a Divisão de Transportes elaborou procedimento para aquisição de veículos Institucionais, processo nº. 49544/2019, que já estão à disposição dos gabinetes dos desembargadores da corte judiciária maranhense.

### **LEILÃO DE VEÍCULOS**

Foi realizado Leilão de veículos inservíveis desta Corte, LEILÃO TJMA – 2021, Processo nº 19121/2020. O total de veículos deste leilão foi

de 70 (setenta) veículos arrematados com uma arrecadação de R\$ 1.782.722,66 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil, setecentos e vinte e dois reais e sessenta e seis centavos). Prestação de contas finalizada e homologada pela Presidência.

### **ESTUDOS TÉCNICOS EM LOGÍSTICA DE TRANSPORTES**

A Divisão de Transportes do TJMA elaborou estudos técnicos para comparar diversos sistemas de transportes, tendo em vista, uma maior diminuição de gastos públicos e implementação de políticas de sustentabilidade.



Diretoria  
Engenharia



**Construção do Salão do Júri do Fórum da Comarca de Cururupu e Reforma do atual Fórum Desembargador José Pires Sexto.**

O novo Salão do Júri do Fórum da Comarca de Cururupu – MA possui área construída igual à 188,33 m<sup>2</sup>, é constituído por hall de entrada, banheiros adaptados para PCD, sala para testemunha de acusação, sala para testemunha de defesa, sala secreta, sala do réu, banheiros privativos e plateia com capacidade para 42 (quarenta e dois) lugares.

O imóvel foi constituído ao lado do atual Fórum, situado na Rua Hercolana Vieira, s/nº, Centro, Cururupu-MA.

Nas dependências do atual fórum foram realizados os serviços de reforma das instalações, incluindo, troca do piso cerâmico, troca de revestimentos, adaptação dos banheiros para PCD (pessoas com deficiência), pintura geral, revisão da cobertura, revisão das instalações elétricas, entre outros.

**A reforma do prédio onde funciona o Fórum da Comarca de Cururupu, possui área construída igual à 356,14 m<sup>2</sup>, edificação térrea, própria, constituído por 01 (uma) vara e recebeu significativa reforma em suas instalações.**

**Reforma geral do Almojarifado do Tribunal de Justiça do TJMA (Anexo V – Alemanha).**

Melhorias nas instalações gerais do Prédio onde funciona a Coordenadoria de Material e Patrimônio, Coordenadoria de Acervos Históricos, Divisão de Transporte, Depósito de Material Odontológico e Médico, Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos de Informática, entre outros;



**Aquisição e instalação de 02 (dois) geradores elétricos cabinados (carenados) e super silenciados (600 kva e outro de 240 kva), incluindo mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários, os quais atenderão a demanda do prédio sede e anexos do Tribunal de Justiça.**

Aquisição e instalação de 02 (dois) geradores sendo: um de 600KVA para a subestação do Prédio Sede e Anexo I e outro de 240KVA para subestação dos anexos II, III e IV, com a finalidade de evitar maiores transtornos aos magistrados, servidores e usuários, mantendo ininterrupto o funcionamento da energia elétrica.

Os equipamentos adquiridos possuem recursos tecnológicos atuais em vários aspectos físicos de modo a aumentar os níveis de segurança aos usuários, baixo nível de ruído, melhor desempenho funcional, entre outros.

**PRINCIPAIS PROCESSOS E AÇÕES EM EXECUÇÃO INICIADAS EM 2020/2021**

**Manutenção**

Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de engenharia civil sob demanda, para atender as necessidades de serviços continuados de manutenção predial, corretiva, incluindo, reparos, alterações físicas, recuperação e consertos das instalações, adaptações/adequações decorrentes de alterações de layouts, com fornecimento de mão de obra e material, nas edificações utilizadas pelo Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Objetivando sistematizar as ações e providências a serem tomadas para o planejamento, a execu-



ção, a fiscalização e o controle dos serviços a serem realizados, o Projeto Básico dividiu o Estado do Maranhão em 7 (sete) polos regionais, correspondentes aos lotes licitados, conforme descrição a seguir: São Luís I – Prédio sede, São Luís II – FDSC, Polo Regional de Imperatriz, Polo Regional de Caxias, Polo Regional de Chapadinha, Polo Regional de Pinheiro e Polo Regional de Santa Inês. Em linhas gerais a área de abrangência de cada polo é composta por cerca de 23 (vinte e três) Comarcas/unidade predial – situação dos lotes pertencentes ao Interior. Na Capital, em virtude do significativo número de prédios em toda Ilha de São Luís, dividiu-se em 02 (dois) polos a saber: Prédio Sede do Tribunal de Justiça e Fórum Des. Sarney Costa. A Concorrência nº 02/2018, deu origem aos Contratos de Prestação de Serviços de natureza continuada, abaixo relacionados:

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18.191/2018**  
**SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL EM TODO ESTADO**

LOTE	ABRANGÊNCIA	EMPRESA VENCEDORA	Nº CONTRATO	VALOR CONTRATO	VALOR TOTAL EMPENHADO (VIGENTE)
LOTE I	Prédio Sede TJ	Alberto Sousa Engenharia Indústria e Comércio Ltda	116/2019	7.217.197,36	1.000.000,00
LOTE II	Fórum Des. Sarney Costa	Torquato Fernandes Engenharia Ltda	114/2019	5.994.826,40	900.000,00
LOTE III	Imperatriz	Palmares Construções Ltda	113/2019	6.278.530,80	800.000,00
LOTE IV	Caxias	Sebastião Pereira Ferreira Júnior	109/2019	6.340.986,27	1.200.000,00
LOTE V	Chapadinha	Módulo Engenharia Ltda	112/2019	6.765.560,59	700.000,00
LOTE VI	Pinheiro	Geral Engenharia E Serviços Ltda	111/2019	6.331.261,64	600.000,00
LOTE VII	Santa Inês	Silveira Engenharia E Construções Eireli	115/2019	7.155.077,02	700.000,00
<b>VALOR(es) TOTAL(ais)</b>				<b>46.083.440,08</b>	<b>5.900.000,00</b>

- **Serviço** de operação e manutenção preventiva e corretiva, abrangendo mão de obra, emprego de ferramentas, gás refrigerante, filtros de ar, lubrificantes e material de consumo para o sistema de climatização tipo VRF (Variable Refrigerant Flow) instalado no edifício do Fórum Desembargador Sarney Costa – FDSC;
- **Serviços** técnicos de instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado nas unidades prediais do Lote 01-Polo regional São Luis e Lote 04-Polo regional de Santa Inês;
- **Serviços** técnicos de instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado nas unidades prediais do Lote 02 -Polo regional de Imperatriz e Lote 03 –Polo regional de Caxias;
- **Serviços** de manutenção de elevadores nas unidades prediais.

**Aquisição de 01 (um) novo elevador localizado na Ala 01 do Fórum Desembargador Sarney Costa.**

A aquisição do novo elevador possibilitará o acesso para cadeirantes ao pavimento superior do Forinho, que a cerca de 08 (oito) anos encontra-se paralisado. O novo elevador proporcionará a redução de custos com consumo de energia elétrica, melhoria do tráfego de pessoas, melhorias na performance, estética, segurança e confiabilidade do sistema, proporcionando melhores condições na acessibilidade do Fórum.

- **Contratação** de empresa especializada para prestação de serviço de consultoria técnica e treinamento para implantação e implementação integrada de solução para a prática do BIM (Buil-



ding Information Modelin), no âmbito do tribunal de justiça do estado do maranhão.

- A elaboração de Projetos Básicos para fins de contratação de novas obras, adaptações, reformas, manutenções, ampliações em imóveis, além de efetuar a fiscalização e acompanhamento de uma série de projetos e atividades.

## Obras

### **Construção do Fórum da Comarca de Passagem Franca.**

Construção do novo Fórum sendo constituído por área construída igual a 784,01m<sup>2</sup> implantado no terreno com 2.500m<sup>2</sup>. O novo fórum será composto por 01 (uma) vara e salão do juri, com capacidade para 42 (quarenta e dois) lugares, situado na Rua A, s/n, bairro Vitória, Passagem Franca/MA.

### **Construção de Galpão pré-fabricado na Unidade Administrativa do Tribunal de Justiça do TJMA (Anexo V).**

Atualmente, o Anexo Administrativo do TJMA possui 5 galpões, além de um 6º galpão alugado, nas proximidades do anexo V, totalizando 2.223,22m<sup>2</sup>. A construção do novo galpão tem por objetivo ampliar a capacidade de armazenamento proporcionando mais espaço para guarda de materiais.

### **Construção do Salão do Júri do Fórum da Comarca de Santa Luzia do Paruá – MA.**

O prédio onde funciona o Fórum da Comarca de Santa Luzia do Paruá possui formato padrão com área construída igual à 452,53 m<sup>2</sup>, edificação térrea, própria, constituído por 01 (uma) Vara, sendo necessário a construção do Salão do Juri para atender as necessidades do jurisdicionado.



## *Acessibilidade*

### **Aquisição de placas de sinalização e comunicação visual modular e acessibilidade no Fórum Desembargador Sarney Costa.**

A aquisição de sinalização visa orientar os usuários da edificação, por meios gráficos e de signos direcionais, quanto à localização dos diversos setores, serviços e/ou equipamentos presentes nas dependências.

Com a aquisição de placas em braile, pisos e mapas táteis, tem por objetivo proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente e da edificação à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, atendendo às normas de acessibilidade estabelecidas pela ABNT NBR

### **ATIVIDADES PLANEJADAS E/OU EM ELABORAÇÃO**

**construção/Ampliação do Fórum da Comarca de Açailândia e Revitalização da Edificação**

### **Existente.**

O prédio onde funciona o Fórum da Comarca de Açailândia possui área construída igual à 639,94 m<sup>2</sup>, em uma edificação térrea e própria. Inicialmente, o imóvel foi projetado para abrigar 04 (quatro) varas e 01 (um) salão do juri, entretanto, atualmente a Comarca possui 07 (sete) varas judiciais, que funcionam em espaços físicos totalmente reduzidos, inadequados e precários.

O novo projeto do Fórum terá área construída igual à 4.325,62 m<sup>2</sup>. A área construída da edificação a ser reformada/revitalizada possui 535,33 m<sup>2</sup> (prédio principal) e a área a ser ampliada (nova construção) possui 3.782,61 m<sup>2</sup>, passando a ser constituída por 09 (nove) unidades judiciais (pavimento térreo e superior), 01 (um) salão do juri com nova estrutura com capacidade para 89 (oitenta e nove) pessoas, bloco para restaurante e depósitos judiciais/arquivos, guarita e estacionamento, entre outros. O novo projeto segue às recomendações da Resolução 114/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

**Construção do Fórum da Comarca de Itinga**

### **do Maranhão – MA.**

O prédio onde funciona o Fórum da Comarca de Itinga do Maranhão possui área construída igual à 386,72 m<sup>2</sup>, edificação com dois pavimentos (térreo e superior), alugado, constituído por 01 (uma) vara. O novo projeto do Fórum terá área construída 784,02 m<sup>2</sup>, composto por uma vara e salão do júri, com capacidade para 42 (quarenta e dois) lugares, situado na Rua Ipê Roxo, s/n, Bairro Planalto, Itinga do Maranhão/MA.

- Elaboração de Termo de Referência para contratação de empresa de supervisão da obra de Açailândia;
- Elaboração de Parecer Técnico sobre avaliação de imóvel proposto para a nova Sede do TJMA;
- Elaboração de orçamento para licitação de obras do estacionamento, bicicletário e acessibilidade da entrada principal do Fórum Desembargador Sarney Costa;
- Elaboração de orçamento para licitação da obra de Reforma do Fórum de Santa Quitéria;
- Elaboração de Termo de Referência para licitação de manutenção e instalação de subestação aérea nas unidades prediais;
- Elaboração de orçamento para modernização e ampliação de sistema de combate à incêndio e pânico na unidade predial da Comarca de Timon;
- Elaboração de orçamento para modernização e ampliação de sistema de combate à incêndio e pânico no Anexo V – Almojarifado Alemanha;
- Levantamentos para elaboração de projetos para ampliação e modernização do sistema de combate à incêndio e pânico no Prédio Sede, Corregedoria e Unidade Administrativa - Anexo VII Rua do Egito.
- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para elaboração de do-

cumentos técnicos de engenharia e arquitetura, incluindo projetos executivos (complementares), orçamentos, memoriais descritivos, cronogramas, entre outros, necessários a subsidiar procedimentos licitatórios no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de levantamento topográfico planialtimétrico e sondagem a percussão para subsidiar procedimentos licitatórios no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;
- Contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças (componentes) para os elevadores 97014 e 97015 instalados nas dependências do Fórum Des. Sarney Costa;
- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados técnicos especializados de gerenciamento operacional automatizado, planejamento, especificação, programação e execução de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com substituição integral de peças e insumos, em todos os equipamentos, do sistema de climatização tipo VRF e aparelhos splits instalados no Fórum Desembargador Sarney Costa – FDSC;
- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em 4 (quatro) elevadores panorâmicos, instalados no Fórum Des. Sarney Costa em São Luís – MA, incluindo o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, e materiais de consumo, conforme especificações técnicas;
- Contratação de empresa especializada para reforma e ampliação do atual Fórum da Comarca de Zé Doca/MA;
- Contratação de empresa especializada para re-

forma e recuperação estrutural do atual Fórum da Comarca de Estreito/MA;

- Contratação de empresa especializada para construção do novo Fórum da Comarca de Santo Antônio dos Lopes/MA;

- Contratação de empresa especializada para construção do novo Fórum da Comarca de São Pedro d'Água Branca/MA.

## **PRINCIPAIS PROCESSOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2020/2021 – ARQUITETURA**

### **SERVIÇOS REALIZADOS**

- Serviços de execução de Plataforma Inclinada na sede do Tribunal de Justiça;

- Termo de Referência para Contratação de empresa especializada para Consultoria e treinamento para Implantação e Implementação para prática do BIM no TJMA;

- Avaliação do imóvel onde localizava-se o Banco da Amazônia e projetos para instalação do setor de Informática do TJMA;

- Elaboração de Projetos para Instalação de 13 Gabinetes para Juízes Auxiliares no Fórum Desembargador Sarney Costa;

- Execução de placas de sinalização e comunicação visual e acessibilidade no Fórum Desembargador Sarney Costa;

- Projeto para Instalação da Coordenação da Mulher e Comitê da Diversidade localizado no prédio Guaxenduba;

- Elaboração de Projeto arquitetônico e mobiliário para instalação do Laboratório de Inovação (Toada-Lab) no Fórum Desembargador Sarney Costa;

- Projeto de vestiário no Fórum Desembargador Sarney Costa;

- Elaboração de Projeto de Bicicletário, Estacionamento e Acessibilidade e ampliação da Cobertura na entrada principal do Fórum Desembargador Sarney Costa para procedimento licitatório;

- Projetos para instalação dos Juizados bacuri center, Unidade de Monitoramento e Fiscalização (UMF), 9º Juizado COHAMA ;

- Projeto para instalação do 7º Juizado (Renascerença);

- Projeto de Reforma dos banheiros, criação de Fraldário, de uma Vara e central de mandados do Fórum da Comarca de Timon;

- Projeto de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Cururupu;

- Projeto de Adaptação da 2º Vara no Fórum da Comarca de São Mateus;

- Projetos de Novos Fóruns das Comarcas de Passagem Franca e Itinga do Maranhão;

- Projeto de Salão do Júri do Fórum da Comarca de Santa Luzia do Paruá;

- Projeto de Novo Galpão no Anexo V - bairro Alemanha;

- Projeto arquitetônico e mobiliário para o Gabinete do Desembargador Marcelino;

- Memoriais Descritivos e projetos para regularização de imóveis anexo I-setor médico, Recursos Constitucionais situado na Rua da Estrela Fóruns da Comarca de Carolina, Bacabal, Buriti, Bequimão e Turiaçu;

- Avaliação do imóvel e projeto arquitetônico para instalação do 2º Juizado de Ribamar, localizado no Bacuri Center;

- Projeto para instalação da 5º Vara no Fórum da Comarca de Balsas;

- Projeto de Instalação da SEJUD e reforma de Balsas;

- Projeto de reforma e acessibilidade de Alcân-

tara;

- Projeto de Reforma de Santa Quitéria;
- Termo de Referência para Contratação de Empresa para levantamento Planialtimétrico;
- Projeto da 2ª Vara de Barreirinhas;
- Fiscalização de projeto para o Fórum da Comarca de Açailândia;
- Projeto da Galeria da Presidência.

### **SERVIÇOS EM EXECUÇÃO**

- Projeto de Reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Zé Doca;
- Projeto de Reforma e Ampliação do Fórum da Comarca de Pedreiras;

- Projeto de Mobiliário Des. Antônio Fernando Bayma Araujo;
- Projeto de Novo Fórum da Comarca de Santo Antônio dos Lopes;
- Regularização da Corregedoria e Pinheiro;
- Projeto arquitetônico do Fórum da Comarca de Estreito (reforma);
- Projeto arquitetônico de Novo Fórum da Comarca de São Pedro da Água Branca;
- Termo de Referência Contratação de projetos;
- Combate a incêndio do Fórum da Comarca de Timon;
- Combate a incêndio Anexo V – Localizado no bairro da Alemanha.



A hand holding a pen over a document, with a blurred background of a person in a suit. The image is overlaid with a green gradient and a vertical line on the left side, which is blue at the top and orange at the bottom.

Diretoria  
de Auditoria  
Interna

A Denominação de Diretoria de Auditoria Interna se deu em através da Resolução GP 492020, de 08 de julho de 2020, a fim de atender a regulamentação do CNJ, que organizou as atividades de auditoria interna do Poder Judiciário sob a forma de sistema, bem como realizou a uniformização dos procedimentos de auditoria interna no âmbito do Poder Judiciário, nos termos das Resoluções CNJ 308 e 309,. A então Diretoria de Controle Interno, passou a denominar-se Diretoria de Auditoria Interna - DAI. A mudança adequou também a nomenclatura dos cargos em comissão e função gratificada, conforme Resolução GP 492020.

Em 2020, a DAI elaborou o Estatuto de Auditoria Interna do Poder Judiciário do Maranhão que estabeleceu o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de auditoria interna, desempenhada pela Diretoria de Auditoria Interna, sendo alinhado aos termos das Resoluções 308 e 309 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 11 de março de 2020, e aprovado pela RESOL-GP 602020, referendada pelo Plenário, por unanimidade, DPA 3082020.

O Estatuto de Auditoria Interna do Poder Judiciário do Maranhão também foi baseado nas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (Normas) do The Institute of Internal Auditors (The IIA), em especial a Norma 1110-Independência Organizacional, que prevê o reporte ao conselho, por parte do chefe executivo de auditoria, para que a atividade de auditoria interna cumpra com as responsabilidades e confirme, ao menos anualmente, sua independência organizacional.

Ainda em 2020, foi aprovado o Código de Ética da unidade de Auditoria Interna, estabelecendo

princípios e regras de conduta que devem nortear a atuação dos auditores internos, assim considerados todos os servidores que desempenham atividade de auditoria interna junto a esta Diretoria, em razão do disposto no art. 77, inciso II, da Resolução CNJ 309. Ressalte-se que a equipe que desenvolve o trabalho da DAI é composta por 17 servidores, cuja composição permanece a mesma nas últimas três gestões de presidência da corte, contudo, a Resolução CNJ 308 estabeleceu a previsão de um mandato de dois anos para o dirigente da unidade de AI, “a começar no início do segundo ano de exercício de cada presidente de tribunal ou conselho, com possibilidade de duas reconduções, mediante atos específicos, salvo disposição em contrário na legislação” (art. 6º, § 1º da Resolução CNJ 308). Sua destituição antes do prazo de dois anos somente se dará após aprovação pelo órgão colegiado do Tribunal, facultada a oitiva prévia do dirigente (art. 6º, § 2º, da Resolução CNJ 308).

A partir de 2020, anualmente, foi apresentado o Plano Anual de Capacitação para os servidores da unidade de AI, e em 2021 foi instituído o Programa de Avaliação e Melhoria da Qualidade (PAMQ-DAI), conforme Resolução CNJ 309 (artigos 69 a 73), objetivando desenvolver as competências técnicas e gerenciais necessárias à formação do auditor interno com base nas lacunas de conhecimento e nos temas de auditoria interna previstos no Plano Anual de Auditoria Interna. A Diretoria de Auditoria é responsável pelo envio anual de Relatório para prestação de contas do TJMA, assim, foram elaborados, em 2020 e 2021, os seguintes relatórios:

Relatório da Diretoria de Auditoria para Prestação de Contas do TJMA;

Relatório da Diretoria de Auditoria para Prestação de Contas da FESMAM;  
Relatório da Diretoria de Auditoria para Prestação de Contas do FERJ;  
Relatório da Diretoria de Auditoria para Prestação de Contas do FERC;  
Relatório da Diretoria de Auditoria para Prestação de Contas do FUNSEG.

Em consideração ao Plano de Auditoria de Longo Prazo - PALP para o quadriênio 2018-2021, a DAI elaborou os Planos de Auditoria Interna 2020 e 2021.

Em 2021, a DAI instaurou o envio do Relatório Anual de Atividades para a aprovação do Plenário, atendendo à exigência do duplo reporte, atividade até então não exigida.

Iniciou, em parceria com a Diretoria de Informática e Automação o PROJETO DAI 1/2021 para desenvolvimento de sistema para o gerenciamento das atividades da Diretoria de Auditoria Interna.

Estabeleceu rotinas de capacitações internas em temas próprios da auditoria, com base na Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (International Professional Practices Framework - IPPF). Apoiou a estruturação e implementação da Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, como facilitadora de sua implantação, monitorando o Plano de Ação estabelecido pela consultoria Falconi em conjunto com a gestão.

Representou o Poder Judiciário do Maranhão no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) e no desenvolvimento de atividades decorrentes, recebendo o selo de participação no programa.

### **Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e Monitoramento**

As atividades desenvolvidas pela COACIM também são previstas no Plano Anual de Auditoria.

O monitoramento é a etapa final do ciclo das auditorias. As recomendações ainda não implementadas que foram apresentadas nos Relatórios Finais de Auditoria de anos anteriores, são monitoradas pelo prazo de até dois anos, conforme disposto na RESOL-GP 602020, art. 54.

Na atividade de monitoramento das recomendações dos Relatórios de Auditoria de anos anteriores é realizado o acompanhamento individual das recomendações monitoráveis através dos Planos de Ação elaborados pelas unidades auditadas. Ao final, é apurado o percentual de atendimento das recomendações através do Índice de Alcance de Conformidade - IAC, por responsável, e o IAC geral de cada Relatório de Monitoramento.

Abaixo, o resultado da apuração do IAC geral de todas as recomendações monitoradas em 2020 e 2021:



**Apuração do Índice de Alcance de Conformidade - IAC 2020**

Relatório de Monitoramento	Ação de auditoria	IAC
01/2020	Avaliação de controles internos na Coordenadoria de Licitações e Contratos (Ação de auditoria 01/2019)	54,16%
02/2020	Auditoria no FERJ e no FERC	47,50%
03/2020	Auditoria Coordenada do CNJ em Governança Orçamentária	30,25%
04/2020	Auditoria de TIC	9,09%
05/2020	Auditoria de Folha de Pagamento	87,50%
06/2020	Auditoria de Licitações e Contratos	80,59%
07/2020	Auditoria Coordenada de Gestão Documental - CNJ	8,14%

**Apuração do Índice de Alcance de Conformidade - IAC 2021**

Relatório de Monitoramento	Ação de auditoria	IAC
01/2021	Auditoria Extraordinária Ponto Eletrônico	13,63%
02/2021	Auditoria de Avaliação de Controles Internos - Diretoria Financeira	80,00%
03/2021	Auditoria Folha de Pagamento	51,74%
04/2021	Auditoria Contábil	34,58%
05/2021	Auditoria de Licitações e Contratos	61,74%

**Coordenadoria de Auditoria**

A atividade da Coordenação de Auditoria é a execução do PAAI (Plano Anual de Auditoria Interna), elaborado e aprovado no ano anterior, levando-se

em consideração as determinações e prioridades definidas pela Presidência do Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça e estudos técnicos desenvolvidos por esta Diretoria de Auditoria Interna.

**EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA - ANO 2020**

Ação de Auditoria	Início	Término	Processo
Auditoria Coordenada pelo CNJ em Acessibilidade	Cancelada pelo CNJ em razão da pandemia do COVID-19 (3º Adendo ao PAA 2020)		
Auditoria de Folha de Pagamento	01/04/2020	31/07/2020	Processo nº 12.545/2020
Auditoria de Licitações e Contratos	03/08/2020	30/11/2020	Processo nº 24.635/2020

Auditorias nas Serventias Extrajudiciais	Cancelada pelo CNJ em razão da pandemia do COVID-19, através do e-mail institucional da unidade (3º Adendo ao PAA 2020)		
Auditoria Contábil	03/08/2020	30/11/20	Processo nº 24.648/2020
Auditoria no ponto eletrônico da Coordenadoria de Licitações e Contratos e sua Divisão	03/02/2020	31/03/2020	Processo nº 4.244/2020
Avaliação de Controle Interno na Diretoria Financeira	03/08/2020	30/11/2020	Processo nº 13.142/2020 (2º Adendo ao PAA 2020)
<b>EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA - ANO 2021</b>			
Auditoria de Licitações e Contratos	18/01/2021	31/07/2021	Processo nº 1892/2021
Auditoria de Folha de Pagamento	01/03/2021	30/06/2021	Processo nº 7599/2021
Auditoria das Serventias Extrajudiciais	02/08/2021	17/12/2021	Processo nº 26038/2021
Auditoria Contábil	02/08/2021	30/11/2021	Processo nº 26055/2021
Auditoria coordenada pelo CNJ em Acessibilidade Digital	05/07/2021	30/10/2021	Processo nº 22419/2021
Ação de Avaliação de Controles Internos na Diretoria de Engenharia	01/03/2021	30/06/2021	Processo nº 7633/2021

A elaboração do Plano de Longo Prazo de Auditoria Interna para 2022-2025 e Plano Anual de Auditoria Interna para 2022, foi elaborado e seguiu as orientações do CNJ, considerando a metodologia baseada em riscos, o contexto, o universo de auditoria definido e validado pelos gestores, os objetivos organizacionais estabelecidos no mapa estratégico e os riscos severos identificados no

órgão, correlacionados aos objetivos organizacionais. Soma-se a isso informações de denúncias e reclamações apresentadas junto à Ouvidoria. No biênio 2020-2022, conforme exposto, a Diretoria de Auditoria Interna trabalhou em prol do fortalecimento da atividade de auditoria interna, em atendimento às demandas das Resoluções 308 e 309 do CNJ.





Diretoria  
Geral

No intervalo de 24/04/2020 a 14/03/2022, o Gabinete do Diretor-Geral recebeu 39.027 (trinta e nove mil e vinte e sete) processos e gerou até a presente data o quantitativo de 11.899 (onze mil, oitocentos e noventa e nove) documentos, dentre os quais 6.898 (seis mil, oitocentos e noventa e oito) Decisões do Gabinete da Presidência e 5.001 (cinco mil e um) Despachos do Gabinete do Diretor-Geral. Além do quantitativo acima deduzido, tem-se que esta Diretoria-Geral produziu agendas, resenhas, atos, editais, resoluções, portarias, ofícios e memorandos.

Convém ressaltar que, buscando dar maior celeridade na tramitação dos processos, a maioria dos despachos de mero expediente são feitos no campo “observação” do Digidoc, não gerando documento, mas tão somente a movimentação do feito. Assim, considerando todas as movimentações realizadas no setor - somados os documentos gerados e as movimentações realizadas no campo “observação” -, tem-se o montante de 74.727 (setenta e quatro mil, setecentos e vinte e sete) atos realizados no setor.

Por fim, registra-se que o Diretor-Geral, no referido período, participou de inúmeras reuniões com

a Presidência, Desembargadores, Diretores e Coordenadores dos diversos setores, bem como, integrou várias Comissões, procurando buscar uma solução mais rápida e eficaz para os problemas atinentes ao Poder Judiciário nos dois períodos.

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Quantidade</b>
Termo de Ratificação	62
Ato da Presidência	45
Memorando	382
Ofícios	414
Certidão	32
Informação	145
Informações – acesso, promoção, remoção e permuta	543
Circular	65
Decisão Plenária Administrativa	833
Editais de Magistrado	185
Edital Membro Jurista TRE	07
Portaria	34
Portaria Conjunta	39
Resolução	98
Termo de Conclusão	365
Resenha Adm. Ordinária	46
Resenha Adm. Extraordinária	13
Pauta/Agenda Adm. Ordinária	59
Pauta/Agenda Adm. Extraordinária	17
Atas Administrativas	46
Atas Extraordinárias	13

Servidores da Diretoria Geral



A person in a dark suit is seated at a desk, reviewing a document. In the background, a computer monitor displays a financial chart with a bar graph and a line graph. The scene is overlaid with a semi-transparent green filter. A vertical line on the left side of the image is blue at the top and orange at the bottom.

# Diretoria Financeira

A Diretoria Financeira tem a missão institucional de orientar e controlar a gestão dos recursos financeiros e orçamentários, atuando também no gerenciamento contábil, que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

Pela presente, de forma sintetizada, apresentamos uma visão de desempenho das ações realizadas pela Diretoria Financeira ao período desta Mesa Diretora. Como sabemos, o período desta gestão foi desafiador por causa da Pandemia COVID-19, na qual as unidades do Poder Judiciário do Maranhão tiveram que estruturar-se, objetivando a continuidade da performance e resultados das mais diversas atividades.

Neste ínterim, a Diretoria Financeira conseguiu manter o foco na realização das atividades cotidianas, garantindo os serviços essenciais, mantendo a credibilidade dos pagamentos, junto

aos prestadores de serviços, à população e aos servidores públicos que compõem o Tribunal de Justiça do Maranhão.

Especificamente, a dinâmica de atividades dos setores da Diretoria Financeira está relacionada ao Sistema de Protocolo e Processo Digital – DIGIDOC -, de onde partem as obrigações com as metas estratégicas do Tribunal de Justiça, referindo-se em: Diligências Processuais; Diligências em Requisições; Cadastramento de Documentos; e Movimentações de documentos.

*Conforme resultados das metas anuais de 2016 a 2021, expedidos pela Assessoria Estratégica do TJMA, as unidades da Diretoria Financeira estão em 06 (seis) anos consecutivos atingindo os índices satisfatórios das Metas Estratégicas e Metas GPJ.*

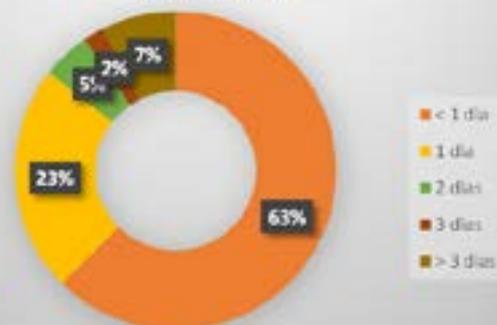
### VISUALIZAÇÃO PER CAPITA – ATIVIDADES DIGIDOC EM 2021

Setor / Dados 2021	Total de Pessoal em 2021 (sem estagiários)	Mov Gerais na unidade 2021	Processos Distintos	Processos Movimentados por Servidor em 2021
Gabinete	3	4414	2276	1471,33
Finanças	7	15762	3366	2251,71
Contabilidade	9	12306	2901	1367,33
Orçamento	3	7546	3453	2515,33
Pagamento	7	16598	6416	2371,14
Div Faturas	5	1231	326	246,20
Div Folha	3	3212	2092	1070,67
<b>Totais</b>	<b>37</b>	<b>61069</b>	<b>20830</b>	<b>11293,72</b>

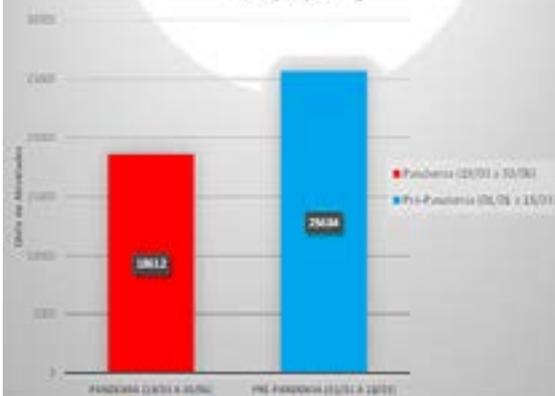
Estabelecida a pandemia COVID-19, a Diretoria Financeira demonstrou atenção especial voltada a saúde de seus gestores e servidores, empenhando-se ao máximo também no desenvolvimento de ações preventivas e assistenciais a todos os públicos, principalmente no foco administrativo a magistrados e servidores. Mesmo em trabalho remoto a equipe correspondeu ao mesmo padrão de aproveitamento nas atividades, conforme vemos aos números Digidoc em comparação ao período pré-pandemia.

*Em razão da pandemia, o trabalho da Diretoria Financeira foi executado em maior parte de forma híbrida, conforme disciplinados por meio da PORTARIA-GP N° 541 DE 29 DE JULHO DE 2021, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) - Des. Lourival Serejo - não ocasionando qualquer prejuízo ao andamento dos processos de planejamento e execução orçamentária-financeira, mantendo o foco na realização das atividades cotidianas, garantindo os serviços essenciais e a credibilidade dos pagamentos, junto aos prestadores de serviços, à população e aos servidores públicos que compõem o Tribunal de Justiça do Maranhão.*

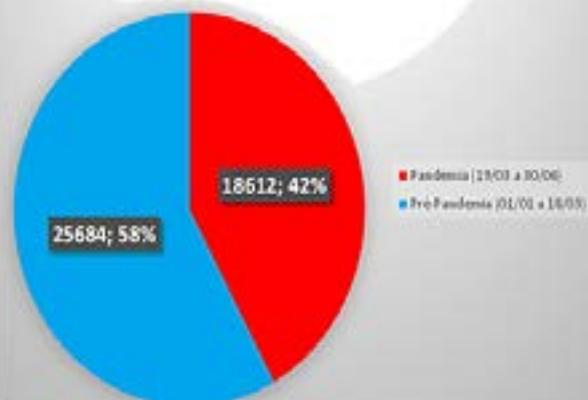
Duração processo na Diretoria Financeira em 2021 (em dias)



Totalizações das atividades Digidoc das unidades DF - Período Antes e na Pandemia (Dados de 01/01/2020 a 30/06/2020)



Percentual Totalizações das atividades Digidoc das unidades DF - Período Antes e na Pandemia (Dados de 01/01/2020 a 30/06/2020)



### Da Capacitação de Servidores da Diretoria Financeira

Mesmo com o enfrentamento da Pandemia COVID-19, a Diretoria Financeira continuou com a qualificação de seus servidores, principalmente na modalidade de ensino a distância (em especial as que foram realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

### Projetos Destaque da Diretoria Financeira durante a Gestão da Mesa Diretora 2020/2022

- **Implantação** do Sistema de Diárias (Via Digidoc): Sistema de Diárias em pleno funcionamento no âmbito do TJMA, desde março/2020. Com funcionalidade em consonância com a Resolução de Diárias do TJMA - RESOLUCAO GP 472019 -, incluindo os aperfeiçoamentos para Publicação de Portaria Automática no Diário da Justiça; e Campos próprios para a Prestação de Contas das Diárias e Validação por parte das Chefias Imediatas;
- **Aperfeiçoamento** do Sistema Perficiendi (Sistema de avaliação de custo e performance das unidades): Sistema com funcionalidade objetivando o desempenho das unidades do Poder Judiciário; (obs: neste instante passando por atualização na carga de dados e finalização dos painéis de força de trabalho, a visualizar gastos RH e DESPESAS por unidades)
- **Iniciada** Bases para Metodologia de medição da Performance Qualitativa Individual – Metodologia iniciada com adaptações ao Sistema Digidoc, pelo qual chegam as inúmeras atividades, pelo qual ocorreram aperfeiçoamento quanto ao controle gerencial das atividades, com o enfoque na visualização dos prazos de realizações das tarefas; acrescentou-se também a determinação da

finalidade laboral no campo “FASE”, como também: Quadros com Cadastramento de Tarefas com definição de prazos a favorecer o acompanhamento imediato do gestor para descrição de fases, status e responsável pela execução das tarefas, bem como o grau atingido na realização das mesmas; b) Aperfeiçoamento de relatórios e extração de dados; c) Correção de “BUGS” e informações desencontradas; d) Ajuste de campos e nomenclaturas de rótulos de banco de dados.

- **Expansão** e Aperfeiçoamento do Sistema EPOP (Sistema Responsável pela Formação da Proposta Orçamentária);
- **Aperfeiçoamento** do Módulo de Acompanhamento dos Titulares/ Portadores do Cartão Corporativo no âmbito do TJMA (conexão direta e localização por unidades ao banco de dados RH);



## Da Coordenadoria de Contabilidade ADIANTAMENTOS 2021

### ADIANTAMENTOS – EM 2020

Código	Tipo	Quant.	Valores em Reais (R\$)		
			Requerido	Pago	Apresentado
3	Alimentação do Júri	218	472.058,50	437.935,70	313.327,32
5	Excepcional	3	15.000,00	7.000,00	6.699,00
1	Pronto Pagamento	131	270.091,50	244.790,50	169.775,26
	<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>757.150,00</b>	<b>689.726,20</b>	<b>489.801,58</b>

### ADIANTAMENTOS – EM 2021

Código	Tipo	Quant.	Valores em Reais (R\$)		
			Requerido	Pago	Apresentado
3	Alimentação do Júri	207	444.935,70	444.935,70	389.669,82
5	Excepcional	2	15.000,00	7.000,00	6.699,00
1	Pronto Pagamento	122	251.092,50	250.790,50	215.436,19
	<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>703.028,20</b>	<b>702.726,20</b>	<b>611.805,01</b>

### DA GESTÃO FISCAL

A Gestão Fiscal tem o propósito de assegurar a consecução das metas fiscais e a transparência dos gastos públicos. Como instrumento de transparência da gestão fiscal, a Lei de Responsabilidade Fiscal instituiu o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), abrangendo as informações referentes à consecução das metas fiscais e dos limites de despesa com pessoal.

A planilha abaixo demonstra o histórico da despesa com pessoal no âmbito do Poder Judiciário no período de 2014 a 2021, com e sem a inclusão do Imposto de Renda até o exercício 2021, conforme Decisão PL – TCE 15/2004, evidenciando ao longo do tempo uma melhora nos limites da despesa com pessoal.

A partir do exercício 2021, conforme Manual de

Riscos Fiscais é vedado a exclusão do Imposto de Renda na elaboração do RGF, sendo evidenciado no gráfico dois a evolução sem as exclusões.

### DA CONTABILIZAÇÃO DA FOLHA DE PESSOAL 2021

Contabilização da Folha de Pessoal 2021, com observância das normas legais e classificações contábeis exigidas no novo plano de Contas aplicado ao Setor Público, as despesas de pessoal e as de custeio pagos em contracheque, tais como: os auxílios (auxílio saúde, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio aos militares - convênio, auxílio custeio diligência dos oficiais de justiça, totalizaram R\$ 1.109.620.199,83 (um bilhão, cento e nove milhões, seiscentos e vinte mil cento e noventa e nove reais e oitenta e três centavos).

## ARRECAÇÃO DOS FUNDOS EM 2021

(Total de janeiro/21 a dezembro/21)

FERJ: foi na ordem de R\$ 160.114.793,87.

FERC: foi na ordem de R\$ 10.481.786,00.

FUNSEG: que representa um percentual de 3% da arrecadação mensal do FERJ, foi na ordem de R\$ 4.803.443,82.

BANCO DO BRASIL: As receitas provenientes do Convênio entre o Banco do Brasil e o Tribunal de Justiça foram na ordem de R\$ 8.622.478,52 de janeiro a novembro de 2021.

Além das receitas decorrentes das atividades normais dos Fundos, foi arrecadado no exercício a quantia de R\$ 913.981,47 referente ao desconto do Vale-transporte dos servidores que é direcionado para o financiamento do Auxílio Bolsa de Estudo pagos pelo FERJ.

### QUADRO RESUMO DAS ARRECAÇÕES

ARRECAÇÃO 2021 (em R\$)	
FERJ (ARREC SEM APLICACAO)	160.114.793,87
FERC	11.887.960,11
B BRASIL	8.622.478,52
TRANS VALE (FERJ)	913.981,47
LEILÃO	-
FUNSEG	4.803.443,82

Resumo das Arrecadações 2021, em Reais (R\$). Fonte: SIGEF e SCO, 2021.

## DAS DEMAIS ATUAÇÕES EM 2021

• **AUXILIO LIVRO:** Foram solicitadas 171 requisições de reembolso Auxílio livro. Esse processo também foi modernizado com a edição da nova Resolução do Auxílio – Livro nº 730/2016 que possibilitou a comprovação do auxílio mediante apresentação de Notas Fiscais eletrônicas, com o processo 100% digital, agilizando o pagamen-

to do reembolso, totalizando a quantia de R\$ 145.003,97.

• **RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO E ÔNUS RESSARCIDO:** A Contabilização das restituições ao erário, por servidores por recebimento de valores indevidos, com saldo de valores restituídos de janeiro a novembro de 2021 totalizou R\$ 252.332,96. A Contabilização dos ressarcimentos dos servidores cedidos para outros órgãos, no período de janeiro a dezembro 2021, no valor de R\$ 4.164.626,92.

• **INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA:** Inscrição de responsabilidades por valores não restituídos na Dívida Ativa do Estado, totalizaram 56 inscrições de janeiro a novembro de 2021.

• **CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS:** Elaboração das conciliações bancárias das Unidades Gestoras do Poder Judiciário relativas à todas as Unidades Gestoras, Tribunal de Justiça, FERJ, FERC, FESMAM e FUNSENG, contas conciliadas até dezembro de 2021.

• **APLICAÇÕES FINANCEIRAS:** Lançamento de Aplicações Financeiras dos meses de JANEIRO a DEZEMBRO 2021, totalizaram R\$ 16.660.240,31, indicando que os recursos aplicados foram bem gerenciados e feitas as escolhas certas nos tipos de aplicações.

• **Elaboração** dos cálculos dos impostos retidos na fonte dos processos de despesas, relativas as prestações de serviços pessoas físicas e jurídicas, tais como Imposto de Renda, INSS, Imposto sobre Serviços – ISS.

• **Elaboração** dos cálculos de reajuste de contratos administrativos, relativos à renovação de contratos de locação, realinhamento de preços com base em convenção coletiva de trabalho dos contratos de serviços continuados.

### Da Coordenadoria de Finanças

Ao período da Mesa Diretora 2020/2022 a Coordenadoria de Finanças realizou atividades objetivando a efetuação de empenhos, liquidações e pagamentos das despesas do Poder Judiciário, entre os quais evidenciam-se todos os pagamentos realizados por via administrativa pelo Tribunal de Justiça e suas Unidades Gestoras, a saber: pagamento de fornecedores, prestadores de serviços, concessão de adiantamentos via cartão corporativo, diárias, palestrantes da ESMAM, restituição de atos judiciais gratuitos do FERC, entre outros, totalizando a soma de 27.657 (vinte e sete mil, seiscentos e cinquenta e sete reais) processos trabalhados (período de janeiro de 2020 a 08 de março de 2022) segundo relatório estatístico extraído do sistema Digidoc.

O alinhamento orçamentário e financeiro do biênio 2020/2022 e a confiabilidade na execução financeira desta Corte, propiciaram a liberação da integralidade do orçamento, via cronograma de desembolso mensal, por parte do Governo do Estado ao Poder Judiciário, logo no início de cada

exercício, possibilitando assim maior eficiência da gestão de custos, no instante em que todas as despesas autorizadas puderam ser empenhadas logo no início de cada ano.

A desburocratização do fluxo dos processos administrativos, decorrente da sólida gestão financeira, propiciou significativa redução no pagamento de encargos (multa e juros), decorrente de faturas e notas fiscais em atraso, uma vez que os créditos orçamentários reservados, estiveram sempre em aderência ao correspondente financeiro. No exercício financeiro de 2021 foram emitidas um total de 10.777 ordens bancárias, sendo 10.749 ordens bancárias emitidas dentro do prazo previsto para pagamento e apenas 28 ordens bancárias emitidas fora do prazo, o que resultou no percentual de 99,74% de pagamento realizados tempestivamente em 2021. No exercício financeiro de 2020, o percentual de pagamentos realizados dentro do prazo de vencimento foi de 99,80%, o que demonstra a eficiência e celeridade no trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Finanças.



Comparativo quantitativo dos empenhos e ordens bancárias emitidas nos exercícios financeiros de 2020 e 2021. FONTE: SIGEF.

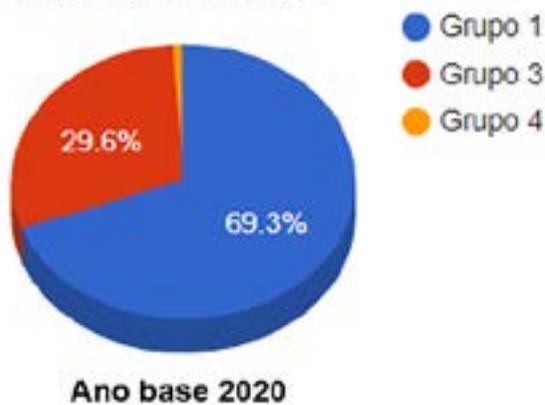
UO	UG	Valor Lei + Crédito (R\$)	Valor Empenhado(R\$)	Valor Liquidado (R\$)
4101	TJMA	1.233.721.340,00	1.174.916.403,83	1.162.827.597,44
4102	CGJ	26.767.000,00	23.009.116,92	20.562.033,43
4901	FERJ	212.566.612,09	144.879.702,67	102.767.279,57
4902	FESMAM	1.390.313,04	691.025,59	621.869,34
4903	FERC	7.283.000,00	6.362.061,95	5.371.177,00
4904	FUNSEG	3.622.000,00	1.840.860,08	1.376.721,07
	<b>Soma:</b>	<b>1.485.350.265,13</b>	<b>1.351.699.171,04</b>	<b>1.293.526.677,85</b>

Comparativo quantitativo dos valores por UG, em 2021. FONTE: SIGEF.

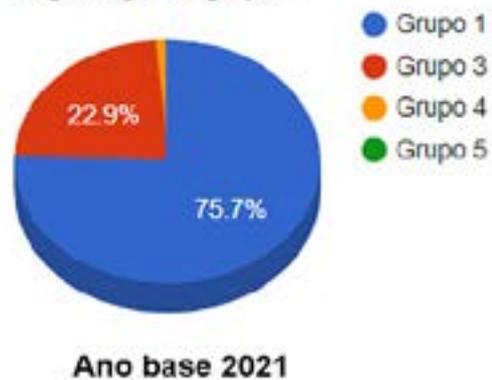
O maior volume de recursos financeiros do biênio 2020/2022 foram destinados ao custeio da folha pessoal (Grupo 01), seguido pelo custeio de despesas correntes (grupo 03), cabendo ao grupo de investimentos (Grupo 04) o menor percentual, conforme observa-se nos gráficos abaixo.

O recolhimento de tributos é outra ação de destaque na unidade, resultado de uma eficiente gestão tributária de contratos e convênios, contribuindo desta forma para arrecadação estadual, enquanto substituto tributário, além de mitigar a possibilidade do Poder Judiciário ser autuado e multado por descumprimento das Legislações Tributárias.

Pago, segundo grupos



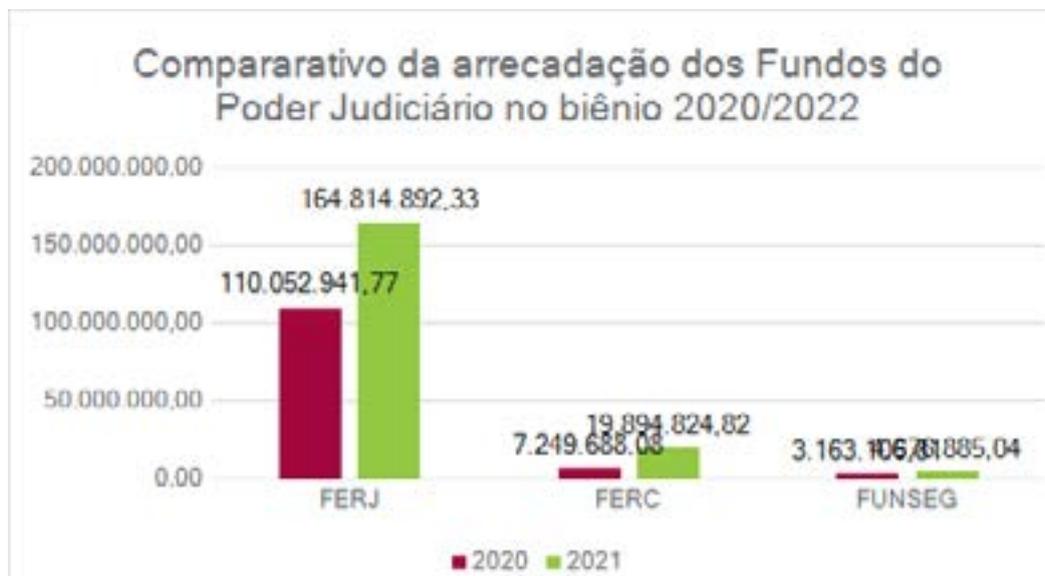
Pago, segundo grupos



Aplicação de recursos financeiros por grupos de despesas. Comparativo Exercício Financeiro 2020 e 2021. FONTE: SCO.

Em um cenário nacional de severa restrição orçamentária e financeira, maximizada pela queda de arrecadação estadual, em decorrência da Pandemia do Corona Vírus, este Poder Judiciário envidou esforços no sentido de redução imediata e efetiva das despesas de custeio e com a folha de pessoal, resultando assim no cumprimento de

todas as obrigações financeiras assumidas com os fornecedores e prestadores de serviços do TJ-MA. O aumento da arrecadação dos Fundos vinculados ao Poder Judiciário, principalmente no exercício 2021, também auxiliou no cumprimento das obrigações financeiras e a consequente manutenção da máquina judiciária.



Comparativo da arrecadação dos Fundos do Poder Judiciário no biênio 2020/2022. FONTE: SIGEF.

Abaixo, quadro comparativo entre os anos de 2020 e 2021 dos saldos financeiros das contas administrativas do Tribunal de Justiça e suas Unidades Gestoras, demonstrando um acréscimo financeiro na ordem de R\$ 34.801.082,37 (trinta e quatro milhões, oitocentos e um mil, oitenta e dois reais e trinta e sete centavos).

Durante a Mesa Diretora 2020/2022 a divisão exerceu atividades rotineiras como análise, ateste, acompanhamento e encaminhamento das faturas referentes ao consumo de água, energia elétrica e telefonia fixa, visando o pagamento das mesmas, além de observar e detectar eventuais dualidades de cobrança e outras incorreções, que pudessem acarretar prejuízos financeiros ao Tribunal de Justiça.

**Da Divisão de Análise de Faturas**



Em relação ao consumo/gasto dos serviços de energia elétrica, telefonia fixa e fornecimento de água, das unidades do Poder Judiciário no ano de 2021, destacamos o que segue abaixo:

No ano de 2021, houve uma redução no consumo de 14% e nos gastos de 10,3%, dos serviços de fornecimento de água e telefonia fixa, em relação ao ano de 2020;

- No ano de 2021, houve uma pequena redução no consumo dos serviços de fornecimento de energia elétrica, em torno de 1,6%, em relação ao ano de 2020, no entanto, houve um aumento com os gastos em razão de reajustes tarifários.

- No ano de 2021, houve uma redução de 5,3% nos gastos com serviços de telefonia fixa, em relação ao ano de 2020.

- Em resumo, fazendo comparação com o ano de 2020 e também a anos anteriores, houve redução no consumo dos serviços de energia elétrica, telefonia fixa e fornecimento de água, no ano de 2021, nas unidades do Poder Judiciário do Maranhão, em razão da continuidade da pandemia do Covid-19.

### Da Coordenadoria de Pagamento e Divisão de Folha

#### NOMEAÇÕES

Quanto aos gastos com a folha de pessoal, informamos que os valores 2021 totalizaram R\$ 1.109.620.199,83 (um bilhão, cento e nove mi-

lhões, seiscentos e vinte mil cento e noventa e nove reais e oitenta e três centavos), conforme verifica-se pela contabilização da folha ao item 2.1.3 deste material, incluindo despesas com pessoal, auxílios e encargos patronais. Destacamos ainda:

#### NOMEAÇÕES

Com relação às nomeações no período de janeiro a novembro de 2021, foram 567 (quinhentos e sessenta e sete) nomeações, no referido período, sendo:

#### Da Coordenadoria de Orçamento

O orçamento consignado ao Tribunal de Justiça do Maranhão para 2022 pela Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei Estadual nº 11.639, de 23/12/2021) foi de R\$ 1.684.973.000,00, contemplando recursos para as despesas com o pagamento de pessoal e encargos sociais, com a manutenção e funcionamento das atividades administrativas e judiciais e com os investimentos necessários ao desenvolvimento de ações que contribuam para a melhoria e expansão da prestação jurisdicional.

O orçamento 2022 está assim distribuído:

- **R\$ 1.108.237.000,00** (um bilhão, cento e oito milhões, duzentos e trinta e sete mil reais) para atender as despesas com pessoal e encargos

<b>NOMEAÇÕES</b>	<b>JAN</b>	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>	<b>ABR</b>	<b>MAI</b>	<b>JUN</b>	<b>JUL</b>	<b>AGO</b>	<b>SET</b>	<b>OUT</b>	<b>NOV</b>	<b>TOTAL</b>
Comissionados puros (novos)	11	22	37	21	1	23	21	22	15	12	8	193
Requisitados	2	5	1	14	0	2	2	0	1	4	0	31
Efetivos	7	17	3	7	1	3	12	4	6	9	14	83
Efetivos para Cargo em Comissão	2	9	12	8	0	4	2	1	1	3	3	45
Efetivos para Função Gratificada	4	3	1	6	0	3	0	4	0	1	2	24
Comissionados (alteração de cargos)	5	19	29	20	15	24	34	5	16	10	14	191
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>75</b>	<b>83</b>	<b>76</b>	<b>17</b>	<b>59</b>	<b>71</b>	<b>36</b>	<b>39</b>	<b>39</b>	<b>41</b>	<b>567</b>

Nomeações no período de janeiro a novembro de 2021. Fonte: Mentorh, 2021.

sociais;

• **R\$ 165.056.486,00** (cento e sessenta e cinco milhões, cinquenta e seis mil e quatrocentos e oitenta e seis reais) para atender as despesas com benefícios e auxílios a servidores e magistrados;

• **R\$ 180.254.439,00** (cento e oitenta milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos e trinta e nove reais) para atender as despesas de manutenção e funcionamento da estrutura administrativa e judicial;

• **R\$ 30.202.075,00** (trinta milhões, duzentos e dois mil e setenta e cinco reais) para atender as despesas com investimentos.

• **R\$ 201.223.000,00** (duzentos e um milhões e duzentos e vinte e três mil reais) para atender as despesas com precatórios e requisições de

pequeno valor;

• A tabela abaixo apresenta a composição do orçamento aprovado para 2022, conforme detalhamento acima, em relação à dotação aprovada para 2021.

### **Dotação X Execução 2022**

Abaixo segue quadro demonstrativo da dotação e execução orçamentária e financeira no período de 01/01 a 28/02/2022. Dentre os investimentos realizados no período, no total de R\$ 4.204.611,60, merecem destaque:

<b>Investimento</b>	<b>Despesa (R\$)</b>
Equipamentos de informática	2.864.000,00
Licenças de software	15.000,00
Mobiliário	88.304,43
Equipamentos e material permanente	527.060,80

<b>CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA</b>	<b>LOA 2021</b>	<b>LOA 2022</b>	<b>Variação Absoluta Despesa</b>	<b>Variação (%)</b>
Despesas Correntes	1.358.029.966	1.654.770.925	296.740.958	21,85%
Pessoal e Encargos Sociais	973.595.000	1.108.237.000	134.642.000	13,83%
Outras Despesas Correntes - Exc. Benefícios e Auxílios e Precatórios	155.619.003	180.254.439	24.635.435	15,83%
Benefícios e Auxílios	153.989.963	165.056.486	11.066.523	7,19%
Precatórios	74.826.000	201.223.000	126.397.000	168,92%
Despesas de Capital	31.847.737	30.202.075	-1.645.662	-5,17%
Investimentos	31.847.737	30.202.075	-1.645.662	-5,17%
Inversões Financeiras	-	-	-	-
<b>TOTAL S/PRECATÓRIO</b>	<b>1.315.051.703</b>	<b>1.483.750.000</b>	<b>168.698.296</b>	<b>12,83%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.389.877.703</b>	<b>1.684.973.000</b>	<b>295.095.296</b>	<b>21,23%</b>

*Composição do Orçamento Aprovado para 2022. Fonte: SIGEF, SCO, 2022*

<b>Despesa</b>	<b>LOA 2022</b>	<b>Dotação Atual</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>	<b>Pago</b>
Pessoal	1.108.237.000	1.108.237.000	167.587.255,89	167.587.255,89	167.587.255,89
Custeio	345.310.925	372.144.755	114.717.869,63	31.793.788,01	31.722.326,38
Precatórios	201.223.000	201.223.000	0,00	0,00	0,00
Investimentos	30.202.075	83.310.132	4.204.611,60	21.818,97	21.818,97
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>1.684.973.000</b>	<b>1.764.914.887</b>	<b>286.509.737,12</b>	<b>199.402.862,87</b>	<b>199.331.401,24</b>

*Dotação e execução orçamentária e financeira no período de 01/01 a 28/02/2022. Fonte: SIGEF, SCO, 2022*





Diretoria  
de Recursos  
Humanos





*Estagiários e estagiárias visitam prédio-sede do TJMA*

## **PROGRAMA DE EQUALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO É DINAMISMO DA PRODUTIVIDADE**

### **Concurso de Ingresso**

O concurso, que foi realizado pela Fundação Carlos Chagas, recebeu o total de 65.221 inscrições, das quais 812 foram de candidatos com deficiência e 13.560 de candidatos negros.

As vagas no mencionado concurso público foram distribuídas para os cargos de Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Desenvolvimento; Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Suporte e Rede; Analista Judiciário – Engenheiro Mecânico; Analista Judiciário – Direito; Analista Judiciário – Assistente Social; Analista Judiciário – Psicólogo; Analista Judiciário – Psiquiatra; Oficial de Justiça; Técnico Judiciário – Apoio Técnico Administrativo; Técnico Judiciário – Técnico em Contabilidade; Técnico Judiciário – Técnico em Edificações; Técnico Judiciário – Técnico em Informática – Hardware; Técnico Judiciário – Técnico em Informática – Software. Foram convocados no Concurso Público de Ingresso de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, regido pelo

EDT-GP-32019, no período de janeiro de 2020 a março de 2022, o total de 221 (duzentos e vinte e um) candidatos, a saber:

### **Projeto Ambientação dos Novos Servidores**

No período de janeiro a março de 2022, foram ambientados 177 (cento e setenta e sete) novos servidores.

### **Concurso de Remoção de Servidores Efetivos**

Durante o biênio 2020-2022, foram realizados 08 (oito) processos seletivos de remoção de servidores e servidoras do quadro de pessoal efetivo para que pudessem ter o direito à movimentação funcional de uma a outra comarca, tendo-se por base de classificação o critério de antiguidade.

### **Programa de Estágio**

O Programa de Estágio tem por objetivo oferecer aos estudantes regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas conveniadas ao Tribunal de Justiça do Maranhão a oportunidade de complementarem sua formação escolar por meio de experiências profissionais e ações de de-

envolvimento de futuros profissionais. Divide-se em duas modalidades: estágio obrigatório (curricular e não remunerado) e estágio não obrigatório (extracurricular e remunerado).

### **Estágio Curricular (obrigatório e não remunerado)**

- Estágio de Nível Superior

Apesar dos efeitos negativos advindos da pandemia de Covid-19, foram encaminhados 248 (duzentos e quarenta e oito) estagiários para cumprimento de estágio curricular obrigatório nos órgãos e unidades do Poder Judiciário Maranhense, no período de janeiro de 2020 a março de 2021.

### **Estágio Extracurricular (não obrigatório e remunerado)**

- Estágio de Nível Médio

Atualmente, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) conta com 13 (treze) estagiários extracurriculares remunerados de Nível Médio, lotados em unidades funcionais da Comarca da Ilha de São Luís.

### **Estágio de Nível Superior**

Encontra-se em andamento processo seletivo que ofertou 175 (cento e setenta e cinco) vagas para estágio extracurricular remunerado de Nível Superior em diversas áreas.

### **Estágio de Nível Pós-Graduação – Projeto Residência em Prática Jurídica**

Foi realizado o seletivo em abril 2021 que ofertou 45 (quarenta e cinco) vagas para estudantes de pós-graduação em Direito, tendo sido convocados até março de 2022 50 (cinquenta) residentes.



### **Programa Voluntários da Justiça**

Apesar dos efeitos negativos advindos da pandemia de Covid-19 no biênio 2020-2022, foram encaminhados 154 (cento e cinquenta e quatro) voluntários para as Unidades do Poder Judiciário do Maranhão, no período de janeiro de 2020 a março de 2021.

### **PROGRAMA DE GESTÃO DOS BENEFÍCIOS, INCENTIVOS E VALORIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL**

#### **Programa de Descontos e Vantagens**

Em 2021 foram firmadas parcerias com 184 empresas parceiras.

#### **Auxílio Bolsa**

Em 2021, foi realizado o 4º Processo Seletivo para Concessão de novos Auxílios-bolsa de Estudos, regido pelo EDT-GDG-12021, publicado na Edição nº 107/2021 do Diário da Justiça Eletrônico de 18/06/2021. No certame, foram ofertadas as seguintes bolsas e modalidades de estudo:

Modalidade	Teto do Benefício	Vagas
Graduação	R\$ 700,00	23 + CR
Especialização	R\$ 800,00	14 + CR
Mestrado	R\$ 1.000,00	13 + CR
Doutorado	R\$ 1.500,00	05 + CR

Foram contemplados pelo Auxílio-bolsa 184 (cento e oitenta e quatro) servidores, distribuídos nas quatro modalidades da seguinte forma:

- a) nível de graduação: 109
- b) nível de pós-graduação / modalidade Especialização: 38
- c) nível de pós-graduação / modalidade Mestrado: 28
- d) nível de pós-graduação / modalidade Doutorado: 09

### Circuito Sexta Cultural

Idealizado pela Diretoria de Recursos Humanos, por intermédio da Divisão de Avaliação de Desempenho – o projeto contou inicialmente com apresentações culturais distribuídas no Palácio da Justiça Clóvis Bevilácqua (TJMA), na Corregedoria Geral da Justiça (CGJMA), no Fórum de São Luís e no Fórum da Raposa.

### PROGRAMA DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

#### Gestão Por Competências

O Programa de Gestão por Competências projeto sistematizado que envolve atividades de planejamento, acompanhamento e diagnóstico, desen-

### Ações de Treinamento

No período de abril de 2020 a março de 2022, a CAEDNC, em parceria com a Diretoria de RH, a ESMAM e outros órgãos e/ou instituições, promoveu as ações de treinamento constantes do quadro demonstrativo a seguir:

AÇÃO DE TREINAMENTO	PERÍODO	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	C.H.	VAGAS
O Poder da Autorresponsabilidade	17/04/2020	EaD Síncrono	Servidores TJMA	8h	200
RH Business Partner	24 a 26/05/2021	EaD Síncrono	Servidores da DRH	12h	30
Coaching para Metas	23/06/2021	EaD Síncrono	Servidores TJMA	8h	200
O Poder da Ação	14/07/2021	EaD Síncrono	Servidores TJMA	8h	200
Gestão de Indicadores Estratégicos – Turma 1	09 e 10/08/2021	EaD Síncrono	Servidores TJMA	8h	50
Gestão de Indicadores Estratégicos – Turma 2	13 e 14/09/2021	EaD Síncrono	Servidores TJMA	8h	50
Perfil Comportamental	21/09/2021	EaD Síncrono e Presencial	Servidores TJMA	6h	50
Poder e Alta Performance na Prática	28 e 29/09/2021	EaD Síncrono	Servidores TJMA	16h	200
Foco na Prática	16 e 17/11/2021	EaD Síncrono e Presencial	Servidores TJMA	16h	200
Workshop Inovação e Criatividade no Judiciário Maranhense	15/03/2022	EaD Síncrono e Presencial	Servidores TJMA	10h	200



*Projeto “Circuito Sexta Cultural” leva música, arte e cultura aos servidores e servidoras do Judiciário.*

volvido no sentido de definir e adequar perfis profissionais que proporcionem mais produtividade e mais satisfação, de modo a identificar os pontos de excelência e os de carência, suprir lacunas e agregar conhecimentos e experiências, tendo por base critérios objetivamente mensuráveis.

### **Programa Meritus**

Na 3ª edição do Programa, através dos Editais nº 34/2021 e 36/2021, foram consideradas 38 atividades meritórias. Na última edição teve 54 servidores inscritos, sendo 53 servidores cadastrados no sistema de Meritocracia com acúmulo dos créditos meritórios, e desses, 36 servidores contemplados com prêmios e vantagens como a participação em Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ); ações de treinamento em território nacional; folga de até cinco dias; passagens aéreas; auxílio bolsa, entre outros.

## **PROGRAMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE PESSOAS**

### **Projeto “Fale com o Rh”**

O Projeto Fale com o RH foi planejado para ser



*Servidores(as) contemplados(as) durante a 3ª edição do Programa Meritus.*

apresentado mensalmente por meio de lives, transmitidas pelas plataformas virtuais utilizadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão – YouTube e Instagram -, com temas específicos de interesse dos servidores e servidoras do Judiciário Maranhense.

### **Projeto Roda de Conversa**

Iniciado em 2018, o Projeto Roda de Conversa integra o Programa Gestão por Resultados no TJMA, envolvendo servidores e magistrados na discussão de temas de interesse comum em suas rotinas de trabalho, visando desenvolver as competências necessárias das equipes de trabalhos e alinhar esforços para o alcance dos objetivos organizacionais.

### **Projeto “Fale com Psi”**

Projeto que consiste em realizar encontros virtuais com magistrados, magistradas, servidores e servidoras que necessitam de apoio psicológico.

### **Ações para o Retorno às Atividades Presenciais no Judiciário**

No cenário da pandemia de Covid-19, coube à Di-

## Ações de Enfrentamento ao covid-19

- Serviço de Telemedicina
- Atendimento em médico e de enfermagem no Combate ao Coronavírus

### Realização de exames para detecção de COVID-19

2020

RT PCR  
114 testes

2021

Teste rápido de anticorpos  
123 testes

2022

Teste rápido de antígeno  
+ 500 testes



retoria de Recursos Humanos, por intermédio da CAEDNC e da Divisão Médica e Psicossocial, o desenvolvimento de ações que visaram esclarecer diversos aspectos relacionados às medidas sanitárias e de proteção à saúde dos servidores a serem adotadas para o adequado retorno às atividades presenciais no âmbito do Poder Judiciário do Maranhense, atendendo aos comandos normativos da Portaria Conjunta nº 322020.

### **Funcionamento do Whatsapp Institucional**

Foi criado ainda um canal de informações com ferramentas comerciais da Divisão Médica para servidores e magistrados para esclarecimento de dúvidas sobre licenças para tratamento de saúde, marcação de consultas;

### **Criação do Portal da Saúde**

Criação de um canal de informações e inserido no site do TJMA em 2020 pela Coordenadoria de Serviços Médicos, Odontológicos e Psicossocial para servidores e magistrados, combatendo as principais doenças preveníveis encontradas nas licenças médicas e exames periódicos;

### **Projeto Felicidade no Trabalho**

Com o objetivo de implantar um plano de felicidade no Tribunal de Justiça do Maranhão, a Diretoria de Recursos Humanos do TJMA, em parceria com o Laboratório de Inovação (ToadaLab), está desenvolvendo o projeto “Felicidade Corporativa”. O projeto foi apresentado em 24/09/2021 aos servidores e servidoras de Raposa (termo da Comarca da Ilha de São Luís), em comarca escolhida para o projeto-piloto.

#### **ATENDIMENTOS SERVIÇO SOCIAL -2020**

1 Projeto social	3 atendimentos sociais 2 visitas domiciliares	01 Processo de readaptação em acompanhamento
------------------	--	--

#### **ATENDIMENTOS SERVIÇO SOCIAL -2021**

60 atendimentos sociais e contatos telefônicos	3 Processos de readaptação em acompanhamento 1 remoção 1 relatório
--	--

#### **ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS - 2020**

447 agendamentos
------------------

#### **ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS - 2021**

314 agendamentos
------------------



### *Avaliação Anual de Saúde*

<b>2020</b>	1751
<b>2021</b>	1986
<b>2022</b>	221
<b>Total</b>	<b>3737 pessoas</b>

### *Consultas médicas presencias*

<b>2020</b>	911
<b>2021</b>	814
<b>2022</b>	125
<b>Total</b>	<b>1850 consultas</b>

**Vídeos do  
Projeto Saúde  
no Judiciário**



**2020**

54 vídeos  
30.004 visualizações

**2021**

37 vídeos  
8258 visualizações

**2022**

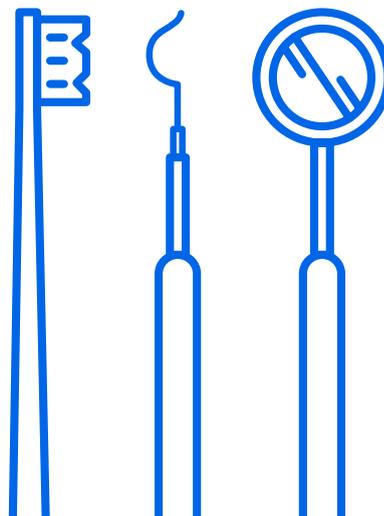
4 vídeos  
1505 visualizações



*Comemoração ao Dia do Servidor teve programação organizada pela DRH e contou com sorteio de brindes, almoço e música.*

**Atividades desenvolvidas  
pela Divisão Odontológica**

Durante o período biênio 2020/2022 foram realizados um total de 4.961 procedimentos, em 876 pacientes atendidos, correspondendo a 100% dos pacientes agendados.



A person in a dark suit and patterned tie is writing on a document with a pen. The document is on a clipboard. In the foreground, a wooden gavel rests on a wooden block. The background is a solid light blue color.

Diretoria  
Judiciária

Durante o último biênio diversas ações foram empreendidas, principalmente com a necessidade de disciplinar de forma emergencial, em razão da pandemia, o trabalho remoto e a alternância no comparecimento às unidades entre os membros de cada equipe, preservando assim a manutenção das atividades essenciais. As mudanças nas rotinas, as reuniões por videoconferência e a suspensão dos prazos processuais em razão da pandemia pelo novo coronavírus (COVID-19), foram norteadores no ano de 2020, nesse contexto com o objetivo de reduzir os acervos processuais e cumprir as metas estipuladas e monitoradas pelo CNJ, cujos resultados refletem uma melhoria significativa no desempenho das unidades judiciais no Segundo Grau.

***A exemplo das inovações e providências implementadas nesse contexto, podem ser citadas as seguintes ações do TJMA***

• Permitir o uso de videoconferência para realização das sessões de julgamento no âmbito do

Tribunal de Justiça do Maranhão, em face da excepcionalidade gerada pela pandemia, conforme a RESOLUÇÃO GP 222020;

• Seguindo as normativas traçadas durante o período pandêmico, foram editadas várias portarias e atos no intuito de regulamentar o atendimento remoto (e-mail institucional, telefones, whatsApp) aos advogados públicos e privados, representantes do Ministério Público e ao público em geral;

• Tornar obrigatório a digitalização e virtualização dos processos judiciais de natureza cível que tramitem em meio físico, para o Sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) pelas unidades jurisdicionais do 1º Grau, quando da remessa dos recursos ao Tribunal de Justiça, sendo recebido, exclusivamente, em formato eletrônico, conforme a PORTARIA-CONJUNTA 212020;

• A PORTARIA-DJ – 162020 disciplinou o recebimento de petições no 2º Grau referentes aos



*Servidores da Diretoria  
Judiciária*

processos físicos, por e-mail, após o horário de atendimento presencial disciplinado na PORTARIA CONJUNTA 522020;

- Foi disciplinado sobre o fluxo de processos físicos e documentos através de carga programada e sistema de malote digital, conforme PORTARIA-CONJUNTA –482020;

- Em outubro de 2020, a Diretoria Judiciária comprometeu-se com a digitalização e migração dos processos físicos em tramitação no 2º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Maranhão e sua inserção no Sistema Processual Eletrônico–PJe-2 Grau, com regulamento conforme PORTARIA-GP–10272020, iniciando com os processos cíveis. O projeto teve como escopo tornar o Segundo Grau 100% digital, alcançando, em dezembro de 2022, a marca de 2.464,480 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta) documentos digitalizados. O impacto dessa medida foi de grande relevância, unindo as medidas de enfrentamento à pandemia, aquelas destinadas ao monitoramento e controle dos processos, além dos ditames da eficiência, celeridade, e transparência;

- A publicação de matérias no Diário da Justiça Nacional –DJEN enviadas diretamente dos sistemas judiciais de processos, foi regulamentada através da RESOLUÇÃO GP 1002020, disciplinando que as matérias administrativas ou matérias não extraídas de um processo judicial específico, tais como pautas, atas e atos administrativos sejam publicadas no Diário da Justiça Eletrônico –DJE;

### Conclusão da digitalização e migração

100%

do acervo de processos da Coordenação de Recursos Constitucionais, que tramitavam em ambiente físico (THEMIS SG) para o ambiente virtual (PJe 2 Grau)

### Digitalização e migração

97%

do acervo das Câmaras Cíveis e Criminais, Isoladas e Reunidas, e Seção Cível

- Implantação do Balcão Virtual, ferramenta criada pelo CNJ, que busca assegurar aos usuários o contato com as unidades judiciais, de forma totalmente online, adotando todas as medidas de proteção e prevenção ao contágio da COVID 19. Atualmente, todas as unidades judiciais de Segundo Grau, fazem atendimento através do Balcão Virtual, e o acesso está disponível na plataforma do Portal de Serviços;

- Promoção da finalização de 897 (oitocentos e noventa e sete) processos físicos suspensos, que aguardavam o julgamento do Superior Tribunal de Justiça, referente ao TEMA 493. Em ação con-



junta com a Assessoria Jurídica da Presidência e a Diretoria de Tecnologia e Informação, foi possível realizar, cumprindo todos os protocolos de segurança em razão da pandemia: a tramitação de retirada dos processos físicos do sobrestamento, a juntada das certidões de julgamento, a juntada das 897 decisões do Presidente do TJMA, tudo isso em menos de 60 dias, o que revelou eficiência e eficácia na prestação jurisdicional;

• Adoção dos procedimentos necessários para a redistribuição do acervo da 3ª Câmara Criminal, extinta em outubro de 2020, em prazo exíguo, e o início das atividades judiciais da 7ª Câmara Cível;

• Em virtude da necessidade de adequação da estrutura física na Diretoria Judiciária e suas unidades, foram realizadas reformas nos espaços onde funcionam: Diretoria Judiciária, Coordenação das Câmaras Cíveis Isoladas e suas Secretarias, Coordenação das Câmaras Criminais Isoladas e suas Secretarias, Coordenação das Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas e Seção Cível, e suas respectivas secretarias. Além da manutenção realizada nos aparelhos de ar condicionado, houve a aquisição de equipamentos novos de informática;

• Realização de solicitações à Coordenação do PJe e a Diretoria de Tecnologia da Informação, para implemento de melhorias e ajustes no sistema PJe-2º Grau, constantes dos memorandos MEMO-DJUR-1062021, MEMO-DJUR-842021, MEMO-DJUR-502021, MEMO-DJUR-462021, MEMO-DJUR-472021, MEMO-DJUR-482021, MEMO-DJUR-232021 e OFC DJUR 492020;

• Reiteração de solicitação a Diretoria de Informática e Automação para disponibilizar RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS a partir da base de dados dos sistemas de acompanhamento processual, Themis SG e PJe 2 Grau, (Memo DJUR 42/2018, 137/2018, 49/2019);

• Implantação do sistema do Portal PJe Mídias para armazenamento dos áudios e vídeos dos processos judiciais físicos, quando da migração destes para o ambiente virtual;

• Realização de anamnese, diagnóstico e intervenção nas coordenações/secretarias para fins de saneamento das pendências nos processos, com

promoção das respectivas baixas processuais;

- Na Coordenadoria de Recursos Constitucionais o Presidente priorizou o julgamento dos feitos mais antigos na unidade, por data de conclusão, bem como aqueles nos quais há prioridade legal, tendo alcançado o resultado de 4.316 (quatro mil, trezentos e dezesseis) processos julgados, decididos e despachos e 996 (novecentos e noventa e seis) processos suspensos;

O comprometimento e a dedicação de todos resultaram em recorde de produtividade, a eficiência e a qualidade na prestação jurisdicional, reduzindo o estoque dos processos e, por consequência, a taxa de congestionamento. Vejamos a produção (distribuição x julgamentos e decisões x baixa e arquivamento) no Segundo Grau, nos dois anos:

**PROCESSOS NOVOS DISTRIBUÍDOS NO 2º GRAU:**

**DISTRIBUÍDOS NO SEGUNDO GRAU**

<b>2020</b>	<b>62.364</b>
<b>2021</b>	<b>84.968</b>

A quantidade de processos distribuídos no 2º Grau, no período de 01.01.2020 a 31.12.2021, registrou um incremento de 26,60% no quantitativo de processos distribuídos no primeiro ano (2020) em relação ao segundo ano (2021);

**PROCESSOS JULGADOS :**

**DECISÕES E JULGAMENTOS NO SEGUNDO GRAU**

<b>2020</b>	<b>57.867</b>
<b>2021</b>	<b>79.387</b>

O quantitativo de decisões e julgamentos no 2º Grau superou em 2021, a quantidade de proces-

sos distribuídos no ano anterior (2020), e um incremento de 27,10% de julgamentos e decisões, em relação ao ano de 2020;

**PROCESSOS FINALIZADOS COM MOVIMENTAÇÃO DE BAIXA :**

**BAIXAS NO SEGUNDO GRAU**

<b>2020</b>	<b>42.229</b>
<b>2021</b>	<b>57.517</b>

A eficiência dos servidores da Diretoria Judiciária ficou evidente com a baixa de quase cem mil processos no último biênio, reduzindo o estoque de processos e por consequência a taxa de congestionamento no Tribunal de Justiça. No ano de 2021 o quantitativo de processos baixados ou arquivados, registrou um incremento de 26,57% em relação ao ano de 2020.

**SESSÕES REALIZADAS POR VIDEO CONFERÊNCIA E VIRTUAIS:**

**SESSÕES REALIZADAS**

Câmaras Cíveis Isoladas	<b>875</b> (oitocentos e setenta e cinco)
Câmaras Criminais Isoladas	<b>394</b> (trezentos e noventa e quatro)
Câmaras Cíveis e Criminais Reunidas e Seção Cível	<b>204</b> (duzentos e quatro)
<b>Total</b>	<b>1.473</b> (um mil quatrocentos e setenta e três)

**DIGITALIZAÇÃO  
E MIGRAÇÃO DE  
PROCESSOS**

**2.464,480**

Quantidade de documentos digitalizados referentes aos processos físicos, para migração ao PJe 2 Grau

**PROCESSOS REMETIDOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES (após as etapas de higienização, digitalização e indexação):**

COORDENAÇÃO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS	
Recursos remetidos ao STF e STJ - 2020/2021	4.798 (quatro mil setecentos e noventa e oito)
Processos julgados/decididos e despachados pela Presidência	4.316 (quatro mil trezentos e dezesseis)
Processos com baixa e arquivamento	6.222 (seis mil duzentos e vinte e dois)
Processos suspensos	996 (novecentos e noventa e seis)

**DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO ESTADUAL:**

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO	2020/2021
Diários da Justiça Eletrônicos gerados (e suplementos)	472 (quatrocentos e setenta e dois)
Matérias publicadas	523.194 (quinhentos e vinte e três mil, cento e noventa e quatro)

**PLANTÃO JUDICIAL DO 2 GRAU, foram recepcionadas:**

PLANTÃO JUDICIAL DO 2 GRAU	
2020	1.418 (um mil quatrocentos e dezoito mil)
2021	1.215

**GRAVAÇÕES DE SESSÕES DE JULGAMENTOS E TRANSCRIÇÕES: 1.473**

Certidões expedidas pela Divisão de Gravação e Registro	
2020	27
2021	26

**ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO NO SEGUNDO GRAU (30.03.2022):**

<b>ACERVO ATUAL DE PROCESSOS NO SEGUNDO GRAU</b>	<b>82.280</b>
--	---------------

## OFICIAIS DE JUSTIÇA

Os Oficiais de Justiça lotados na DJur, desempenharam suas funções com afinco, dedicação e responsabilidade junto às Câmaras Cíveis e Criminais, isoladas e reunidas e Seção Cível. A equipe, formada por 18 (dezoito) Oficiais de Justiça, cumpriram dezessete mil, quinhentos e setenta e três (17.573) ordens, dentre mandados, ofícios, alvarás, expedindo, em todos, respectiva certidão, além de atuarem no plantão judicial do Segundo Grau, e, de, obrigatoriamente, se fazerem presentes, diariamente, às sessões.

Além das atribuições institucionais desta Diretoria Judiciária, realizadas pelas unidades integrantes da estrutura organizacional, são igualmente desenvolvidas atividades diversas, relacionadas nos tópicos a seguir, comprovando o comprometimento de todos os seus colaboradores no sentido de cumprir fielmente as atribuições que lhe foram conferidas, contribuindo efetivamente com a função jurisdicional do Tribunal de Justiça do Maranhão.

<b>Unidade subscritora</b>	<b>Tipo de documento</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Vice-Presidência	Ofícios	328	396
Presidência	Ofícios	237	171
	Mandados	52	173
	Circulares	00	30
Diretoria Judiciária	Portarias	00	6
	Certidões	632	670
	Memorandos	108	119
	Cartas de Ordens e Precatórias	13	20
	Escalas de plantão semanal	68	67

### **Ações dos servidores nos sistemas judiciais de acompanhamento processual**

Tramitações nos sistemas, Themis Sg e PJE 2 Grau, realizadas pelos servidores das SECRETARIAS, COORDENAÇÕES e DIVISÕES da DJUR, tais como: intimações, vistas, remessa, notificações, expedições de atos, cartas, arquivamentos e baixas, no biênio 2020/2021 até março de 2022:

**TOTAL: 10.914,14 (dez milhões, novecentos e quatorze mil e quatorze)**





Diretoria de  
informática

**Tribunal passa a utilizar o Diário da Justiça Eletrônico Nacional – DJEN, para publicação de documentos de processos judiciais.**

O Diário de Justiça Eletrônico Nacional – DJEN, foi implantado nos sistemas do Judiciário maranhense em janeiro de 2021. O Judiciário maranhense passou a adotar o Diário de Justiça Eletrônico Nacional como instrumento de comunicação oficial, publicação e divulgação dos atos judiciais produzidos nos sistemas processuais do TJMA, nos termos da Resolução CNJ nº 234, em substituição ao Diário de Justiça Eletrônico (DJe).

**Turmas Recursais e Juizados com competência criminal passam a utilizar o PJe Criminal.**

O protocolo, o registro, a distribuição, a autuação, a tramitação e as comunicações nos processos judiciais da competência criminal, bem como a prática dos atos processuais e respectiva representação por meio eletrônico, serão feitos exclusivamente pelo Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todas as turmas recursais e nos juizados com competência criminal.

**Tribunal inicia a operação do sistema Acessus para controle de visitantes.**

O Tribunal lançou em janeiro de 2021 o sistema Acessus. O novo software permite o registro de visitantes que acessam as dependências das unidades do Judiciário. O Acessus, desenvolvido a pedido da Diretoria de Segurança, armazena dados básicos, registros de visitas e fotos dos visitantes, permitindo o seu controle e acompanhamento.

**Tribunal instala novos servidores de arquivos nas áreas administrativa e judicial.**

O Tribunal instalou novos servidores para o armazenamento de arquivos na Sede do TJMA, Corregedoria e Centro Administrativo. Os novos equipamentos, responsáveis por conter as pastas de rede de todas as unidades, utilizam tecnologia de software livre, não gerando gastos adicionais com licenciamento.

**Central de Custódia de São Luís inicia operação de sala de audiência de custódia por videoconferência.**

A Central de Custódia de São Luís começou a operar uma sala de videoconferência montada especialmente para audiências de custódia. As audiências de custódia por videoconferência foram disciplinadas pelo Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº 357.



**Comarcas de entrância intermediária passam a utilizar o Módulo Criminal do sistema PJe.**

O protocolo, o registro, a distribuição, a autuação, a tramitação e as comunicações nos processos judiciais da competência criminal, bem como a prática dos atos processuais e respectiva representação por meio eletrônico, serão feitos exclusivamente pelo Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) em diversas comarcas de entrância intermediária.

**Tribunal Implanta novo módulo do sistema de material e patrimônio.**

O Tribunal implantou em fevereiro o módulo de controle de suprimentos do sistema Materiales. O novo módulo permite o controle de estoques de materiais e suprimentos e a requisição, pelas unidades, de novos suprimentos para seu uso.

**Tribunal amplia sua capacidade de backup de dados e arquivos.**

O Tribunal ampliou em fevereiro sua capacidade de backup de dados e arquivos. Com a aquisição de um novo robô para gravação de backup em fita, o TJMA ampliou em mais de 50% sua capacidade de armazenamento de cópias de segurança dos dados de seus sistemas.

**Unidades judiciais de 1º e 2º Graus já estão atendendo através da plataforma do Balcão Virtual.**

Por meio da plataforma de videoconferência “Balcão Virtual”, as unidades de 1º e 2º Graus prestam atendimento ao público, durante o horário de expediente forense. O atendimento eletrônico se dá em tempo real e sem solicitação

prévia, aos advogados, às advogadas, partes e interessados, com procedimento similar ao do balcão de atendimento comum.

**Tribunal implanta plataforma Zoom para sessões por videoconferência.**

O Tribunal implantou a plataforma Zoom Meetings, para as sessões por videoconferência, em substituição ao software Lifesize. A plataforma Zoom, uma das soluções mais utilizadas no mundo, vai permitir o uso de salas virtuais para os órgãos julgadores do TJMA.

**Tribunal finaliza projeto de modernização da rede lógica do Fórum de São Luís.**

O Tribunal concluiu em março o projeto de modernização da rede lógica e do CPD do Fórum de São Luís. Durante a execução do projeto, cuja primeira fase iniciou ainda em 2019, foram substituídos equipamentos de conexão, instalados novos servidores, novos equipamentos de armazenamento de dados, organizados racks, bem como implantados novos links de fibra ótica.

**Tribunal lança App para abertura e acompanhamento de chamados de suporte a TI.**

O Tribunal lançou um App para solicitação de suporte de TI, o SDesk. A proposta é substituir as ligações telefônicas e e-mails, por cadastramento direto de solicitações no App, usando o celular. O SDesk permite anexar fotos, vídeos, voz e arquivos de texto ao chamado, abrir e acompanhar o atendimento, usando apenas o celular.

**Tribunal conclui projeto de modernização do Datacenter do Fórum de São Luís.**

**Tribunal implanta robôs de Inteligência Artificial e Automação para agilização de tramitação processual.**

O Tribunal finalizou em abril a etapa de implantação de módulos de IA que atuam em conjunto com o PJe. As soluções utilizam abordagens de Inteligência Artificial e de Automação para agilizar a tramitação processual.



O Tribunal concluiu em abril o projeto de modernização do Datacenter do Fórum de São Luís. Durante a execução do projeto foram instalados novos servidores, novos equipamentos de armazenamento de dados, organizados racks, bem como implantadas novas ligações de fibras óticas.

**Tribunal lança novos Hotsites de Programas e Ações.**

O Tribunal lançou em maio os novos hotsites para os Programas e Ações do Judiciário. A proposta é substituir os sites usados por setores, programas e ações, por apresentações mais modernas e aderentes ao formato do novo portal. Os novos hotsites podem ser acessados a partir do Portal do Judiciário ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)), através do menu “PROGRAMAS E AÇÕES”.

**Tribunal amplia serviço de suporte remoto aos usuários de TI.**

O Tribunal ampliou em maio o seu serviço de atendimento ao usuário de TI, com a ampliação

do atendimento remoto para todas as comarcas. A partir de agora os atendimentos de TI serão realizados prioritariamente de forma remota, acessando à distância os equipamentos dos usuários.

**Sistemas são adequados à Resolução nº 270 do CNJ, que trata do uso do nome social.**

O Tribunal está realizando a adequação dos seus sistemas de informação, para dar cumprimento à Resolução nº 270 do CNJ, que estabelece o uso do nome social. A Resolução assegura a possibilidade de uso do nome social às pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, aos magistrados, aos estagiários, aos servidores e aos trabalhadores terceirizados do Poder Judiciário, em seus registros funcionais, sistemas e documentos.

**Tribunal instala novo scanner para digitalização do acervo histórico.**

O Tribunal instalou em maio um novo equipamento de digitalização (scanner) na Coordenadoria

de Arquivo e Gestão Documental. O novo equipamento possui características especiais para a digitalização de documentos históricos, permitindo a realização do serviço, sem causar dano ao documento.

#### **Tribunal implanta nova versão do PJe, com integração com o SISBAJUD.**

O Tribunal implantou no mês de julho a versão 2.1.5 do sistema PJe. A versão traz novas funcionalidades e diversas correções. Uma das novidades da nova versão do PJe é a integração com o sistema SISBAJUD, permitindo a automação do envio das ordens judiciais e análise das respostas encaminhadas pelas instituições financeiras.

#### **Lançada a primeira versão do sistema Magistratus.**

O Tribunal lançou a primeira versão do sistema Magistratus, desenvolvido por solicitação da CGJ, e que tem como objetivo distribuir os magistrados auxiliares, nos afastamentos dos magistrados titulares de entrância final, de forma igualitária, transparente e democrática.

#### **Tribunal lança módulo de casamento comunitário no Regesta.**

O Tribunal desenvolveu um novo módulo para o sistema Regesta, o “Casamento Comunitário”. O novo módulo atende à necessidade de otimização das inscrições, agendamentos e registros das informações referentes ao Projeto Casamentos Comunitários.

#### **Tribunal reforça suas defesas cibernéticas com novos Firewalls.**

O Tribunal adquiriu e instalou dois novos equi-



pamentos do tipo Firewall, para proteção do ambiente computacional do Judiciário contra invasões. Um firewall é um equipamento de segurança que monitora a rede de dados e permite bloquear tráfegos suspeitos, protegendo contra acessos indevidos. Em inglês, o termo “firewall” é o nome das portas antichamas usadas nas passagens para as escadarias dos prédios.

#### **Tribunal lança nova versão do sistema para as Contadorias Judiciais.**

O CONJUD é um sistema de informação que permite o controle dos trabalhos das contadorias



**Tribunal amplia capacidade de processamento do Datacenter.**

O Tribunal ampliou em maio a capacidade de processamento do Datacenter, com a instalação de novos servidores da marca Lenovo. A medida está em alinhamento com a Meta 8 da Administração, que visa implementar ferramentas tecnológicas para a excelência do parque de TI do Tribunal.

judiciais, gerenciando as entradas e saídas dos processos e os responsáveis pelos cálculos aplicados. O CONJUD trabalha de forma integrada aos sistemas Themis e PJe, capturando informações dos processos desses sistemas, permitindo que os servidores das contadorias, registrem suas atividades em perfeita sincronia com os dados das unidades judiciais.

**Tribunal atualiza datacenter para aumentar a capacidade de processamento e memória.**

Em consonância com seu projeto de modernização de TI, o Tribunal instalou novos equipamen-

tos servidores no datacenter, com a finalidade de ampliar a capacidade de processamento e a memória. Os novos equipamentos, da marca Lenovo, permitirão aumentar a velocidade de execução dos sistemas e serviços, pois possuem maior quantidade de processadores e mais memória.

**Tribunal elabora seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC.**

Com o objetivo de prover soluções tecnológicas céleres, modernas e transparentes, o Tribunal aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação -PDTIC, que orientará os projetos e ações de TI no âmbito do Judiciário estadual até o ano de 2023, conforme Portaria nº 647/2021.

**Tribunal instala novos servidores de rede em Caxias e Timon.**

Com o objetivo de prover soluções tecnológicas céleres, modernas e transparentes, o Tribunal aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação -PDTIC, que orientará os projetos e ações de TI no âmbito do Judiciário estadual até o ano de 2023, conforme Portaria nº 647/2021.

**Novas salas de videoconferência nas comarcas de entrância inicial.**

Em consonância com seu projeto de modernização de TI, e atendendo aos critérios da Resolução CNJ nº 354, o Tribunal instalou novos equipamentos de videoconferência, em comarcas de entrância inicial. O serviço de videoconferência é utilizado para a realização de audiências, reuniões administrativas, eventos e para o cumpri-

mento de diversos atos processuais, conectando as unidades do Judiciário, evitando deslocamentos e agilizando a comunicação de magistrados e servidores.

### **Tribunal inicia a implantação do sistema PJe Mídias.**

Após a conclusão, pela Corregedoria Geral de Justiça, da etapa de homologação da ferramenta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para armazenamento dos arquivos de áudio e vídeo dos processos do PJe, o Tribunal iniciou a implantação da solução nas unidades de 1º Grau. A ferramenta padronizada pelo CNJ permite armazenar os arquivos de mídia e compartilhá-los com advogados, Ministério Público, Defensoria Pública, dentre outros interessados.

### **Tribunal lança novo sistema de comunicação do Telejudiciário com o público.**

O Tribunal lançou um novo sistema de comunicação do Telejudiciário com a população, por meio de uma plataforma de comunicação em nuvem que otimiza a operação de atendimento multicanal, de forma simultânea, por chat, e-mail e Telegram, que se somam ao serviço de voz, já oferecido por ligação telefônica.

### **Tribunal instala rede WIFI e novo servidor de rede no fórum de Imperatriz.**

Em consonância com seu projeto de modernização de TI, e atendendo aos critérios da Resolução CNJ nº 370, o Tribunal instalou em outubro a rede sem fio (WIFI) e o novo servidor de rede do Fórum de Imperatriz.





Diretoria de  
Segurança  
Institucional



A Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar –DSIGM– proporciona a garantia da prestação jurisdicional na medida em que promove segurança aos magistrados e servidores do Poder Judiciário, à luz de suas atribuições normativas e segundo as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

### **PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS**

No Biênio 2020-2022, em meio às restrições do momento pandêmico, a DSIGM manteve em plena atividade todos os serviços de segurança patrimonial; realizou inspeções técnicas; manteve ativo o plantão da segurança; tramitou processos administrativos para aquisição de equipamentos e serviços, além de realizar atualizações normativas e atendimentos em ocorrências envolvendo a segurança institucional, conforme detalhamento:

#### **ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE NORMATIVOS**

- Resolução 72/2021, institui e regulamenta a

medalha de mérito da Segurança Institucional;

- Resolução 73/2021, dispõe sobre controle de acesso nos prédios do Poder Judiciário;

- Resolução 38/2021, disciplina o depósito e destinação de armas de fogo acessório e munições apreendidas;

- Portaria TJ 3795/2021, homologa e torna pública a lista de agraciados com a medalha Des. José Joaquim Filgueiras: mérito da segurança institucional;

- Resolução GP 12/2022 – Consolidação das Resoluções que regulamentam a estrutura administrativa e operacional da DSIGM

- Portaria GP 737/2020 – Quadro de Dotação de Armamento do Poder Judiciário junto ao Exército Brasileiro;

#### **PROJETOS E AÇÕES GERAIS**

- Produção de revista institucional sobre a história da Segurança Institucional;

- Organização da Sessão Solene em comemoração aos 10 anos de criação da Diretoria de Segu-

rança Institucional e Gabinete Militar com entrega de medalhas e moedas institucionais;

- Produção do Manual de Procedimento para Abordagem da Segurança Institucional;
- Disponibilizado o Sistema de Cadastro de Visitantes para 100% das unidades judiciais/administrativas;
- Oferta do Curso de Hospitalidade aos agentes da segurança institucional na modalidade EaD, com intuito de fornecer o necessário aperfeiçoamento aos agentes da segurança institucional;
- Disponibilização dos novos crachás conforme previsão da Resolução 73/2021 – assegurado na política de controle de acesso.

### **GESTÃO DE CONTRATOS, AQUISIÇÕES E PROCESSOS EM TRÂMITE**

A partir da gestão dos recursos advindos do FERJ e do FUNSEG, por meio das deliberações entabuladas no âmbito da Comissão Permanente de Segurança Institucional e do Conselho de Administração do Funseg, que têm como seu presidente o Des. Raimundo José Barros de Sousa, a DSIGM instrui e acompanha processos administrativos e fiscaliza os contratos celebrados para aquisição de serviços e demais ferramentas que sejam necessárias à segurança institucional.

- Processo 1.040/2020 – Implementação da central de videomonitoramento – CISIPJ (Centro Integrado de Segurança Institucional do Poder Judiciário): Em andamento
- Processo 20.306/2020 – contratação de empresa especializada para prestar serviços de vigilância armada, supervisão de vigilância e operador de monitoramento CFTV: Concluído
- Processo 25.037/2020 – Aquisição de peças para Pórticos: Concluído



*Magistrados(as) participaram de cursos de Segurança Institucional*

- Processo 34.470/2020 – Aquisição de 10 Pórticos: Concluído
- Processo 35.559/2020 – Aquisição de armamento para emprego na segurança institucional: Em andamento
- Processo 35.919/2020 – Aquisição de braçais de identificação: Concluído
- Processo 5.436/2021 – Aquisição de raio-x com garantia estendida: Concluído
- Processo 17.817/2021 – Aquisição de uniforme operacional e equipamentos táticos para treinamento de magistrados e militares: Em andamento
- Processo 20.064/2021 – Aquisição de equipamento gerenciador de videowall: Concluído
- Processo 27.874/2021 – Convênio para contratação de militares da reserva remunerada: Em andamento
- Processo 35.926/2021 – Aquisição de lanternas táticas para emprego na segurança institucional: Em andamento
- Processo 5.668/2021 – Confecção e fornecimen-



*Sessão solene de comemoração da Medalha de Mérito da Segurança Institucional*

to de crachás: Concluído

- Processo 28.494/2020 – locação de sistema de rádio comunicação: Concluído
- Processo 3667/2021(aditivo) – aquisição de 02(dois) equipamentos de raio-x: Concluído

### **OPERAÇÕES DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

- Segurança aproximada do ministro e presidente do STF;
- Segurança aproximada de autoridades dentre elas: 01 Ministro do STJ, juízes auxiliares do TSE e Diretor da DEPEN para palestra na ESMAM;
- Segurança aproximada de magistrados para o Encontro Nacional de Corregedores ENCOGE;
- Segurança aproximada de 04 Generais em visita ao TJMA;
- Segurança aproximada de magistrados do CNJ durante inspeção ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;
- Segurança aproximada de magistrados para

Sessão Solene em comemoração aos 10 anos de criação da Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar com entrega de medalhas e moedas institucionais;

### **TREINAMENTOS REALIZADOS**

Com o retorno das atividades presenciais, seguindo todas as regras pertinentes para segurança sanitária, o calendário de cursos programados pela DSIGM e CPSI foi retomado. Assim, cientes de que a continuidade das ações formativas são fundamentais para a qualidade do serviço prestado, foram realizados os seguintes treinamentos:

- Curso de Segurança Institucional módulo III: (combate veicular e tiro defensivo)
- Curso de Segurança Institucional módulo II
- 04 turmas do Curso de Proteção e Privacidade Online
- Atualização de conhecimentos para utilização de armas de fogo

• 03 turmas do Curso de Hospitalidade no Poder Judiciário

## **PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

### **RECOLHIMENTO DE ARMAS**

Sob a responsabilidade da Divisão de Proteção ao Magistrado, a ação de recolhimento de armas é regida pela Resolução-GP 38/2021, e constitui-se em uma política de segurança institucional que busca a retirada sistemática de armas de fogo vinculadas a processos judiciais das dependências dos Fóruns. Desta forma, foram recolhidas na capital 364 armas de fogo e 754 armas brancas, acrescenta-se a esses dados, a coleta de 3.852 armas de fogo e 2.893 armas brancas nas unidades do interior do Estado. Por fim, foram encaminhadas 3.865 armas para destruição, sendo 2.690 armas de fogo e 1.175 armas brancas, seguindo os protocolos da Lei 10.826/03, e conforme as diretrizes estabelecidas pelo CNJ as quais são a base da nova Resolução-GP 38/2021 que trata da matéria, no âmbito do TJMA.

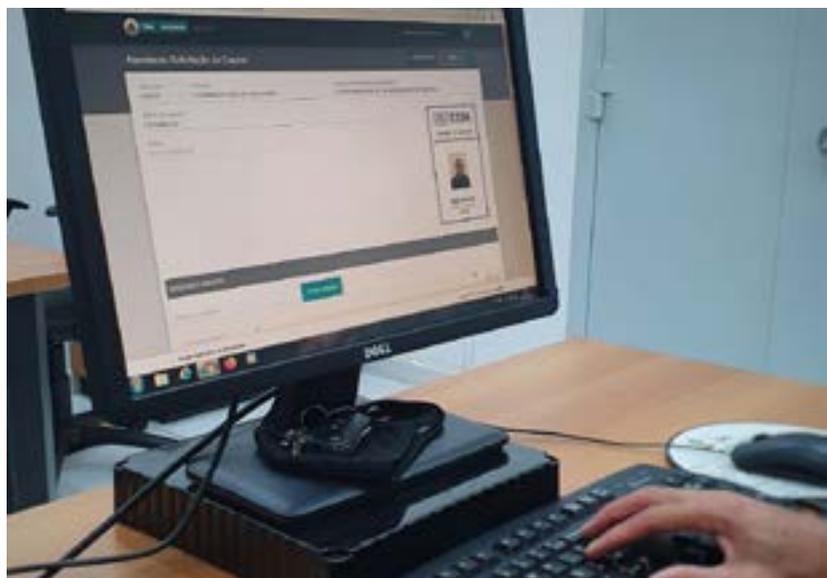
### **SUPERVISÃO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA**

A Supervisão é responsável pelos atendimentos presenciais e remotos, fiscalização das manutenções preventivas e inspeções nos equipamentos sob sua guarda, extração de imagens, além das questões administrativas que envolvem a elaboração de projetos, termos de referência na área e a tramitação do processo administrativo que busca a reestruturação da central de videomonitoramento do TJMA.

Foram totalizados 1.397 atendimentos realizados pela equipe da supervisão conforme quadro demonstrativo:



*A DSIGM promove a segurança de magistrados(as), servidores(as) do Judiciário.*



*O uso do crachá é obrigatório nas dependências do Poder Judiciário*

**RECOLHIMENTO DE ARMAS**

<b>CAPITAL</b>		<b>INTERIOR</b>	
TIPO	QUANT.	TIPO	QUANT.
ARMA DE FOGO	364	ARMA DE FOGO	3.852
ARMA BRANCA	754	ARMA BRANCA	2.893
TOTAL	1.118	TOTAL	6.745

**BIÊNIO**

TIPO	QUANTIDADE
ARMA FOGO	2.690
ARMA BRANCA	1.175
TOTAL	3.865

**SUPERVISÃO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA**

TIPO	QUANT.
ATENDIMENTO VIDEOMONITORAMENTO	865
MANUTENÇÃO	379
ENTREGA DE EQUIPAMENTOS SEGURANÇA	121
PROJETOS	32
TOTAL	1.397

**SUPERVISÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO**

TIPO	QUANT.
ORIENTAÇÃO PREVENTIVA AOS SERVIDORES	434
VISTORIA TÉCNICA EM EDIFICAÇÕES	148
RELATÓRIOS TÉCNICOS DE VISTORIA	38
TESTE EM HIDRANTE	29
PALESTRAS	14
ORIENTAÇÕES EM PROJETOS TÉCNICOS	19
TOTAL DE AÇÕES	682

**SUPERVISÃO DE SEGURANÇA DO FÓRUM SARNEY COSTA**

TIPO	TOTAL
CUMPRIMENTO DA ORDEM DE MISSÃO (PRISÃO CÍVEL)	116
ATUAÇÃO EM SESSÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI	398
ACESSO PERMITIDO	550.000

**SUPERVISÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO**

A Supervisão integra a Coordenação de Segurança Institucional, tendo realizado o rol de 703 ações, conforme quadro abaixo:

**SUPERVISÃO DE SEGURANÇA DO FÓRUM SARNEY COSTA**

Mesmo em tempos de pandemia, a segurança institucional do TJMA, como serviço essencial ao Poder Judiciário, manteve diariamente todos os seus postos ativos, com as devidas cautelas sanitárias exigidas para o momento.

**SUPERVISÃO DE SEGURANÇA PATRIMONIAL**

Como parte da política de controle de acesso, a supervisão realiza emissão de crachás (1º e 2º vias) aos servidores e magistrados do Poder Judiciário, tendo em vista ser este um item de porte ostensivo obrigatório nas unidades judiciais e administrativas.

Com a conclusão do processo 5.668/2021, foi possível pôr em prática a confecção de 4.307 novos crachás, sendo entregues por volta de 2.257 novos crachás em consonância a resolução 73/2021.

**DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA**

As ações desempenhadas por este setor são as mais variadas, e incluem, em grande medida, as tratativas técnico-operacionais diante de ocorrências de segurança institucional.

No período apurado, foram feitos 111 atendimentos; 36 relatórios de inteligência; além de visita técnica; levantamentos; análise de risco e escolta.

Escola Superior  
da Magistratura  
do Estado do  
Maranhão  
ESMAM



**D**e acordo com a síntese das ações institucionais no período, a escola atingiu mais que o dobro da meta prevista no planejamento estratégico, com a oferta de 242 atividades formativas e de extensão, entre essas, 49 cursos de pós-graduação – especialização, mestrado e doutorado.

### FORMAÇÃO CONTINUADA DA MAGISTRATURA

Foram ofertadas mais de 266 horas-aula para 576 juízes e juízas de todo o Estado -166 a mais que o esperado para o período. No primeiro ano de gestão, além das 32 formações credenciadas junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura (Enfam), magistrados também participaram de cursos pós-graduação, extensão e atividades de pesquisa, totalizando 992 horas-aula.

### CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E EVENTOS EDUCACIONAIS

A capacitação e aperfeiçoamento dos servidores e servidoras demandou 4.405 horas, com a ofer-

ta de 5.853 vagas –52% acima da meta definida. Os 5.118 profissionais participaram de 165 atividades educacionais na modalidade presencial e a distância, com um total de 3.482 capacitados –68% dos inscritos.

### PLATAFORMA EAD ESMAM

Das ações realizadas, 99% aconteceram na plataforma de educação a distância (EAD-ESMAM), devido à pandemia da Covid-19. O esforço resultou na contratação de 257 tutores e formadores locais e externos que atuaram na realização de novas atividades, realizadas com o apoio de ferramentas e plataformas digitais. Salas virtuais abrigaram, em média, 12 ações por mês -a maior faixa de oferta formativa já alcançada na história da escola.

### FORMAÇÃO DE FORMADORES – FOFO

Foram capacitados 74 formadores –nos Níveis 1 e 2, distribuídos em seis novas turmas do Curso de Formação de Formadores no Contexto da Magistratura (FOFO), totalizando 182 horas-aula.

#### ESMAM - 2021

	CURSOS	VAGAS	HORAS-AULA	DOCENTES	CAPACITADOS
MAGISTRADO	32	1.260	992	38	576
SERVIDOR	119	5.853	1.180	58	3.482
EXTENSÃO	39	5.772	469	91	2.499
FOFO	6	220	182	3	74
PÓS-GRADUAÇÃO	46	587	2.574	67	488
TOTAL	242	13.692	5.397	257	7.119

### CURSOS E AÇÕES DE EXTENSÃO

Seminários, lives e congressos

**2.499**

beneficiados, magistrados e profissionais do TJMA, além do público externo



### **FORMAÇÃO DE CONCILIADORES**

Mais 96 profissionais do TJMA e acadêmicos de faculdades parceiras do Nupe-mec concluíram, em 2021, a fase teórica da Formação de Conciliadores e Mediadores – requisito obrigatório para atuação como voluntários na pacificação de conflitos judiciais.

### **PÓS-GRADUAÇÃO**

Especialização, mestrado e doutorado

# 381

beneficiados, por meio de acordos de cooperação com instituições de ensino superior.

## ESPECIALIZAÇÃO

Em 2021, 67 magistrados(as) e servidores(as) do TJMA concluíram as disciplinas curriculares da primeira turma do curso de Especialização em Gestão Judiciária, promovido por meio de convênio entre a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a ESMAM. O programa avalia agora os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Estão em andamento, as especializações em Direito Público (cooperação com a UEMA, ALEMA e FAPEAD), com 50 alunos; e Perícias e Avaliação de Bens e Direitos (parceria com a Unileya Educacional), da qual participam 89 oficiais de justiça.

## CONVÊNIO PUC MINAS VIRTUAL

Por meio de cooperação entre a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), TJMA e ESMAM, iniciaram-se em novembro de 2021 e janeiro de 2022 42 cursos de especialização, na modalidade “a distância”, beneficiando cerca de 200 profissionais ativos. O custo de mensalidade, por discente, é de R\$ 290,00, sendo que o TJMA arca com 50% do valor.

## MESTRADO

Outro avanço foi o lançamento do Mestrado Interinstitucional (Minter) em Ciências Sociais, no âmbito de cooperação entre a PUC Minas, TJMA, ESMAM e AMMA - o primeiro do país proposto através de uma escola judicial.

## DOUTORADO

Em fevereiro de 2021, iniciou-se a primeira turma de Doutorado em Direito formada por profissionais do Tribunal de Justiça do Maranhão. A iniciativa é resultado de Acordo de Cooperação Técnico-Científico entre TJMA, ESMAM, AMMA e

a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unesc), possibilitando o acesso de 15 discentes, com parte dos custos financiados pelo TJMA - o primeiro do país a investir na realização de doutorado específico para os seus quadros e carreiras.



*Assinatura do Termo de Cooperação PUC Minas Virtual e ESMAM*



*Abertura oficial do Mestrado em Ciências Sociais PUC MINAS-ESMAM*

## MOSTRA CULTURAL DO JUDICIÁRIO

Como parte da programação comemorativa dos 35 anos da ESMAM, celebrado no dia 12 de novembro de 2021, foi realizada a 14ª edição do ESMAM CULTURAL - Mostra de Arte e Cultura do Judiciário, com 18 apresentações artísticas e literárias de profissionais do TJMA -, no Shopping Golden, (Calhau), com acesso aberto ao público. Participaram como convidados o cantor e compositor César Nascimento, além dos grupos folclóricos Lamparina e Ciranda de Roda, destacando repertório de música popular brasileira, especialmente a maranhense.



## AULAS MAGNAS

O Programa de Aulas Magnas, com temática sobre Direito e Justiça, aconteceu durante todo o ano, com participação dos juristas, Carlos Ayres Britto e Eros Grau; os ministros do STJ Gurgel de Faria e Rogério Schietti; o desembargador federal Ney Bello e o professor e filósofo Mário Cortella. A ESMAM promoveu ainda os Seminários sobre Saúde Pública e Suplementar e Poder Judiciário





como Garantidor da Democracia e dos Direitos Fundamentais, dos quais participaram os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Rogério Schietti Cruz e Reynaldo Soares da Fonseca; o desembargador federal Ney de Barros Bello Filho e o jurista Clênio Jair Schulze.

Também foram lançados os projetos Café Literário da Magistratura e Pílulas de Conhecimento – produções educativas em vídeos de curta duração, com dicas e comentários de literatura de magistrados, e orientações sobre temas variados, que vão além do saber jurídico.

A ESMAM prosseguirá com a ampliação do seu Programa de Pós-Graduação e Pesquisa, acompanhando a oferta de 51 novos cursos de especialização a distância, além de 30 vagas para o Mestrado Interinstitucional em Direito. O convênio está em fase final de tramitação e submetido à avaliação da CAPES.

O calendário de cursos de formação continuada para os juízes e juízas e de capacitação para os demais profissionais já está em vigor. São mais de 100 opções de atividades, a maioria inéditas, com temas selecionados a partir das demandas solicitadas pelas unidades administrativas e judiciais do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral. Os temas compreendem os diversos ramos do Direito, Gestão Judiciária, Línguas, Responsabilidade Social, Diversidade, Saúde e Qualidade de Vida, Tecnologias e Educação.

REVISTA INTERDISCIPLINAR  
SISTEMAS DE JUSTIÇA  
E SOCIEDADE



- SEGUNDA EDIÇÃO REVISTA CIENTÍFICA SISTEMAS DE JUSTIÇA E SOCIEDADE -publicação que reúne a produção científica de profissionais do Judiciário maranhense.
- AMPLIAÇÃO DO ACERVO FÍSICO E DIGITAL DA BIBLIOTECA DESEMBARGADORA MADALENA SEREJO
- NOVOS PROJETOS EDITORIAIS DO SELO DAS EDIÇÕES ESMAM
- ORGANIZAÇÃO DO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO TJMA 2021
- AMBIENTAÇÃO FUNCIONAL DOS ESTAGIÁRIOS
- RECEBIMENTO DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS DO AUXÍLIO BOLSA
- IMPLANTAÇÃO DA PLATAFORMA DIGITAL MINHA BIBLIOTECA

Coordenadoria  
Estadual da Mulher  
em Situação de  
Violência Doméstica  
e Familiar



Em cumprimento à Resolução 254/2018 do Conselho Nacional de Justiça, que consolida a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Poder Judiciário, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar destaca abaixo suas principais ações desenvolvidas no biênio 2020-2022.

### *Desperta, Maria!*

Instituído pelo Ato da Presidência-GP-Nº 72019, objetiva incentivar servidoras, colaboradoras das empresas terceirizadas e magistradas a denunciarem situações de violência doméstica e familiar que vivenciem ou tenham conhecimento.

### *Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano*

Objetiva difundir a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) em todo o estado do Maranhão, com foco especial para os autores e potenciais autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme dados levantados pelas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, visando contribuir para a mudança de atitudes e comportamentos sexistas, enfatizando a responsabilidade de autores de violência e de mulheres em situação de violência, na erradicação desse fenômeno.

### *Valoriza Mulher*

Visa promover reconhecimento às empresas que investem em ações e projetos de prevenção à violência doméstica e familiar, garantia dos direitos das mulheres, bem como do empoderamento feminino no ambiente de trabalho.



*CEMUHER premiou empresas e empreendedores por desenvolverem ações de enfrentamento à violência contra a mulher*



*Palestra do programa “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano” para alunos(as) dos cursos de Psicologia e Direito, do Centro Universitário UNDB*



Culminância do Programa “Homem Consciente”  
no Fórum de São Luís

### *Prevenção Sustentável*

Intenta integrar órgãos públicos e empresas privadas que disponham de plataformas digitais de comunicação com seus clientes para a disseminação de boletins mensais discorrendo acerca de conteúdos preventivos à violência doméstica e familiar contra a mulher.

### *Homem Consciente*

Com o objetivo de sensibilizar e divulgar conteúdos sobre masculinidades e grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher, visando a prevenção de atos violentos nas relações íntimas de afeto, domésticas e familiares.

### *Banco de Boas Práticas*

Possui o objetivo de reconhecer e disseminar iniciativas exitosas de enfrentamento à violência doméstica e familiar desenvolvidas por magistradas, magistrados, servidoras e servidores do Poder Judiciário do Maranhão.

As iniciativas aprovadas são divulgadas no hotsite da CEMULHER e, a cada trimestre, é produzido um informativo das boas práticas para divulgação das ações nas mídias sociais do TJMA. Servidoras, servidores, magistradas e magistrados que tiverem suas ações publicadas recebem certificado de reconhecimento pelas suas contribuições no enfrentamento à violência doméstica e consequente alcance social.



## *I Concurso Literário “Maria Firmina dos Reis”*

Com o objetivo de incentivar a produção literária acerca da temática da violência doméstica e familiar contra a mulher, a CEMULHER realizou o I Concurso Literário “Maria Firmina dos Reis”, premiando contos, crônicas e poemas acerca do tema nas categorias adolescente e adulta.

## *Justiça Pela Paz em Casa*

O Programa Nacional “Justiça pela Paz em Casa” objetiva aprimorar e tornar mais célere a prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher por meio de esforços concentrados de julgamento e instrução de processos, bem como de ações multidisciplina-

res com enfoque no enfrentamento à violência contra as mulheres.

## *Medida Protetiva On-line*

Visa facilitar o acesso de mulheres com dificuldades de locomoção, em cárcere ou residentes em áreas distantes às medidas protetivas, vez que a requisição é feita de maneira integralmente virtual, viabilizando o acesso das vítimas.

## *Novos Olhares, Novos Valores*

Almeja difundir conteúdo educativo acerca da temática da violência doméstica a discentes do Ensino Médio das redes pública e privada, com enfoque em palestras, rodas de diálogo e divulgação de material educativo.



- 1- Lançamento do E-Book Maria Firmina dos Reis
- 2- Lançamento do Projeto “Novos Olhares, Novos Valores” em escolas públicas.
- 3- Palestra do projeto “Novos Olhares, Novos Valores”, para alunos e alunas do Ensino Médio, do Centro de Ensino Coelho Neto, em São Luís.





*Participação no XIII Fonavid (Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher), em Teresina -PI.*



*Passeio de bicicleta conscientiza sobre o combate à violência contra a mulher.*



*II Roda de Diálogo sobre os Direitos Humanos das Mulheres com o Conselho da Mulher Empresária e Associação Comercial do Maranhão.*

## ATIVIDADES 24/04/2020 A 18/03/2022

DATA	ATIVIDADE
28/04/2020	16ª Semana da Justiça pela Paz em Casa – Conselho Nacional de Justiça
29/05/2020	Live O papel da Coordenadoria da Mulher no enfrentamento da violência de gênero no Maranhão
22/06/2020	Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica (Envio da lista de farmácias cadastradas)
18/06/2020	Live Masculinidades na Pandemia: autocuidado, sexualidades e violências
09/07/2020	Coordenadoria apresenta novo Banco de Jurisprudência sobre a Lei Maria da Penha
11/07/2020	Curso de capacitação para os farmacêuticos e atendentes de farmácias sobre a Campanha Sinal Vermelho contra a Violência
04/08/2020	Palestra online Participação Institucional Feminina e os Desafios para a Equidade de Gênero no Poder Judiciário
17 a 21/08/2020	17ª Semana pela Paz em Casa
31/08 a 04/09/2020	Curso para servidores “Educação, Gênero e Igualdade”
21 a 28/09/2020	Curso para magistrados sobre a Aplicabilidade do Formulário Nacional de Avaliação de Risco CNJ e CNMP (Resolução Conjunta nº 05/2020) e seus Impactos na Proteção Integral da Mulher
24 e 25/09/2020	Live Lei Maria Da Penha: Como Atender E Proceder No Atendimento Jurisdicional Especializado
25/09/2020	Roda de Diálogo com o Conselho da Mulher Empresária
14/10/2020	Lançamento da Cartilha da Campanha “Condomínio Responsável, Mulheres Seguras”
19 a 23/10/2020	XII Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – FONAVID
29/10/2020	II Roda de Diálogo sobre os Direitos Humanos das Mulheres com o Conselho da Mulher Empresária e Associação Comercial Do Maranhão
02/12/2020	Lançamento do I Guia para Elaboração de Projetos
02/12/2020	Webinário Transversalidade de gênero e o sistema de justiça
17/12/2020	Premiação do projeto Valoriza Mulher
26/03/2021	Lançamento do Programa Homem Consciente com foco no público masculino
31/03/2021	Envio do 4º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
22/04/2021	Programa Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano, palestra para a Faculdade Vale do Aço – FAVALE
30/04/2021	Envio do 5º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
04 a 07/05/2021	Capacitação para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar: Uma Abordagem Multidisciplinar em Rede para universidades
07/05/2021	Inauguração do novo prédio da Coordenadoria Estadual da Mulher
31/05/2021	Envio do 6º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
04 a 25/06/2021	Curso sobre a Aplicabilidade do Formulário Nacional de Avaliação de Risco e Seus Impactos na Proteção Integral da Mulher.
10 e 11/06/2021	VI Seminário Estadual de Valorização da Mulher “Diversidade e Gênero: Novos Olhares Para o Sistema de Justiça”
30/06/2021	Envio do 7º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
24/06 a 11/07/2021	Curso de formação continuada para juízas e juizes com o tema “Direitos Fundamentais e Gênero”



Em 2021, Cemulher completou 10 anos de atuação no combate à violência contra a mulher no Maranhão.

21/07/2021	Palestra para servidoras e servidores, dando continuidade ao programa “Aprendendo Com Maria Da Penha No Cotidiano”
30/07/2021	Primeira roda de diálogo do programa Homem Consciente
31/07/2021	Envio do 8º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
07/08/2021	Pedal da Família
13/08/2021	Evento alusivo aos 10 anos da CEMULHER
16/08 a 20/08/2021	Coordenar o programa nacional “Justiça Pela Paz Em Casa”, em todo o Estado do Maranhão, nos termos do Art. 7º, da Resolução N° 254/2018 – CNJ
17/08/2021	Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano no centro de formação de vigilantes (CNJ)
18/08/2021	Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano no Fórum Desembargador Sarney Costa (CNJ)
19/08/2021	Roda de diálogo do Programa Homem Consciente, Realizada No Creas – Turu (CNJ)
24/08/2021	Palestras “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano” no canteiro de obras Al Mare (CNJ)
30/08/2021	Envio do 9º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
27 a 30/09/2021	Semana do Júri
30/09/2021	Palestra sobre violência doméstica e familiar contra a mulher na Faculdade Edufor
30/09/2021	Envio do 10º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
07 a 31/10/2021	Curso de formação continuada para juízas e juizes com o tema “Questões controvertidas na Lei Maria da Penha”
07/10/2021	Roda de diálogos do Programa “Homem Consciente”
08/10/2021	Visita a barbearias em decorrência do Programa “Homem Consciente”
13/10/2021	Lançamento do Projeto “Novos Olhares, Novos Valores” nas escolas públicas do estado do Maranhão
14/10/2021	Blitz educativa do Programa Desperta, Maria!
15/10/2021	Visita a barbearias em decorrência do Programa “Homem Consciente”
26/10/2021	Blitz educativa do Programa Desperta, Maria!
31/10/2021	Envio do 11º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
09/11/2021	Palestra sobre a Lei Maria da Penha em canteiro de obras da Canopus, em São Luís
16/11/2021	Lançamento da 2ª Edição do Guia para Elaboração de Projetos
22 a 26/11/2021	Coordenação do Programa Nacional “Justiça Pela Paz em Casa”, em todo o Estado do Maranhão, nos termos do Art. 7º, da Resolução N° 254/2018 – CNJ
22/11/2021	Palestra do programa “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano” em canteiro de obras
23/11/2021	Roda de diálogo no Fórum Desembargador Sarney Costa
25/11/2021	Roda de diálogo do Programa Homem Consciente realizado no bairro do Anjo Da Guarda, em parceria com a EMAP
30/11/2021	Envio do 12º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
29 a 02/12/2021	Participação no XIII Fonavid (Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher) em Teresina/PI.
01/12/2021	Lançamento de plataforma para requisição Medida Protetiva de Urgência Online
06/12/2021	Premiação das empresas parceiras do Programa Valoriza Mulher na sede da CEMULHER
07/12/2021	Culminância do Programa Homem Consciente no Fórum Desembargador Sarney Costa
07/12/2021	Lançamento do E-Book Maria Firmina dos Reis
07/12 a 11/03/2022	20ª Semana Justiça pela Paz em Casa
08/03/2022	Roda de diálogo do projeto “Valoriza Mulher” com mulheres da comunidade, em parceria com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), na Igreja Evangélica Congregacional do Sá Viana, na Vila São Luís.

09/03/2022	Palestra presencial do projeto “Novos Olhares, Novos Valores”, para alunos e alunas do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, no Centro de Ensino Coelho Neto, no Turu.
10/03/2022	Palestra presencial do projeto “Novos Olhares, Novos Valores”, para alunos e alunas do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, no Centro de Ensino Coelho Neto, no Turu.
11/03/2022	Palestra presencial do programa “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”, para alunos e alunas dos cursos de Psicologia e Direito, do Centro Universitário UNDB, no Bairro Renascença 2.
09/03/2022	Lançada nova edição da cartilha de prevenção à violência doméstica

**RESUMO PROJETOS E PROGRAMAS DA CEMULHER**

<b>PROJETOS</b>	<b>ATIVIDADES</b>
Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano	Palestras, Rodas de Diálogos, orientações à comunidade, distribuição de cartilhas e folders.
Valoriza Mulher!	Mobilizar empresas, estimular ações que promovam a igualdade de gênero no ambiente organizacional, promover o enfrentamento à violência doméstica, contribuir para o empoderamento feminino no ambiente de trabalho
Novos Olhares, Novos Valores	Palestras, rodas de diálogo e divulgação de material educativo em escolas, direcionado a discentes
Desperta, Maria!	Capacitação de equipes do Tribunal, palestras, blitz educativas nas unidades e rodas de diálogo para servidoras e servidores e equipe terceirizada.
Justiça Pela Paz em Casa (CNJ)	Semanas de esforço concentrado para julgamento, audiências, palestras e rodas de diálogo.
Homem Consciente	Grupos reflexivos voltados ao público masculino para divulgação de conteúdo, entrega de material educativo e diálogo acerca de masculinidades.
Medida Protetiva On-Line	Viabilizar às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar uma plataforma virtual para requisição de medidas protetivas de urgência

**CAPACITAÇÕES E CURSOS**

Curso de capacitação para os farmacêuticos e atendentes de farmácias sobre a Campanha Sinal Vermelho contra a Violência (2020)

Curso para magistrados sobre a Aplicabilidade do Formulário Nacional de Avaliação de Risco CNJ e CNMP (Resolução Conjunta nº 05/2020) e seus Impactos na Proteção Integral da Mulher (2020)

Curso para servidores “Educação, Gênero e Igualdade” (2020)

Capacitação para atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar: Uma abordagem multidisciplinar em rede (2021)

Curso sobre a aplicabilidade do formulário nacional de avaliação de risco e seus impactos na proteção integral da mulher (2021)

VI Seminário Estadual de valorização da mulher “Diversidade e gênero: Novos olhares para o sistema de justiça” (2021)

Curso de formação continuada para juízas e juizes com o tema “direitos fundamentais e gênero” (2021)

Curso de formação continuada para juízas e juizes com o tema “questões controvertidas na lei maria da penha” (2021)





Coordenadoria  
da Infância e  
Juventude/Núcleo  
de Justiça



A Coordenadoria da Infância e da Juventude – CIJ, na gestão 2020/2022, elegeu como proposta de ação a observância ao princípio da prioridade absoluta do direito à convivência familiar e comunitária, por meio das ações de implantação do Programa de Apadrinhamento, do Projeto de Apoio à Realização de Cursos Preparatórios para Pretendentes à Adoção na modalidade on-line no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão e da Gestão do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA, mas também articulou para instalações de Salas de Depoimento Especial, assim como, monitorou as que se encontram em funcionamento, além de elaborar, difundir e expandir a Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

## APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA

### DEPOIMENTO ESPECIAL

#### Implantação e Reestruturação de Salas de Depoimento Especial

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da CIJ tem atuado no cumprimento da Lei nº 13.431/2017, investindo na metodologia do Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, razão pela qual, investiu-se na instalação de novas salas, alcançando o quantitativo de 51 (cinquenta e uma), e reestruturação de kits que obsoletos.

Novas Instalações: Comarcas de Grajaú, Vitória do Mearim, Açailândia, Humberto de Campos e São Raimundo das Mangabeiras.

Reestruturações: Comarcas de Pedreiras, Tutóia, São Bernardo, Zé Doca, Bacabal, São Mateus, Maracaçumé, São João dos Patos e Chapadinha.

### Monitoramento Depoimento Especial

Realizou-se levantamentos junto à Comarcas que possuem Sala de Depoimento Especial instalada, nos períodos de 01 de julho a 31 de agosto de 2020; 09 a 25 de junho de 2021 e 19 a 28 de outubro de 2021. Magistrados e magistradas, servidores e servidoras, responderam, por meio de contato telefônico, questionário no google forms e reuniões virtuais, as perguntas sobre o funcionamento do Depoimento Especial e apresentaram sugestões de melhorias visando a escuta acolhedora e humanizada.

Ao final de cada levantamento foi enviado à presidência deste Egrégio Tribunal de Justiça, relatório com análise situacional e sugestões para o aprimoramento da metodologia.



*Sala da Depoimento Especial da Comarca de São Raimundo das Mangabeiras*



*As ações são orientadas para a garantia de direitos de crianças e adolescentes do Maranhão.*

### **PROTOCOLO DE INTENÇÕES TJMA e UNICEF – 2021 a 2025**

Com o objetivo de garantir a proteção e o direito da criança e do adolescente ao acesso à Justiça de forma igualitária, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), firmaram protocolo de intenções, até o ano de 2025, para a garantia de direitos de crianças e adolescentes do Maranhão, nas agendas definidas pelos principais programas do Unicef e do TJMA, vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, sendo planejadas e organizadas por meio da CIJ.

### **GESTÃO ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO – SNA**

O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) a nível estadual, está sob a gestão da CIJ desde agosto de 2020, e desde então, trabalha na

orientação do acesso ao sistema para magistrados e servidores, oferecendo ainda, suporte para o uso adequado das ferramentas do sistema.

#### **Dentre as ações realizadas estão:**

Elaboração de Instrução Normativa nº 01/2020; Criação de canal de comunicação exclusivo para atender usuários do sistema;

Envio de relatórios semestrais à presidência deste Egrégio Tribunal de Justiça com análise situacional do SNA;

Reuniões periódicas com as unidades judiciárias visando orientar sobre utilização das ferramentas do sistema;

Articulação e realização de cursos abordando a temática da adoção e das funcionalidades do SNA, com enfoque nos novos paradigmas da adoção no Brasil;

Elaboração da Cartilha de Adoção, com objetivo de apresentar aos pretendentes à adoção os passos legais para adoção.

### **PROJETOS E CAMPANHAS**

#### **Projeto de Apoio a Cursos para Pretendentes à Adoção Online**

Instituído por meio da Portaria CIJ nº 01/2020, o Projeto de Apoio à Realização de Cursos Preparatórios para Pretendentes à Adoção na modalidade online no Poder Judiciário do Maranhão, tem por objetivo articular em âmbito interinstitucional ações que viabilizem a operacionalização dos cursos, conforme planejamento apresentado pelas varas com competência na área da Infância e Juventude interessadas.

O projeto é desenvolvido pela Coordenadoria da Infância e Juventude em parceria com a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (ESMAM) e as varas judiciais com competência em infância

e juventude, que manifestam desejo em participar, sendo priorizados os recursos e ferramentas virtuais para a realização do curso.

### 3.2 Programa de Apadrinhamento

A implantação do Programa de Apadrinhamento no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão deu-se com o Ato Normativo Conjunto nº 2/2021, objetivando incentivar a participação das comarcas nos projetos de apadrinhamento de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional estabelecida pelas Varas com competência em Infância e Juventude do Estado do Maranhão.

A CIJ realizou ações para disseminar e fortalecer o programa de apadrinhamento no âmbito do Judiciário Maranhense:

Roda de Conversa no dia 17 de junho de 2021, tendo como convidado o juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, titular da 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso do Rio de Janeiro;

Elaboração de Cartilha Apadrinhamento de Crianças e Adolescentes com o objetivo de prestar orientações à quem deseja apadrinhar;

### **Implantação do Programa de Apadrinhamento**

Os juízes titulares das Varas da Infância e Juventude das Comarcas de Imperatriz e Timon, o da 3ª Vara da Comarca de Balsas e de Tutóia, aderiram ao Programa de Apadrinhamento de Crianças e Adolescentes em situação de acolhimento institucional. A parceria foi firmada por meio de termos de adesão assinados pelos magistrados e pelo Desembargador José de Ribamar Castro, Presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude.

As adesões tiveram por objetivo disseminar o



Programa de Apadrinhamento em cumprimento ao Art. 19-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e seguindo os parâmetros e diretrizes do Ato Normativo Conjunto nº 02/2021.

### 3.3 I e II Edição da Campanha Prioridade Absoluta: Nosso Fundamento

Em alusão ao dia das crianças, realiza-se no mês de outubro a campanha “Prioridade Absoluta: Nosso Fundamento”, em observância ao Princípio da Prioridade Absoluta, conforme estabelece o artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

A primeira edição da campanha trabalhou a temática nas redes sociais oficiais do TJMA,



Juíza de Direito, Clécia Monteiro.



Campanha Prioridade Absoluta

publicando depoimentos de magistrados que atuam nessa seara, os quais abordaram como o Poder Judiciário tem trabalhado para a garantia dos direitos infanto juvenis. A segunda edição da campanha, através da divulgação de cards e conteúdos nos canais oficiais do TJMA, abordou a temática da Prioridade Absoluta na Primeira Infância, em atenção à Lei nº 13.257/2016, que determina a formulação e implementação de políticas públicas para crianças de até 6 anos.

### **Campanha Solidária de Natal - “Economicamente viável; Ambientalmente Correto; Socialmente Justo”**

A Campanha solidária de Natal –2021 foi idealizada pela Coordenadoria da Infância e Juventude e pelo Núcleo de Gestão Socioambiental, com o apoio da Assessoria de Comunicação do TJMA e contou com a participação dos magistrados(as) e servidores(as) do Judiciário para a realização.

A proposta teve como preceito a Resolução nº 400/ 2021 do CNJ, que considera ações de sustentabilidade, práticas institucionais que contribuam para o desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico.

No total, foram beneficiados 89 adolescentes e crianças das instituições de acolhimento Abrigo Luz e Vida, Lar Calábria e Casa da Criança Menino Jesus, que manifestaram um desejo individual através do pedido de um presente.

### **JUSTIÇA RESTAURATIVA Núcleo de Justiça Restaurativa no TJMA**

O Núcleo de Justiça Restaurativa (NEJUR), vinculado à CIJ, foi criado por meio da Resolução nº 55/2020-TJMA, em observância às Resoluções CNJ nº 225/2016 e 300/2019, com o escopo de planejar a difusão, expansão e implantação da Justiça Restaurativa, por meio de atividades de mapeamento, articulação, aplicação e sistema-



*Campanha Solidária de Natal*



*Assinatura da Resolução nº 552020 para a criação do Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa.*

tização de práticas restaurativas.

### **Atividades realizadas**

O NEJUR promoveu, no período de 23 de novembro a 10 de dezembro de 2020, pesquisa com os magistrados, a fim de mapear ações em desenvolvimento nas comarcas do Estado envolvendo Justiça Restaurativa, bem como identificar possíveis interesses na implementação de ações dessa natureza.

Realizou visitas técnicas Centro Integrado de Justiça Juvenil de São Luís e Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa de São José de Ribamar com o objetivo de fortalecer os projetos de Justiça Restaurativa em andamento viabilizando a atuação em rede.

Formação de banco de facilitadores que atuam em espaços restaurativos e/ou têm interesse em atuar. A pesquisa foi realizada por meio de formulário google forms, e teve por objetivo identificar magistrados, magistradas, servidores, servido-

ras, voluntárias e voluntários capacitados nas técnicas e nos métodos próprios da Justiça Restaurativa.

### **CURSOS DE CAPACITAÇÃO**

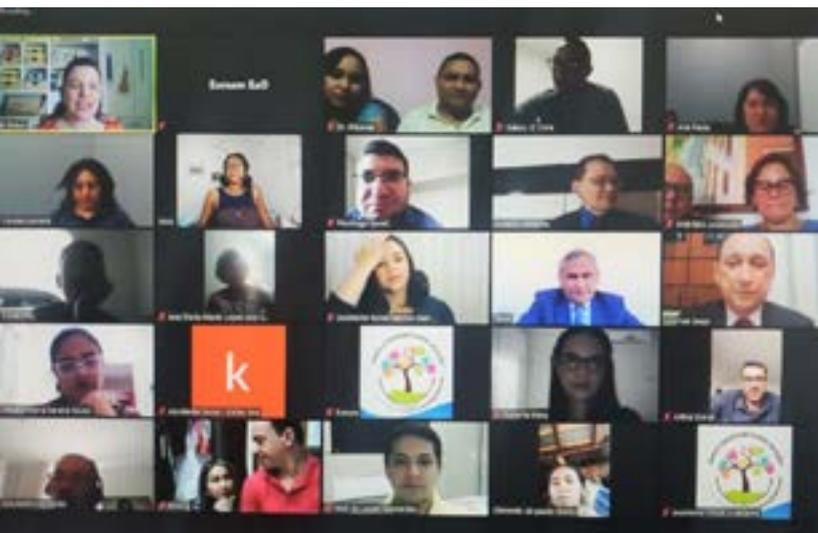
Os cursos e treinamentos realizados pela Coordenadoria da Infância e Juventude foram realizados em parceria com a Escola Superior de Magistratura – ESMAM.

#### **Curso de Entrevista Forense Aplicada ao Depoimento Especial**

As capacitações, foram realizadas na modalidade de Educação a Distância (EAD), em observância à Lei 13.431/2017 e Resolução nº 299/2019 do Conselho Nacional de Justiça e tiveram por objetivo capacitar magistrados e servidores do quadro do Poder Judiciário e profissionais da rede de atendimento dos municípios para atuarem na realização do Depoimento Especial, nos termos do



Visita técnica ao Centro Integrado de Justiça Juvenil de São Luís.



Planejamento com a equipe técnica multidisciplinar da VIJ de Timon.

Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense.

Turma 1 – Magistrados -12 de agosto a 13 de setembro de 2020 (40 horas/aulas);

Turma 2 – Servidores -21 de outubro a 08 de novembro de 2020 (30 horas/aulas);

Turma 3 – Servidores -20 de novembro a 17 de dezembro de 2020 (30 horas/aula);

Turma 4 – Servidores -12 de maio a 13 de junho de 2021 (40 horas/aulas).

### Curso Preparatório Online para Pretendentes à Adoção

Os cursos preparatórios online para pretendentes à adoção, tiveram como objetivo promover orientação e preparação às pessoas e/ou casais postulantes à adoção de crianças e/ou adolescentes que formalizaram perante a Vara da Infância e Juventude pedido de habilitação no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), etapa necessária ao processo.

Os Encontros foram realizados por videoconferência, e receberam apoio para a execução com escopo no Projeto de Apoio à Realização de Cursos Preparatórios para Pretendentes à Adoção.

- **Turma 1** – Planejamento com a equipe técnica multidisciplinar da Vara da Infância e Juventude da comarca de Timon/MA -06 a 29 de outubro de 2020 (16 horas/aula), com participação de 23 (vinte e três) pretendentes à adoção, 19 (dezenove) servidores do TJMA e 11 pessoas da comunidade geral.

- **Turma 2** – Planejamento com as equipes técnicas multidisciplinares das Comarca de Balsas e São José de Ribamar/MA -17 e 24 de setembro e 01 e 08 de outubro de 2021 (8:30 horas/aulas), com a participação de 26 (vinte e seis) pretendentes à adoção.

- **Turma 3** -Planejamento com as equipes técnicas multidisciplinares das Comarca de Imperatriz e São Luís/Ma –16, 18, 23, 25 e 30 de março e 01, 06 e 08 de abril de 2022 (24:30 horas/aulas), com a participação de 50 (cinquenta) pretendentes à adoção.

### O SNA e suas funcionalidades

As capacitações sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) tiveram por objetivo promover a disseminação dos recursos e funcionalidades do SNA a magistrados e servidores de modo a cumprir o que determina o art. 50, caput, do ECA; permitindo que estes obtenham as informações necessárias para a utilização do sistema e a correta alimentação dos cadastros.

Os treinamentos foram realizados no formato síncrono (ao vivo) e realização de atividades assíncronas na plataforma EAD/ESMAM, tendo como tutora a pesquisadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias e Sub-coordenadora do GT de gestão dos Cadastros Nacionais, Isabely Fontana da Mota. As aulas magnas das turmas 2 e 3, tiveram como palestrante, respectivamente, a Juíza Katy Braun do Prado, auxiliar da Coordenação da Infância e Juventude de Mato Grosso do Sul e titular da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Campo Grande/MS e o Promotor de Justiça André Tuma Delbim Ferreira, titular da Promotoria de Defesa da Educação e de Defesa da Criança e do Adolescente da Comarca de Uberaba (MG).

- **Turma 1**-10 e 11 de novembro de 2020 (06 horas/aulas);
- **Turma 2** -25 de maio a 22 de junho de 2021 (22 horas/aulas);
- **Turma 3**-10 a 30 de novembro de 2021 (16 horas/

aula).

### Curso de Introdução a Práticas e Conceitos de Justiça Restaurativa

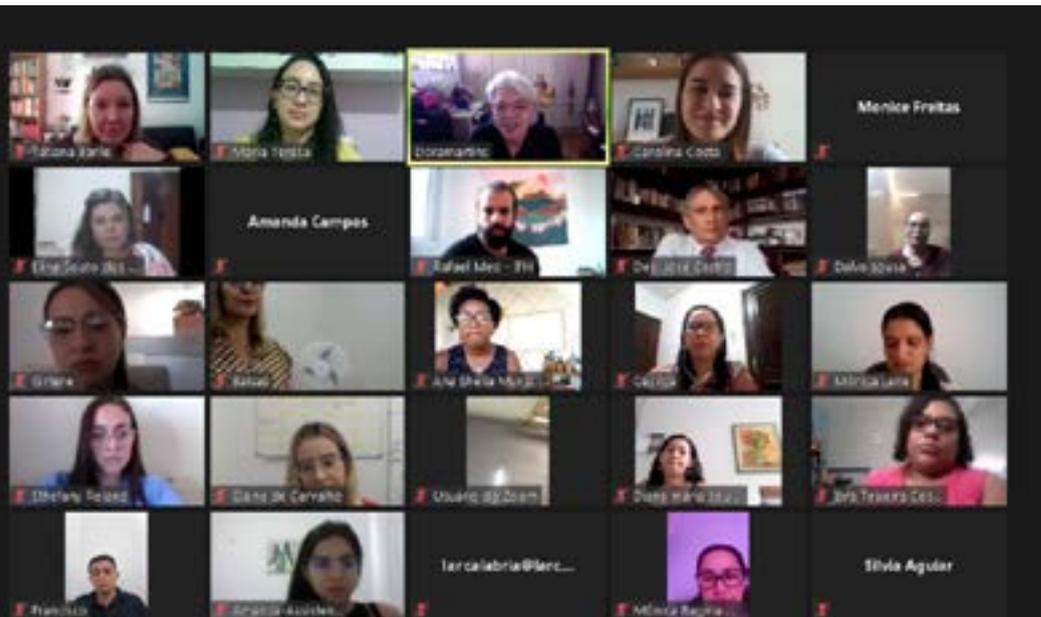
O curso de Introdução a Práticas e Conceitos da Justiça Restaurativa teve por objetivo capacitar magistrados e servidores do Poder Judiciário do Maranhão sobre a temática e contribuir com o avanço da Justiça Restaurativa no Maranhão.

Também participaram da Capacitação, promotores de Justiça, defensores públicos, delegados, servidores e servidoras da Secretária de Administração Penitenciária, da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC) e de secretarias dos municípios que já desenvolvem ou que estão com previsão para desenvolver ações na área da Justiça Restaurativa.

O Curso aconteceu na modalidade EAD e teve como instituição formadora o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP). As aulas ocorreram no período de 04 de maio a 15 de julho



Aula inicial do Curso de Introdução a Práticas e Conceitos de Justiça Restaurativa



*Aula do Curso de Formação sobre o Programa de Apadrinhamento*

*A iniciativa contribuiu com o desenvolvimento de habilidades e competências sobre a temática do apadrinhamento afetivo junto a profissionais do TJMA.*

de 2021, com carga horária total de 100 horas.

**Curso de formação “O Programa de Apadrinhamento como estratégia de efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em medida protetiva/ acolhimento”**

A capacitação teve por objetivo contribuir com o desenvolvimento de habilidades e competências dos servidores do TJMA e demais Técnicos que atuam no Sistema de Garantia de Direitos (SGD) que executam as medidas protetivas em serviços de acolhimento do Estado do Maranhão com relação à temática do apadrinhamento afetivo.

A aula magna da capacitação teve como palestrante Dora Martins, juíza de direito aposentada do TJSP, especialista em Direitos Humanos e Direitos da família.

O curso foi ministrado pelas psicólogas do Instituto Fazendo História Heloísa de Souza Dantas,

Tatiana Barile e Rafael Meo, com carga horária total de 12 horas/aula, os encontros aconteceram de julho a setembro de 2021, quinzenalmente, e participaram as Comarcas de Codó, Açailândia, Grajaú, Colinas, Chapadinha, Pinheiro, Barra do Corda, Timon, Imperatriz, Balsas, São Luís e São José de Ribamar.

**EVENTOS REALIZADOS**

**6.1 Webinário 30 anos do ECA “O Apadrinhamento e a Efetivação de Direitos de Crianças e Adolescentes em acolhimento”**

O evento digital aconteceu no dia 13 de julho de 2020, com transmissão ao vivo pelo canal ESMAM EAD no Youtube, e destacou a importância do apadrinhamento como alternativa para garantia dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos.

Participou como palestrante o juiz do TJRJ Sérgio



*Webinário “Panorama da Justiça Restaurativa no Judiciário Brasileiro”.*

Luiz Ribeiro de Souza, presidente do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil e Juiz titular 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca do Rio de Janeiro. O magistrado foi premiado com o Innovare, pela implantação, na 4ª Vara da Infância e Juventude do estado do Rio de Janeiro, do Programa Apadrinhamento Afetivo, que incentiva a participação de pessoas comuns na vida emocional de crianças, principalmente as que já passaram da idade mais procurada para adoção.

### **Webinário “Panorama da Justiça Restaurativa no Judiciário Brasileiro”**

O webinário, realizado no dia 24 de novembro de 2020, foi promovido pelo Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa (NEJUR) e Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (CIJ-TJMA), com o apoio da Escola Su-

perior da Magistratura (ESMAM).

O evento, com transmissão ao vivo pelo canal ESMAM EAD no Youtube, teve como palestrantes, o juiz Marcelo Salmaso, membro do Comitê Gestor Nacional da Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os juízes membros no NEJUR, Jorge Antônio Sales Leite e José Santos Costa.

O panorama do desenvolvimento da Justiça Restaurativa no país até a elaboração da Resolução 225/2016 do CNJ, o panorama das ações no Estado e as diversas iniciativas já implementadas com o apoio do Judiciário e a implantação do núcleo estadual, como órgão da macro gestão da Justiça Restaurativa foram temas discutidos no evento.

### **Seminário “O Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes brasileiros:**

**desenvolvendo paradigmas de proteção jurídica e social à luz da Lei nº 13.431/2017”.**

Em alusão ao Dia 18 de maio, dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a Coordenadoria da Infância e Juventude – CIJ e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, em parceria com a Escola Superior de Magistratura – ESMAM, promoveram o Seminário “O enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes brasileiros: desenvolvendo paradigmas de proteção jurídica e social à luz da Lei nº 13.431/2017”.

O evento aconteceu no dia 20 de maio de 2021, às 15h, pelo canal youtube/tjmaoficial, tendo como palestrante o consultor do Fundo das Nações Unidas para Infância UNICEF-Brasil, Benedito Rodrigues dos Santos, sendo mediado pela juíza Marcela Santana Lobo (3ª Vara Criminal de Caxias) e o juiz Douglas Lima da Guia (4ª Vara de Balsas). Como parte das ações em alusão ao Dia 18 de maio, dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a

CIJ elaborou um Vídeo com informações sobre a data e meios de denúncia, que foi disponibilizado no canal Youtube TJMA.

**Diálogos sobre adoção: O Instituto da Adoção no Ordenamento Jurídico Brasileiro.**

No dia 25 de maio de 2021, dia Nacional da Adoção, a CIJ, em parceria com a Escola Superior da Magistratura – ESMAM, promoveu o Webinário Diálogos sobre adoção – O Instituto da Adoção no Ordenamento Jurídico Brasileiro: Atualidades, com objetivo de conscientizar sobre o tema e difundir as atualizações legais do instituto da adoção no ordenamento jurídico brasileiro. Participou como palestrante a juíza Katy Braun do Prado, auxiliar da Coordenadoria da Infância e Juventude e titular da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Campo Grande (VIJI), sendo mediada pela juíza Clécia Pereira Monteiro, então titular da 2ª Vara da Família da Comarca de Açailândia e o juiz José Américo de Abreu Costa, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca da Ilha de São Luís.



*Webinário “Panorama da Justiça Restaurativa no Judiciário Brasileiro”.*



*Webinário “Diálogos sobre adoção”.*

## II Webinário de Justiça Restaurativa

O II Webinário de Justiça Restaurativa – Boas Práticas foi realizado nos dias 23 e 24 de novembro de 2021 e contou com o apoio da Escola Superior da Magistratura. O evento teve transmissão pelo canal do Youtube TJMA OFICIAL e expôs experiências em Justiça Restaurativa com resultados exitosos nos mais diversos campos de atuação, além de discutir sobre a Política Nacional que rege as ações nesse campo judicial com a Juíza Josineide Pamplona Gadelha, membro da Coordenadoria Estadual de Justiça Restaurativa e do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Participaram tam-

bém como palestrantes a Juíza Laryssa Angélica Copack Muniz (TJPR) - Coordenadora do Cejusc de Ponta Grossa, membro da Comissão Estadual de Justiça Restaurativa; a Juíza Cláudia Catafesta (TJPR) – titular da Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei de Londrina e Coordenadora da Célula de Socioeducação da Coordenadoria da Infância e Juventude; o advogado Fernando Gonzaga Jayme – membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais, Coordenador do Projeto Ciranda de Justiça Restaurativa e Nadine Neves Faria - Coordenadora do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa - NUJURES do TJDF.



A photograph of a man with glasses and a plaid shirt, smiling as he looks at a book in a library. The image is overlaid with a green tint. A vertical bar on the left side is blue at the top and orange at the bottom.

Coordenadoria  
de Biblioteca e  
Jurisprudência

## AÇÕES DESENVOLVIDAS

- Gerenciamento e seleção dos atos administrativos no Diário da Justiça Eletrônico e Poder Executivo e Diário da Assembleia;
- Catalogação e indexação dos atos administrativos no Sistema de Automação de Bibliotecas-SIABI;
- Gerenciamento do conteúdo no Portal do Poder Judiciário (Catalogação, indexação e ordenação): Atos da Presidência, Atos, Portaria-TJ, Portaria-GP, Portaria-CGJ, Portarias Conjuntas, Editais de Magistrados/Magistradas, Instrução Normativas, Resoluções, Lista de antiguidade, Súmulas (Jurisprudência) como também as pautas administrativas ordinárias e extraordinárias, atas e resenhas das sessões administrativas;
- Revisão de minuta dos atos administrativos aplicando a técnica legislativa, de acordo com o Manual de Padronização dos Atos Administrativos do Poder Judiciário do Maranhão, instituído pela Resolução-GP nº 62, de 25 de agosto de 2021 e referendada, por unanimidade na 17ª Sessão Plenária Administrativa Ordinária de 20 de outubro de 2021;
- Gerenciamento e elaboração do Compêndio de Resoluções, atualizado até 2020;
- Gerenciamento de publicação dos atos administrativos, assim como os referendos que precisarem sua republicação;
- Gerenciamento do acervo físico na Biblioteca: Legislação, a Jurisprudência (nova atribuição) - já iniciamos estudo para iniciarmos os trabalhos);
- Gerenciamento, disponibilização e controle dos produtos da Biblioteca na

internet (legislação estadual, Compêndio de Resoluções, acórdãos (RT), sumárias correntes e novas aquisições;

- Elaboração do Manual de Padronização dos Atos Administrativos do Poder Judiciário do Maranhão foi concluída;
- Digitalização das matérias, diagramação (Edição de Imagem, Digitação da Referência, Edição de capa, contracapa, Sumário, Paginação,) e a conclusão da elaboração do CLIPPING;

### *Catalogação e indexação na base de dados*

- 590 Atos
- 74 Atas
- 2.540 Comunicados
- 2.204 Editais
- 202 Leis Complementares
- 279 Leis Ordinárias
- 153 Portarias Conjuntas
- 12.799 Portarias
- 525 Provimentos
- 1.453 Resoluções, no quantitativo de 21.255 Atos Administrativos.
- 14 Acórdãos
- 8 Súmulas e 1 parecer
- 23 Jurisprudências
- Realização de 160 pesquisas abrangendo base de dados
- Revisão de 100 minutas de Atos administrativos, aplicando a técnica legislativa (Manual de Padronização)

### *Empréstimos*

• De 01 de janeiro de 2020 a 15 de março de 2022, foram feitos 750 empréstimos de livros e 50 empréstimos de periódicos.

### *Acervo Histórico Museu*

No período de 2020 e 2022 já foram cadastrados e catalogados 520 títulos.

### *Acervo renovado e atualizado*

• Existem aproximadamente 400 novos títulos de diversas áreas de conhecimento.

### *Periódicos cadastrados e catalogados:*

• O acervo de periódicos possui 51 títulos na área jurídica.

### *Distribuição de Livros produzidos pelo Museu*

• Aproximadamente 40 kits de publicações do Museu foram distribuídos para todos tribunais de justiça da federação, e tribunais superiores e instituições.

Estudos

• No quesito memória, foi feito estudo bibliográfico sobre os 72 desembargadores e desembargadoras que foram Presidentes do Tribunal da Relação, Superior Tribunal de Justiça, Corte de Apelação, Tribunal de Apelação e Tribunal de Justiça (1813-2022). Foi feito também o estudo inicial sobre os 290 desembargadores/desembargadoras (aproximadamente), de 1813 a 2021 para compor o Portal da Memória (em fase de conclusão).

### **MANUAL DE PADRONIZAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS**

do Poder Judiciário do  
Estado do Maranhão



### *Treinamento no SIABI*

• Em 22 de novembro de 2021 foi feito um treinamento do sistema SIABI, promovido pela Coordenadoria de Biblioteca e Jurisprudência, para a reciclagem de todo o corpo técnico da Biblioteca e Museu.

### *Normalização Técnica das Publicações do Tribunal*

• A Divisão de Acervo efetuou a normalização técnica de várias publicações e documentos oficiais do Tribunal de Justiça do Maranhão com base nas normas de documentação da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

### **MUSEU DESEMBARGADOR LAURO DE BERREDO MARTINS**

O Museu desembargador Lauro de Berredo Martins é um espaço que trata da preservação e difusão da memória institucional. Sua missão precípua é resgatar, preservar, conservar e difundir a história judiciária do Maranhão através dos regis-



*Presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, inaugurou o Museu “Desembargador Lauro de Berredo Martins”.*

*O museu está localizado no Solar dos Veras, anexo ao Centro Administrativo do TJMA, antigo prédio da Assembleia Legislativa, na Rua do Egito, Centro, São Luís.*

tros tridimensionais, judiciais, históricos, arquivísticos, museológicos, bibliográficos, materiais ou imateriais, de fatos que atingiram e marcaram a sociedade maranhense ao longo dos anos, visto que a Justiça acompanha as transformações políticas, científicas, econômicas, tecnológicas e culturais que envolvem a sociedade.

O Museu foi inaugurado no dia 21 de setembro de 2021 e, no artigo 3º da Resolução-GP nº 60, que o instituiu, dispõe sobre sua finalidade:

I-tornar-se centro de guarda e referência da Memória institucional do TJMA;

II-garantir a preservação e conservação da memória institucional!

III-pesquisar, recolher, classificar, expor objetos e documentos que representem o patrimônio cultural do TJMA;

IV-implementar políticas que visem à preservação da Memória institucional;

V-estabelecer um padrão museológico baseado em técnicas modernas!

VI-desenvolver programas e atividades culturais!

VII-promover o estudo e difusão do acervo museológico;

VIII-deliberar sobre a política de acervo do Museu do TJMA.

IX - analisar a aquisição de objetos isolados e acervos!

X-deliberar sobre descarte, baixa, transferência, empréstimo de acervo, peças.

Planejamento estratégico: o Museu Desembargador Lauro de Berredo Martins é o setor responsável pelo resgate, preservação e disseminação da memória institucional do TJMA, em consonância com a Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, que tornou mandatória a observância, pelos Tribunais, das normas, princípios, diretrizes e instrumentos de Gestão Documental e Memória.

Na ocasião, foram lançadas publicações institucionais que fazem parte da coleção de documentos históricos do Maranhão: Livro de Atas das Sessões da Relação do Maranhão (1841-1845); Livro de Termos e Posse dos Desembargadores: do Tribunal da Relação ao Tribunal de Justiça (1813-1953); Registro de cartas e títulos dos desembargadores do Maranhão (1813-1899).



A woman with long dark hair, wearing a black and white striped long-sleeved shirt, is looking down at a document she is holding. The background shows several vertical binders or folders on a shelf. The entire image has a dark, monochromatic color scheme with a blue and orange vertical bar on the left side.

Coordenadoria de  
Arquivo e Gestão  
Documental

A Coordenadoria de Arquivo e Gestão Documental, também conhecida como Arquivo do Tribunal de Justiça, tem como finalidade a guarda, a manutenção e a preservação da documentação produzida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, assim como pela documentação de natureza histórica produzida pelas comarcas de todo o Estado, possibilitando o acesso às informações contidas na documentação que integra o seu acervo para a Administração, servidores, ex-servidores, pesquisadores e comunidade.

Criado em 24 de março de 1923, o Arquivo do Tribunal de Justiça foi a primeira unidade arquivística do Maranhão e um dos primeiros arquivos de tribunais do país. Ao longo do tempo, consolidou-se como um dos mais importantes equipamentos públicos de preservação da memória institucional do país, encerrando em seu acervo documentos que retroagem até o ano de 1720.

A atual administração tem dado especial atenção

às ações na área de gestão documental e gestão da memória, transformando-as em políticas públicas definitivas da Corte e elevando-as a um patamar nunca antes visto, frente aos desafios que se apresentaram. Hoje, a gestão documental e a gestão da memória se consolidaram como metas estratégicas do Poder Judiciário do Maranhão, através do Projeto P.29, acompanhando os ditames da Resolução n. 324 do Conselho Nacional de Justiça e com forte atuação na preservação da memória institucional do judiciário maranhense. Nesse contexto, o Arquivo do Tribunal de Justiça apresentou à administração, por meio da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização – AGEM, o Planejamento Estratégico para os anos de 2020-2025. O objetivo principal é consolidar sua atuação estratégica na estrutura do Poder Judiciário do Maranhão, sendo referência na gestão de documentos, na custódia e preservação de acervos e na produção de conhecimento técnico-científico.



Como objetivo secundário, apresentar um escopo bastante robusto de ações coordenadas em gestão documental e da memória, atuando em conjunto com outras unidades, para implantar em definitivo o Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Maranhão, instituído pela Resolução-GP 142013.

O plano foi estruturado a partir de três estratégias principais: ampliar o grau de desenvolvimento em gestão de documentos e arquivo das unidades judiciais e administrativas do Tribunal de Justiça; ampliar o acesso aos documentos sob sua custódia e promover a efetivação do Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Assim, busca-se a excelência na prestação de serviços, mas, também, promover uma cultura de inovação, com o objetivo de garantir o acesso às informações públicas de forma ágil e segura no âmbito de uma sociedade cada vez mais digital. Com os novos desafios postos às instituições brasileiras, que devem ser modernizadas, de forma a prestar com eficiência e transparência seus serviços à sociedade, o plano reconhece o Arquivo Judiciário como matriz de conhecimento e boas práticas na área de arquivos a nível estadual e apresenta novos métodos de gestão, fluxos, procedimentos e ferramentas.

Para dar conta desse desafio, os usuários do Arquivo do Tribunal de Justiça – sociedade e Administração – deve estar em primeiro lugar, projetando-se a expansão e a melhoria de serviços, a fim de aprofundar o impacto social do livre acesso à informação no estado do Maranhão como elemento necessário ao exercício da cidadania, para a defesa de direitos e atuação eficiente da administração pública.

Desta forma, o Arquivo do Tribunal de Justiça vem apresentar seu relatório de gestão para o período 04/2020–04/2022, englobando as atividades de recolhimento, processamento técnico do acervo intermediário, atendimento interno e externo, organização e catalogação do acervo histórico e digitalização dos fundos documentais. Ainda, as atividades relacionadas à Gestão Documental e da Memória do Poder Judiciário do Estado do Maranhão no mesmo período.

## ***DOS PROPÓSITOS E EIXOS NORTEADORES***

O Arquivo do Tribunal de Justiça se alicerça em linhas de ação bastante sólidas e com forte planejamento de suas atividades.

Como missão, o propósito é garantir à sociedade maranhense o direito constitucional à informação, por meio do acesso aos documentos da Administração do Tribunal de Justiça, do segundo grau de jurisdição e aos documentos de natureza permanente-histórica do Poder Judiciário do Maranhão.

Como visão, o objetivo é consolidar sua atuação estratégica na estrutura do Tribunal de Justiça, sendo referência na gestão, custódia e preservação de documentos e na produção de conhecimentos arquivísticos. Atualmente, o Arquivo é referência regional em gestão de documentos, sobretudo de natureza histórica, tendo sido convidado, inclusive, a participar da construção do Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário. O manual é fruto de uma construção coletiva de diversos tribunais, coordenados pelo Conselho Nacional de Justiça e lançado pelo Ministro Luiz Fux em janeiro de 2021.

Por fim, o Arquivo atua dentro de 6 eixos de valores institucionais, a saber: ética, proatividade, cooperação, comprometimento, inovação e a excelência na prestação de serviços, que se constitui no seu objetivo principal.

Ao definir suas estratégias de atuação, o Arquivo definiu como caminhos de sua atuação os seguintes eixos norteadores:

Ampliar o grau de desenvolvimento em gestão de documentos e arquivo das unidades judiciais e administrativas do Tribunal de Justiça;

• **2. Ampliar o acesso aos documentos sob sua custódia;**

• **3. Promover a efetivação do Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.**

O primeiro eixo norteador busca aprimorar o nível de desenvolvimento em gestão de documentos e ampliar o apoio às unidades do Poder Judiciário do Estado do Maranhão no desenvolvimento das suas atividades e práticas em gestão de documentos, objetivo que será atingido com a adoção de soluções digitais, a elaboração de instrumentos de gestão de documentos que atendam ao um conjunto de unidades que compõem o primeiro e o segundo grau de jurisdição, nas áreas meio e fim, o aperfeiçoamento de ferramentas de diagnóstico dos acervos, a realização de cursos e oficinas, e a ampliação da presença do Arquivo, com a aproximação institucional, orientações técnicas e a revisão de procedimentos, obtendo-se melhoria na gestão de documentos, redução da massa documental acumulada pelo Poder Judiciário e diminuição de custos na Egrégia Corte.

O segundo eito norteador busca ampliar a capacidade de recolhimento e acesso aos documentos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, es-



pecialmente por meio da modernização de seus sistemas eletrônicos e do desenvolvimento de solução para a captura dos documentos digitais para garantir ao cidadão, de forma célere e segura, o acesso a informações públicas sob sua custódia não protegidas por sigilo. Ao mesmo tempo, isso terá como reflexo virtuoso a redução de custos, o aumento da eficiência e da transparência do Tribunal de Justiça, ampliando e agilizando a recuperação e compartilhamento de informações entre o Arquivo e as unidades da Administração.

Por fim, o terceiro eixo norteador busca dar concretude ao Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Maranhão por intermédio da edição e revisão de diretrizes, programas, capacitações, orientações técnicas e normas, que condicionarão a estratégia de gestão de documentos e arquivos a ser implementada pelas unidades internas em todas as esferas do Judiciário maranhense. Isso será alcançado por meio do estímulo à cooperação interinstitucional, desenvolvimento de projetos e estudos, e intercâmbio de experiências nacionais e inter-

nacionais para a melhoria das ações em gestão documental.

## DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E DAS AÇÕES EXECUTADAS

O Arquivo atua dentro de 5 (cinco) objetivos estratégicos principais. O primeiro deles é voltado para o aprimoramento da gestão interna e para a promoção do desenvolvimento institucional. Dividido em 3 subprojetos e 9 entregas, tem o condão de reorganizar a unidade dentro da sua real cadeia de valor institucional e aprimorar suas atividades internas.

Mesmo considerando o prazo de 5 (cinco) anos para o atingimento de todas as metas e entregas sugeridas, conforme o Planejamento Estratégico, o Arquivo, na atual gestão, avançou muito.

### Neste primeiro objetivo estratégico, das entregas propostas, a unidade atingiu os seguintes itens:

**1.** Revisão da estrutura organizacional em alinhamento com a cadeia de valor do Arquivo: item

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO	SUBPROJETOS	ENTREGAS
Aprimorar a gestão interna e promover o desenvolvimento institucional	Desenvolvimento de competências institucionais e individuais	Reestruturação institucional	Revisão da estrutura organizacional em alinhamento com a cadeia de valor do Arquivo
			Elaboração de Regimento Interno
			Participação na nova estrutura da CPAD
			Adesão ao DIBRARQ - Diretório Brasil de Arquivos
		Implantação do novo modelo de funcionamento	Reestruturação das unidades internas
			Recomposição das equipes operacionais
			Mapeamento e modelagem dos processos internos
		Desenvolvimento e valorização dos servidores	Mapeamento de competências individuais
			Desenvolvimento de programa de fortalecimento de competências

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO	SUBPROJETOS	ENTREGAS
Fortalecer e ampliar a estrutura	Modernização da estrutura física	Requalificação da infraestrutura do Arquivo Reforma das Reservas Técnicas 1 a 7	Reforma da área administrativa e da sala pesquisa
		Prevenção e combate a incêndio	Revisar os sistemas de combate a incêndio
		Eficiência energética	Implantação de medidas de eficiência energética

atingido, com a elevação do Arquivo ao status de Coordenadoria, nos termos da Resolução-GP 252021, de 20 de abril de 2021, com vinculação direta à Presidência da Corte, conforme modelo adotado na maioria dos tribunais brasileiros em razão das políticas de gestão documental.

**2.** Elaboração de Regimento Interno: item em desenvolvimento, em fases de estudos, iniciados em 30 de novembro de 2021 e com prazo para finalização em 31 de agosto de 2022.

**3.** Participação na nova estrutura da CPAD e Comissão da Memória: item cumprido, através da edição da Portaria-GP 3572021, que instituiu a Comissão da Memória. Na Comissão Permanente de Avaliação Documental a unidade já possuía cadeira cativa, nos termos da Portaria-GP 10762019.

**4.** Adesão ao DIBRARQ - Diretório Brasil de Arquivos: item cumprido. O DIBRARQ atua como fórum centralizador dos acessos públicos a nível internacional de seus membros, além de fornecer o Código do CODEARQ – Cadastro de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, indexador mais importante do país e que possui padrão internacional, conforme normas do ICA – International Council of Archives. O código do Arquivo é o BR MAAJTJMA. A página do Arquivo do Tribunal de Justiça no DIBRARQ pode ser consultada através do link «<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/arquivo-judiciario-desembargador-milson-de-souza-coutinho>».

**5.** Reestruturação das unidades internas: item cumprido. Com a elevação do status do Arquivo a Coordenadoria, houve também a remodelagem das antigas Divisões.

**6.** Recomposição das equipes operacionais: item parcialmente cumprido. Em razão do teor da Resolução n. 324 do Conselho Nacional de Justiça, o Poder Judiciário do Maranhão terá que efetuar a contratação de dois analistas, graduados e História e em Arquivologia. A contratação desses profissionais encontra-se em andamento, nos termos do Processo n. 420192020.

**7.** Mapeamento e modelagem dos processos internos: item em desenvolvimento, com os estudos para a atualização da Portaria-GP 27002012 em andamento, iniciados em 01 de novembro de 2021 e com prazo para conclusão em 15 de abril de 2022.

**8.** Mapeamento de competências individuais: item cumprido.

**9.** Desenvolvimento de programa de fortalecimento de competências: item em desenvolvimento. O objetivo é reafirmar as competências das equipes operacionais.

O segundo objetivo estratégico é voltado para o fortalecimento e ampliação das estruturas físicas do Arquivo. Composto por 1 subprojeto e 4

entregas, tem o condão de modernizar as estruturas físicas e da segurança da Unidade para suportar não apenas o aumento do acervo, em razão da digitalização dos processos físicos pela Corte como também em razão do recolhimento do acervo histórico das Comarcas, para tratamento e guarda pelo Arquivo.

**Neste objetivo estratégico, das entregas propostas, a unidade atingiu os seguintes itens:**

- 1.** Reforma da área administrativa e da sala pesquisa: item cumprido. Foram recuperadas 5 novas salas para os servidores e instalada uma nova sala de pesquisa, que serve de local para atendimento de partes, advogados e pesquisadores. Também foi instalado um projetor, o que possibilita que a sala seja convertida em mini-auditório em caso de necessidade.
- 2.** Reforma das Reservas Técnicas 1 a 7: item cumprido. A reforma, que inicialmente previa apenas serviços nas áreas administrativas, avançou para as áreas de reserva técnica, a fim de atingir todo o Arquivo e melhorar a estrutura para a manutenção e segurança do acervo.
- 3.** Revisar os sistemas de combate a incêndio: item em desenvolvimento. A coordenação do Arquivo solicitou estudos, junto à Diretoria de Segurança Institucional, para a melhoria dos sistemas de prevenção a incêndio do Arquivo, assim como a implantação de sistema de prevenção próprio para o acervo de natureza histórica, dada a sua natureza e valor inestimável para o judiciário brasileiro.
- 4.** Implantação de medidas de eficiência energética: item cumprido.

O terceiro objetivo estratégico é voltado para a

construção e fortalecimento de cenários prospectivos para a gestão de documentos e arquivos. Composto por 3 subprojetos e 11 entregas, tem o condão de buscar soluções, parcerias e o desenvolvimento de sistemas de negócio estruturantes que possibilitem a melhoria dos serviços pelo Arquivo, assim como a implantação e aperfeiçoamento das políticas públicas em Gestão Documental no judiciário timbira.

**Neste objetivo estratégico, das entregas propostas, a unidade atingiu os seguintes itens:**

- 1.** Desenvolvimento de cenários prospectivos: item cumprido. Trata-se de processo contínuo que visa a busca por ferramentas, sistemas de negócio ou práticas que possibilitem a melhoria nos serviços. Nesta esteira, o Arquivo buscou cenários com diversas instituições. Na área de gestão documental, fez visita técnica ao Tribunal de Justiça do Amazonas para estudos do Sistema SISGED, de gestão arquivística. Tal sistema poderá ser adotado pelo TJMA sem custos, via Acordo de Cooperação Técnica. O Arquivo construiu ainda cenários junto à Universidade Federal do Maranhão, Universidade Estadual do Maranhão e a Associação da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, conforme descrito a seguir.
- 2.** Formulação de parcerias institucionais: item cumprido. Conforme avançaram os cenários prospectivos, o Arquivo fechou as seguintes parcerias institucionais, sempre via Acordo de Cooperação Técnica:
  - a) Digitalização do acervo histórico do Poder Judiciário do Maranhão: Via ACT com a Associação da Igreja de Jesus

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO	SUBPROJETOS	ENTREGAS
Aperfeiçoar a prestação de serviços às unidades internas do Tribunal de Justiça	Aperfeiçoamento dos procedimentos de gestão de documentos	Construção de cenários prospectivos para a gestão de documentos e arquivos	Desenvolvimento de cenários prospectivos
			Formulação de parcerias institucionais
			Formulação da estratégia e sistema de monitoramento
		Implantação da Política de Gestão Documental do Poder Judiciário do Maranhão	Revisão de instrumentos normativos em gestão documental
			Desenvolvimento de diagnóstico do acervo
			Orientação técnica para aplicação da gestão de documentos e arquivos junto às unidades
			Elaboração do Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário
			Classificação e eliminação do acervo conforme as TTD
			Eliminação do acervo dentro de padrões socioambientais aprovados pelo Tribunal
			Realização de licitação para contratação de serviços de operador de digitalizador, restaurador e assistente.
		Desenvolvimento de sistema informatizado estruturante de acordo com os requisitos do MOREQ-Jus/CNJ (SIGAD)	Atuação de forma colaborativa com a Diretoria de Informática e Automação/DIA, para o desenvolvimento e disponibilização de SIGAD para o Poder Judiciário do Maranhão

Cristo dos Santos dos Últimos Dias, o Arquivo digitalizou cerca de 2.000.000 (dois milhões) de imagens de documentos datados entre 1747 e 1970, de aproximadamente 50 (cinquenta) comarcas do Estado. Tais documentos em formato físico são de acesso público, nos termos da Resolução-GP 142013, e atualmente estão disponíveis para consulta pública, não sendo abrangidos pelas restrições da Lei Geral de Proteção de Dados. O objetivo é melhorar a difusão do acervo e colocar de vez o TJMA entre as instituições que mais preservam e difundem sua memória institucional no país.

Os documentos estão passando também pelo

trabalho de indexação das imagens, para posterior disponibilização via Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq, tal como já fazem outras instituições, como o Tribunal de Justiça de Pernambuco e o Tribunal de Justiça de Sergipe.

b) Publicação de obra conjunta com o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão:

Via ACT com a UFMA, o objetivo foi a transcrição, para fins de publicação, do Livro de Registro de Notas n. 2 da Comarca de Viana [1776-1791]. Tal livro possui diversos registros envolvendo indígenas nos primórdios da Vila de Viana, constituindo um dos mais importantes conjuntos de fontes pri-

márias do Período Pombalino no país. Em razão disso, sua posição estratégica para pesquisas do Maranhão Colonial e a necessidade de melhorar a difusão do acervo.

c) Projeto Arquivo-Escola:

Através de parceria firmada com o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, o acordo, visa formar um espaço de diálogo entre o Arquivo, a universidade e a sociedade, intitulado de “ARQUIVO ESCOLA”, impactando sobre a avaliação social dos arquivos, especialmente do Arquivo do Judiciário. Além disso, pretende colaborar com a memória da sociedade, sua produção documental e a valorização dos arquivos e espaços de resguardo documental.

Com largo lastro de atividades, trata-se de ação pioneira no país e será objeto de submissão do Tribunal de Justiça ao Prêmio Memória do Poder Judiciário do CNJ no final do ano de 2022. Foi formalizado nos termos do Processo n. 43953/2021.

**3.** Formulação da estratégia e sistema de monitoramento: item cumprido. As ações de monitoramento variam de acordo com o projeto em andamento, dadas as suas especificidades e tendo em vista um melhor controle das atividades desenvolvidas.

**4.** Revisão de instrumentos normativos em gestão documental: item cumprido. Com o condão de melhorar a gestão documental, atualizando o conjunto normativo aos ditames da Resolução 324 do CNJ, foram aprovadas pelo Tribunal de Justiça a Resolução-GP 372020 Covid-19 e a Resolução-GP 652021, que instituiu o Programa de Gestão Documental e Preservação Digital do judiciário maranhense.

O Arquivo atuou, ainda, na análise dos elementos

da Portaria-Conjunta 262021, que regulamentou a eliminação de processos judiciais físicos em trâmite no TJMA e convertidos para o meio digital.

**5.** Desenvolvimento de diagnóstico do acervo: item em desenvolvimento. O diagnóstico do acervo é a atividade de mapear os fundos documentais para que possa ser construído o Quadro de Arranjo. Estudos da Coordenação apontam que falta o recolhimento de aproximadamente 18 (dezoito) comarcas com acervo histórico. O prazo para finalização é 31 de dezembro de 2023.

**6.** Orientação técnica para aplicação da gestão de documentos e arquivos junto às unidades: item cumprido. Trata-se de trabalho de natureza permanente, no qual as unidades são orientadas sobre a aplicação do Programa de Gestão Documental e as Tabelas de Temporalidade Unificadas, com canal aberto via e-mail, telefone e WhatsApp. O Arquivo realiza também a análise de todos os Editais de Eliminação de Documentos do Poder Judiciário do Maranhão, atuando junto às unidades para as devidas correções, quando necessário.

Durante a Gestão, o Arquivo analisou o montante de 337.347 (trezentos e trinta e sete mil trezentos e quarenta e sete) processos e documentos administrativos para fins de eliminação, cujos Editais são oriundos do próprio Arquivo, da Divisão de Arquivo do Fórum Des. Sarney Costa, do Arquivo do Pindorama, ligado à Corregedoria e, ainda, das comarcas do interior.

**7.** Elaboração do Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário: item em desenvolvimento. O Manual de Gestão Documental do TJMA seguirá os ditames do Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário do CNJ, do qual o Poder Judiciário maranhense atuou fortemente na construção,

via atuação no MEMOJUS Brasil, fórum nacional composto por profissionais de todos os tribunais brasileiros. Na sua construção, abarcará a adaptação às Resoluções n. 324, n. 420 e n. 429, todas do Conselho Nacional de Justiça. O prazo para finalização é 30 de setembro de 2022.

**8.** Classificação e eliminação do acervo conforme as TTD: item cumprido. Como corolário do Programa de Gestão Documental, o trabalho de classificação e eliminação do acervo obedece as normas vigentes e as Tabelas de Temporalidade de Documentos-TTD. Na atual gestão, já foram publicados/eliminados documentos de 80 (oitenta) Editais, sendo 21 (vinte e um) relativos a 2020, 37 (trinta e sete) relativos a 2021 e 22 (vinte e dois) relativos a 2022, oriundos das diversas unidades arquivísticas.

**9.** Eliminação do acervo dentro de padrões socioambientais aprovados pelo Tribunal: item cumprido. A eliminação de resíduos pelas unidades arquivísticas da Corte ocorre nos ditames do Plano de Logística Sustentável do TJMA. O moni-

toramento é realizado pelo Núcleo de Gestão Socioambiental através do Processo n. 321752021. Durante a Gestão, o montante eliminado correspondeu ao volume de 60 (sessenta) toneladas de papel, doadas à COOPRESL via acordo com o TJMA.

**10.** Realização de licitação para contratação de serviços de operador de digitalizador, restaurador e assistente: item cumprido parcialmente. Para o laboratório de digitalização foram contratados 2 (dois) profissionais através do contrato com a Empresa GESTOR.

**11.** Atuação de forma colaborativa com a Diretoria de Informática e Automação/DIA, para o desenvolvimento e disponibilização de SIGAD para o Poder Judiciário do Maranhão: item paralisado. O Arquivo, por meio do Processo n. 43192020, iniciou junto à Diretoria de Informática e Automação os estudos para a implantação de um SIGAD – Sistema Integrado de Gestão Arquivística de Documentos. Porém, a implantação depende da observância dos critérios do MOREQ-Jus-Mode-

OBJETIVO	PROJETO	SUBPROJETOS	ENTREGAS
Ampliar a capacidade de recolhimento, custódia e preservação dos documentos	Implantação da versão digital do Arquivo Disponibilização do acervo em meio digital	Criação do Sistema de Informações do Arquivo	Atuação de forma colaborativa para o desenvolvimento do Repositório Digital Confiável (RDC-Arq) e de solução de integração entre este e os sistemas de negócios do Poder Judiciário do Maranhão, no que couber.
		Implantação de sistema informatizado de acesso ao acervo histórico	
		Melhorias no Sistema AEGIS, de gestão arquivística	
		Tratamento e digitalização de acervos prioritários	
		Verificação de solução de backup e prevenção a perda de dados	
		Ampliação da capacidade de armazenamento de documentos digitais	

lo de Requisitos para Sistemas Informatizados do Poder Judiciário.

O Conselho Nacional de Justiça, por sua vez, determinou a atualização do MOREQ-Jus, através da Portaria n. 252, de 05 de outubro de 2021, com prazo mínimo de finalização dos trabalhos em 6 (seis) meses. Assim, até que sobrevenha o novo MOREQ-Jus, os trabalhos do SIGAD no TJMA estarão paralisados.

O quarto objetivo estratégico é voltado para a ampliação da capacidade operacional e de tratamento do acervo, de segurança dos dados e também da melhoria em ações de difusão dos documentos históricos. Composto por 1 subprojeto e 6 entregas, tem o condão de buscar soluções e o desenvolvimento de sistemas de negócio estruturantes que possibilitem a melhoria dos serviços de difusão do acervo, garantindo a cadeia de custódia e segurança dos documentos.

**Neste objetivo estratégico, das entregas propostas, a unidade atingiu os seguintes itens:**

**1.** Atuação de forma colaborativa para o desenvolvimento do Repositório Digital Confiável (RDC-Arq) e de solução de integração entre este e os sistemas de negócios do Poder Judiciário do Maranhão, no que couber: item em desenvolvimento. Frise-se que o início dos trabalhos para o cumprimento do item sofreu atraso em razão das discussões, no PRONAME/CNJ, que resultaram no Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário (janeiro de 2021) e na Resolução/CNJ n. 420 (setembro de 2021). O Arquivo, por intermédio do Processo n. 191202021, solicitou à Diretoria de Informática e Automação os estudos técnicos e providências para a implantação do RDC-Arq,

haja vista ser atividade inerente à DIA e a implantação do RDC-Arq já fazer parte dos projeto de TIC's daquela Diretoria. O prazo para implantação, conforme ata da CAAP de 15 de dezembro de 2021, é o dia 31 de agosto de 2022.

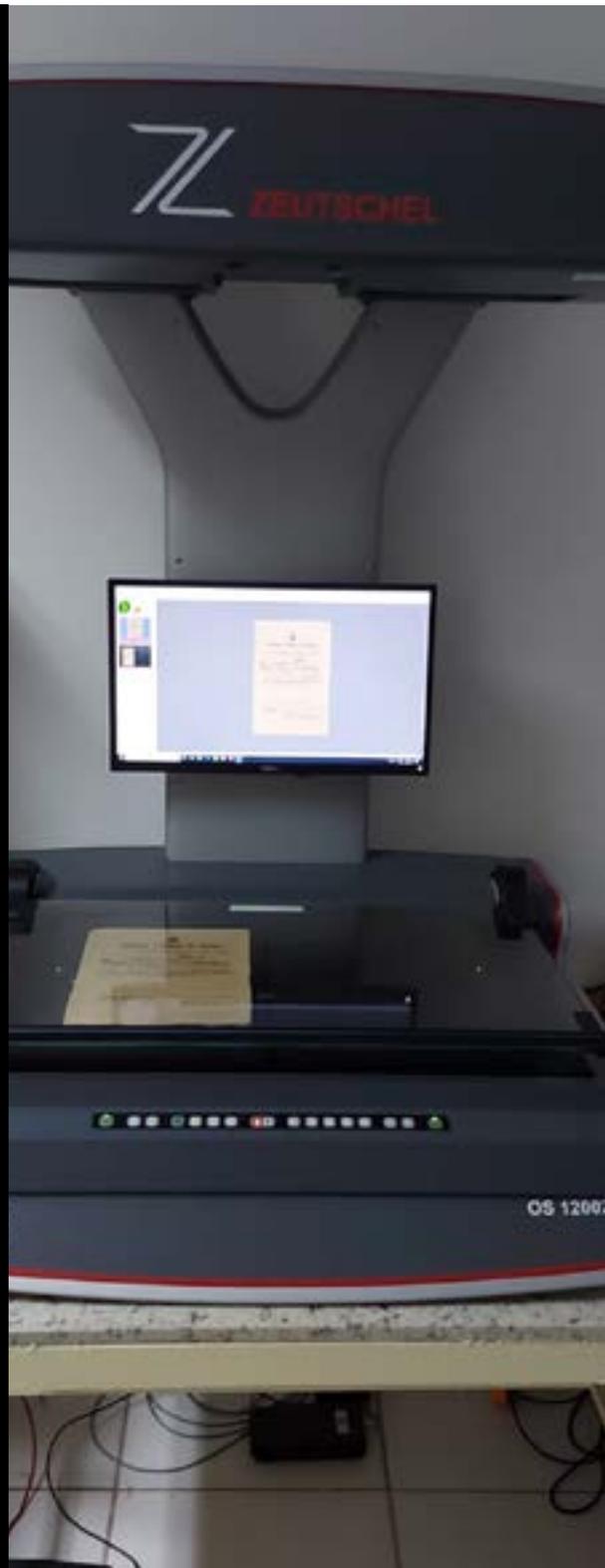
**2.** Implantação de sistema informatizado de acesso ao acervo histórico: item em desenvolvimento. O Repositório Digital Arquivístico Confiável – RDC-Arq funciona com um conjunto de soluções informatizadas e com dois sistemas de negócio, a saber: Archivematica e AtoM. Destes, o AtoM – Access to Memory é um sistema que possibilita a indexação e acesso ao acervo digital, inclusive o acervo histórico.

Os fundos documentais digitalizados estão sendo indexados para serem migrados ao AtoM quando de sua implantação. Até o momento, estão inteiramente prontos os fundos documentais das comarcas de Loreto e Buriti. Encontra-se em andamento os fundos documentais das comarcas de Viana, Guimarães e São Luís.

**3.** Melhorias no Sistema AEGIS, de gestão arquivística: item cumprido. As melhorias no Sistema AEGIS foram solicitadas em dezembro de 2020 e homologadas em definitivo em dezembro de 2021. Na espécie, foram implantados módulos de cadastro para o Arquivo do Fórum Des. Sarney Costa e módulos de relatórios para fins de medição da GPJ.

**4.** Tratamento e digitalização de acervos prioritários: item cumprido. A digitalização dos acervos históricos do Poder Judiciário do Maranhão está sendo realizada em duas frentes. A primeira, como explicitado acima, via ACT com a Associação da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. A segunda, por intermédio do laboratório de digitalização do Arquivo.

DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO HISTÓRICO		total
342984	Comarca de Viana	2.776.518
14497	Comarca de Buriti	
27977	Comarca de Imperatriz	
12652	Comarca de Loreto	
17794	Comarca de São Luís Gonzaga	
8281	Comarca de Matões	
101547	Comarca de Pastos Bons	
39613	Comarca de Riachão	
40013	Comarca de Vargem Grande	
24488	Comarca de Barra do Corda	
36266	Comarca de Brejo	
59819	Comarca de Colinas	
869122	Comarca de São Luís	
2356	Comarca de Araíoses	
15656	Comarca de Carolina	
49921	Comarca de Alcântara	
81694	Comarca de Codó	
48226	Comarca de Cururupú	
50548	Comarca de Itapecuru-mirim	
55862	Comarca de São Bento	
146010	Comarca de Caxias	
20817	Comarca de Rosário	
15997	Comarca de Balsas	
3462	Comarca de Parnarama	
13528	Comarca de Coroatá	
23491	Comarca de Passagem Franca	
27548	Comarca de Guimarães	
27859	Comarca de Icatu	
22783	Comarca de Grajaú	
6287	Comarca de Mirador	
15186	Comarca de Pinheiro	
244783	Comarca de Bacabal	
7406	Comarca de Pedreiras	
4614	Comarca de Tutóia	
215606	Comarca de Vitória do Mearim	
35187	Comarca de Porto Franco	
45205	Seção de Códices	
1453	Sessão de documentos raros	



Quanto ao tratamento e arranjo do acervo, o mesmo está passando por processo de reorganização para adequá-lo ao padrão do International Council of Archives, com acondicionamento realizado em papel alcalino e com o acervo indexado pelo Código do CODEARQ.

**5.** Verificação de solução de backup e prevenção a perda de dados: item em desenvolvimento. Em razão da implantação do Repositório Digital Arquivístico, o Arquivo do Tribunal de Justiça solicitou solução de armazenamento do volume de dados em formato eletrônico que está sendo gerado. O pedido foi realizado através do Processo n. 370142021 e está sob análise da Diretoria de Informática e Automação.

**6.** Ampliação da capacidade de armazenamento de documentos digitais: item em desenvolvimento. Ver item anterior.

O quinto e último objetivo estratégico é voltado para o aperfeiçoamento e modernização do aces-

so ao acervo e das ações de difusão, seguindo, sobretudo, as premissas da Lei de Acesso à Informação. Foi dividido em 2 (dois) subprojetos e 10 (dez) entregas. Como acessório, busca ainda modernizar os serviços de atendimento ao usuário.

**Neste objetivo estratégico, das entregas propostas, a unidade atingiu os seguintes itens:**

**1.** Reformulação dos instrumentos de pesquisa: item cumprido. O instrumento atual passou por total reformulação para adequá-lo aos padrões internacionais e à NOBRADE. Assim, foi criado um novo produto, com modelo inovador e não encontrado em outros tribunais. A série se iniciará com a publicação, em abril próximo, do Catálogo de Documentos da Comarca de Guimarães 1810-1978. O produto será apresentado nacionalmente no II Congresso Brasileiro da Memória do Poder Judiciário, que será realizado em Recife, na se-

<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO</b>	<b>PROJETO</b>	<b>SUBPROJETOS</b>	<b>ENTREGAS</b>
Aperfeiçoar e inovar o acesso e a difusão do acervo	Modernização das ações de atendimento ao usuário e das ações de difusão	Modernização tecnológica dos serviços de atendimento ao usuário	Reformulação dos instrumentos de pesquisa
			Ampliação na produção dos instrumentos de pesquisa
			Implantação de pontos de acesso aos acervos digitais
			Implantação de metodologias de estudo de usuário
			Modernização das formas de acesso à informação
		Ampliação e fortalecimento do Programa de Difusão do Acervo	Parcerias para remodelar o programa editorial
			Atuação de forma colaborativa, juntamente à Biblioteca e o Museu, para a formatação de exposições e eventos de difusão
			Reestruturação do Portal do Arquivo no sítio do Tribunal
			Implantação de ações educacionais
			Participação em editais de fomento e conservação de acervos

mana do dia 10 de maio, quando se comemora o Dia da Memória do Poder Judiciário.

**2.** Ampliação na produção dos instrumentos de pesquisa: item em desenvolvimento. A remodelagem do Catálogo levou à reestruturação dos instrumentos de outras comarcas. Atualmente encontram-se em preparação os Catálogos das comarcas de Viana, Loreto e São Luís.

**3.** Implantação de pontos de acesso aos acervos digitais: item parcialmente cumprido. O Arquivo instalou computadores para uso pelos pesquisadores para acesso aos documentos digitalizados. Com a finalização da implantação do RDC-Arq os fundos serão incorporados e assim, estarão disponíveis para acesso por meio da internet.

**4.** Implantação de metodologias de estudo de usuário: Item não iniciado.

**5.** Modernização das formas de acesso à informação: item em desenvolvimento. A disponibilização do acervo via Sistema AtoM possibilitará o acesso universal. O prazo para o cumprimento da ação é 31 de agosto de 2022.

**6.** Parcerias para remodelar o programa editorial: item em desenvolvimento. A parceria com a Universidade Estadual do Maranhão e com a Universidade Federal do Maranhão possibilitará melhorias no Programa Editorial do Arquivo. O prazo para finalização dos trabalhos é o dia 31 de dezembro de 2022.

**7.** Atuação de forma colaborativa, juntamente à Biblioteca e o Museu, para a formatação de exposições e eventos de difusão: item cumprido. O Arquivo participou da montagem da atual exposição permanente do Museu e forneceu, a título de empréstimo, diversos documentos para suas ações educacionais e de difusão.

**8.** Reestruturação do Portal do Arquivo no sítio

do Tribunal: item em desenvolvimento. Em reunião com a ASCOM, foram estabelecidos os critérios para a utilização das redes sociais e da reestruturação do hot site do Arquivo no sítio eletrônico do Tribunal, no escopo da nova Política de Comunicação Social do TJMA. O prazo final para finalização da ação é 31 de dezembro de 2022.

**9.** Implantação de ações educacionais: item cumprido. O Arquivo atua fortemente em ações de educação patrimonial, recebendo visitantes de escolas e universidades. Em que pese o período atípico em razão da pandemia de Covid-19, que prejudicou as atividades do Tribunal de Justiça de maneira bastante significativa, o Arquivo tem conseguido avançar. A consolidação das ações educacionais ocorrerá com o advento do Projeto Arquivo Escola, em parceria com a UEMA.

**10.** Participação em editais de fomento e conservação de acervos: item cumprido. Na atual Gestão foram finalizadas as atividades referentes ao Edital FAPEMA – Acervos de 2017. Atualmente, prepara propostas para concorrer nos Editais FAPEMA 02/2022 Universal e 04/2022 – Apoio à realização de eventos científicos.

Assim, durante a gestão e dois primeiros anos do planejamento do sexênio, as entregas totalmente ou parcialmente cumpridas perfazem um percentual de 60,00% (sessenta por cento), realizadas nos dois primeiros anos do planejamento proposto. As entregas em desenvolvimento, com prazos definidos e já citados anteriormente, perfazem um total de 35,00% (trinta e cinco por cento). Por sua vez, as entregas não iniciadas perfazem um total de 5,00% (cinco por cento).

**Dados quantitativos do recebimento e processamento técnico do acervo**

**DOCUMENTOS RECEBIDOS E PROCESSADOS – ANO 2020**

RECEBIDOS		Documentos/processos	1430
PROCESSAMENTO TÉCNICO		Em caixas	185
Dossiês funcionais		156	
Processos administrativos		56	

**DOCUMENTOS RECEBIDOS E PROCESSADOS – ANO 2021**

RECEBIDOS		Documentos/processos	11462
PROCESSAMENTO TÉCNICO		Em caixas	2232
Dossiês funcionais		163	
Processos administrativos		73	

**DOCUMENTOS RECEBIDOS E PROCESSADOS – ANO 2022**

RECEBIDOS		Documentos/processos	1527
PROCESSAMENTO TÉCNICO		Em caixas	620
Dossiês funcionais		27	
Processos administrativos		20	

**Dados quantitativos do empréstimo e devolução de documentos**

**DOCUMENTOS EMPRESTADOS – 2020 a 2022**

EMPRESTADOS 2020		Documentos/processos	72
Dossiês funcionais		156	
EMPRESTADOS 2021		Documentos/processos	188
Dossiês funcionais		163	
EMPRESTADOS 2022		Documentos/processos	39
Dossiês funcionais		27	

**DOCUMENTOS EMPRESTADOS – 2020 a 2022**

DEVOLUÇÕES 2020	Documentos/processos/dossiês funcionais	131
DEVOLUÇÕES 2021	Documentos/processos/dossiês funcionais	171
DEVOLUÇÕES 2022	Documentos/processos/dossiês funcionais	12

**Dados quantitativos do processamento técnico do acervo judicial de natureza histórica**

**PROCESSAMENTO TÉCNICO – ACERVO HISTÓRICO**

RECOLHIMENTO AO ACERVO	Fórum de São Luís	7063	15490
	Fórum de São Luís	404	
	Comarca de Porto Franco	2345	
	Comarca de Pastos Bons	5678	
ARRANJO E IDENTIFICAÇÃO	Comarca de Icatú	931	10081
	Comarca de Codó	3455	
	Comarca de Passagem Franca	242	
	Comarca de Viana - Cíveis	996	
	Comarca de Viana - Códices	37	
	Comarca de Colinas	3797	
	Comarca de Loreto	311	
	Comarca de Buriti	312	





Núcleo  
de Gestão  
Socioambiental



## GESTÃO DE RESÍDUOS

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) avançou exponencialmente na gestão dos resíduos gerados no âmbito institucional, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).

No biênio 2020-2021 foram mais de 177 toneladas de resíduos recicláveis (papel, plástico, metal e vidro) destinados para diversas cooperativas e ecopontos.

Em 2021, do total de resíduos recicláveis, mais de 98 toneladas corresponderam a processos físicos, um aumento de 346% em relação ao ano de 2020. No Maranhão, a cooperativa habilitada para receber esse material garantindo sigilo por meio da picotagem de papel é a COOPRESL, que beneficia diretamente 26 famílias.

A comarca de Imperatriz formalizou parceria com cooperativa de reciclagem local, iniciando em 2021 a coleta seletiva solidária. Após visita do projeto TJMA Sustentável na comarca, a primeira pesagem somou cerca de 130 kg de material reciclável (papel e plástico).

O Núcleo de Gestão Socioambiental, em conjunto com a Diretoria de Engenharia, passou a informar ao CNJ em 2021, os dados referentes à

destinação ambientalmente correta dos resíduos de obras de construção civil, assim como de lâmpadas, por meio de logística reversa, totalizando cerca de 2.500 toneladas de resíduos de obras e quase 5.000 lâmpadas.

Também em 2021, o Núcleo estabeleceu junto aos setores responsáveis, nova rotina para captação de quantitativo de resíduos de serviços de saúde, por meio de processo eletrônico (Digidoc), o que contribuiu para um melhor acompanhamento e qualidade das informações. Neste ano houve um aumento de quase 100% desses resíduos em relação a 2020. No biênio, foram contabilizados mais de 400 kg desse material, provenientes da Casa da Criança, Divisões médicas e odontológicas do TJMA e Fórum de São Luís e Laboratório de DNA.

## CURSO INTRODUÇÃO A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Em 2020, foram realizadas duas edições do curso “Introdução à Gestão Socioambiental”, na plataforma EAD da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), sendo capacitados 60 servidores e servidoras. O conteúdo incluiu atividades de estímulo à adoção de medidas socioambientais nas



**No biênio 2020-2021 foram mais de 177 toneladas de resíduos recicláveis destinados para diversas cooperativas e ecopontos.**



rotinas de trabalho, sensibilização quanto à importância da gestão socioambiental, importância da atuação e o papel dos profissionais do Judiciário no desenvolvimento e manutenção de ações de responsabilidade socioambiental.

### PRÊMIO TJMA SUSTENTÁVEL

O Prêmio TJMA Sustentável foi realizado em 2020, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, com o objetivo de reconhecer as práticas sustentáveis que contribuam para o fortalecimento da Política de Sustentabilidade do Judiciário no Maranhão. Na ocasião, foram homenageadas as unidades judiciais e administrativas

que mais reduziram o consumo de energia e papel A4, no período de 2018-2019.

Na programação foram realizadas ‘lives’ com as temáticas: “A Sustentabilidade nas rotinas do Judiciário”, “Sustentabilidade em época de pandemia”, “Gestão de resíduos como demanda judiciária e geração de renda”, “Cidadania e Meio Ambiente”, “Ações socioambientais no ambiente universitário” e “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”, contabilizando cerca de 4.500 participações.

### CAMPANHA “UM CUIDANDO DO OUTRO”

Campanha solidária realizada em 2020 e que teve como finalidade arrecadar máscaras reutilizáveis para proteção contra Covid, mobilizando o corpo funcional do Judiciário Maranhense e a comunidade, totalizando mais de 12.000 máscaras que foram doadas para a Casa da Criança, Casa Abrigo, hospitais e diversas instituições filantrópicas.

### SENSIBILIZAÇÃO PARA CONSUMO DE PAPEL A4 COM CHEFES DE GABINETE DOS DESEMBARGADORES

Em 2021, foi realizada sensibilização com cerca de 30 chefes de gabinete dos desembargadores do TJMA, conduzida pelo desembargador Jorge Rachid, Presidente da Comissão de Gestão do PLS, com objetivo de informar acerca dos indicadores de sustentabilidade previstos na Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade do Judiciário, destacando a necessidade do consumo consciente de papel A4, bem como, a adoção e compartilhamento de boas práticas sustentáveis.



A campanha de doação de máscaras do NGS recebeu mais de 12 mil máscaras reutilizáveis que foram doadas à Casa da Criança e Casa Abrigo.



## LIVE EM ALUSÃO AO DIA MUNDIAL DA ÁGUA

O Núcleo de Gestão Socioambiental, com o apoio da Assessoria de Comunicação da Presidência (ASSCOM), celebrou o Dia Mundial da Água, em 22 de março de 2021, promovendo campanha educativa por meio de postagens nas redes sociais com dicas para economizar água e evitar o desperdício. Também foi realizada a palestra virtual “Um chamado à valorização da água”, proferida pela professora e mestre em Saúde e Ambiente, Luzenice Macedo, tendo como mediador o Des. Jorge Rachid, alcançando cerca de 350 participações.

## LANÇAMENTO DO PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Em 2021, foi lançado o projeto de Eficiência Energética do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, objetivando garantir a geração de energia limpa e a economia com a redução dos gastos

com energia elétrica, proporcionando maior eficiência na utilização de recursos públicos. A implantação do projeto está em andamento e, para a futura construção da usina de energia fotovoltaica, foi firmada parceria com o Governo do Estado do Maranhão que cedeu área de 70.000 m<sup>2</sup>, situada entre as cidades de São Luís e São José de Ribamar.

## JORNADA SOCIOAMBIENTAL

Em alusão ao dia Mundial do Meio Ambiente, 05 de junho de 2021, o Núcleo de Gestão Socioambiental, em parceria com a CGJ-MA, a Escola Superior da Magistratura (ESMAM) e a ASSCOM, realizou a 1ª Jornada Socioambiental do Poder Judiciário do Maranhão, com foco na Agenda 2030, que promoveu palestras e painéis que abordaram temas como: A Importância da Água, Energia Solar e Sustentabilidade, O Papel da Rede de Responsabilidade Socioambiental Ecoliga e a Revisão do Código Estadual de Meio Ambiente



Legenda



**No Poder Judiciário maranhense, o fortalecimento da política de sustentabilidade através de ações visando aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Agenda 2030 faz parte das 28 metas específicas para o biênio 2020/2022, sob a presidência do desembargador Lourival Serejo.**

do Maranhão e teve um alcance de mais de 1.000 participações.

Como parte das atividades, foi conferido o Selo Verde 2020 para unidades que atingiram a meta de redução de 20% no consumo de papel A4 e a apresentação do Selo Verde 2021, além da realização de paisagismo na Praça Dom Pedro II, pelo Instituto Municipal da Paisagem Urbana (IMPUR); iluminação verde na fachada do prédio sede do TJMA e entrega de mudas para desembargadores e desembargadoras, representantes da Ecoliga, servidores e servidoras e membros da comunidade. Em parceria com a CGJ-MA, foi impulsionado o julgamento das ações da Meta 12 do CNJ (ações ambientais) e destinadas para a reciclagem de mais de 60 toneladas de processos físicos aptos para eliminação.

### ***ELIMINAÇÃO DE COMPRA DE ÁGUA ENVASADA EM GARRAFAS PLÁSTICAS DE 1,5 L***

Durante a Semana do Meio Ambiente, foi editado o Ato da Presidência 23/2021, em 02 de junho de 2021, que proibiu da aquisição de água em embalagem não retornável pelo Judiciário Maranhense, um importante marco para a sustentabilidade no TJMA. Com esta ação, estima-se que até o momento, o TJMA deixou de consumir e descartar no meio ambiente aproximadamente 70.000 garrafas de plástico de 1,5l, economizando cerca de R\$40.000.

### ***CAMPANHA TJMA SEM PLÁSTICO***

O Núcleo de Gestão Socioambiental, em parceria com a ASSCOM, realizaram em 2021, a campanha de conscientização “TJMA sem Plástico”, com matéria jornalística e posts em redes sociais

oficiais, que teve como referência à campanha Julho Sem Plástico, idealizada pela Organização Não-Governamental (ONG) australiana Plastic Free Foundation e teve como objetivo a sensibilização para a mudança de comportamento quanto ao consumo de materiais plásticos, baseada na Agenda 2030, que dentre suas metas, busca reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso, até 2030.

### ***CURSO RESPONSABILIDADE CIVIL DO POLUIDOR – ESMAM***

A ESMAM, em parceria com o Núcleo de Gestão Socioambiental, ofertou, em 2021, o curso “A Responsabilidade do Poluidor no Direito Ambiental Brasileiro”, ministrado pelo advogado e especialista em Direito Público, Stephano Pereira Serejo, com o objetivo de capacitar o corpo funcional, oferecendo suporte para uma atitude crítico-reflexiva, baseada na ética ambiental, reconhecendo o papel do Poder Judiciário na proteção do meio ambiente, como agente político e social do desenvolvimento sustentável, na atuação frente às demandas judiciais em matéria do Direito Ambiental e contemplou 22 participantes.

### ***DESTRALHE***

A Campanha Destralhe é realizada pelo Núcleo de Gestão Socioambiental desde 2018 com o objetivo promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho e sensibilizar acerca do uso racional e inteligente dos materiais e bens permanentes. Em 2020, em virtude da pandemia, a campanha consistiu em 03 dias de capacitação por videoconferência para representantes das comarcas sobre organização no ambiente de trabalho, com

**LIVE**  
17 SETEMBRO | 15H  
TRANSMISSÃO: Youtube/Zoom

**TEMA:**  
**Mindfulness:**  
**O que significa limpar a mente?**

**Palestrante**  
Victor Tapias  
Instrutor de Mindfulness  
(Centro Mente Aberta - UNIFESP)

**Moderador**  
Des. Jorge Rochid  
Coordenador do Núcleo Socioambiental

**INSCRIÇÕES**  
LOCAL INTERNO  
PLATAFORMA SENTINELA (TUTOR)  
LOCAL EXTERNO  
LINK DISPONÍVEL DURANTE A LIVE.  
Com emissão de certificado

**DIA MUNDIAL DA LIMPEZA**  
TEMA  
TMA  
ESMAM



a especialista em organização Rosileia Salazar Monteiro e sobre uso racional e devolução de materiais e bens e destinação de processos físicos para reciclagem com os chefes das unidades responsáveis e representantes da CGJ.

### **DIA MUNDIAL DA LIMPEZA**

Em 2021, o Destralhe foi inscrito no “Dia Mundial da Limpeza”, movimento que já mobilizou cerca de 50 milhões de pessoas em 180 países e é promovido no Brasil pelo Instituto Limpa Brasil

com o objetivo de limpar o planeta. Com o apoio da Coordenadoria de Administração de Material e Patrimônio, Coordenadoria de Apoio Administrativo e Coordenadoria de Manutenção e de Equipamentos, a campanha mobilizou unidades judiciais e administrativas do TJMA, Corregedoria Geral de Justiça, fóruns das comarcas de São Luís, Amarante do Maranhão, Colinas, Itapecuru-Mirim, São José de Ribamar, Santa Rita, Santa Inês, Monção, Pinheiro, Pastos Bons, Pindaré Mirim, Timon e resultou na devolução de mais de 800 bens permanentes, de consumo e de informática, reaproveitáveis ou inservíveis.

Como parte da campanha, e em alusão ao “Dia Mundial da Limpeza”, que em 2021 abordou a temática “Limpeza Mental”, o Núcleo de Gestão Socioambiental, em parceria com a ESMAM e ASSCOM, realizou a live “Mindfulness: O que significa limpar a mente?”, ministrada pelo instrutor de Mindfulness pelo Centro Mente Aberta – UNIFESP, Victor Tapias, visando despertar a atenção plena para a experiência presente, reduzindo sintomas de ansiedade e depressão e melhorando a qualidade de vida, tendo mais de 270 participações.

Como resultados da campanha, destacam-se: a doação de 822 itens em condições de uso, beneficiando várias instituições como hospitais, entidades religiosas e culturais; a retirada, pela CGJ-MA, de 219 caixas de câmbio que estavam desde 2018 no Depósito Judicial de São Luís, favorecendo a limpeza e organização do espaço; elaboração de panfleto eletrônico e vídeo institucional orientando as unidades judiciais acerca da destinação dos bens sob custódia do Judiciário pela CGJ-MA e expedição da PORTARIA-TJ-35212021, de 31 de outubro de 2021, regulamentando a destinação

dos bens guardados no Depósito Judicial da Comarca pela Diretoria do Fórum de Imperatriz.

## **PROJETO CONSTRUINDO UM PENSAMENTO SUSTENTÁVEL**

No ano de 2021, o Núcleo de Gestão Socioambiental, em parceria com a ESMAM, lançou o projeto “Construindo um pensamento sustentável”, que visa sensibilizar para a mudança de mentalidade, com ênfase na temática socioambiental, e gerar uma cultura organizacional mais sustentável. Foram realizadas duas edições do projeto, abordando os temas “Mindset para um pensamento sustentável”, pela pós-doutora em Neurociências, Solange Mata Machado, e “Alfabetização para um pensamento sustentável”, pelo mestre em Engenharia Ambiental, Cristiano Peixoto Maciel, alcançando mais de 400 participações.

## **CAMPANHA “CONSUMO CONSCIENTE”**

A campanha “Consumo Consciente” foi lançada em 2021 pelo Núcleo de Gestão Socioambiental, em parceria com a CGJ-MA, ESMAM, ASSCOM e apoio do Laboratório de Inovação (ToadaLab), com o objetivo de fomentar uma mudança de mentalidade e a adoção de padrões de comportamento sustentáveis e, de forma mediata, melhorar os índices de desempenho de sustenta-

bilidade do TJMA, com base nos indicadores da Resolução N° 400/2021 do CNJ, tais como, consumo de energia elétrica, água e esgoto, papel, telefonia, impressão, gestão de resíduos, ações de qualidade de vida, ações solidárias, capacitações socioambientais e equidade e diversidade, por meio de ações de sensibilização como, a publicação de matérias jornalísticas e vídeos, posts em redes sociais e a fixação de placas e adesivos nos prédios do judiciário estimulando consumo consciente de recursos.

O evento de lançamento da campanha teve como público-alvo desembargadores e desembargadoras, diretores e diretoras do TJMA, juízes e juízas diretores de fóruns das comarcas do estado, com a finalidade de enfatizar aos gestores e gestoras a importância de seu papel na condução do processo de mudança na cultura institucional.

## **PROJETO “TJMA SUSTENTÁVEL ITINERANTE”**

O projeto “TJMA Sustentável Itinerante” teve início em 2021 com o objetivo de capacitar e sensibilizar o corpo funcional, fomentando a cultura de responsabilidade socioambiental, incentivando a mudança de mentalidade, a adoção de padrões de comportamento sustentáveis e o consumo consciente nas comarcas do Estado.

A equipe, composta pelo Núcleo Socioambiental,



CGJ-MA, Divisão de Administração de Material do TJMA e Consultoria Falconi e liderada pela Desa. Maria Francisca Gualberto de Galiza, representando a presidência da Comissão Gestora do PLS, apresentou nas comarcas os resultados gerais do TJMA nos indicadores do Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), do CNJ, destacando metas locais para redução de consumo de água/esgoto e energia elétrica. Foram fornecidas orientações sobre gestão documental, de materiais de consumo, de resíduos sólidos e de bens sob custódia do Judiciário, capacitando mais de 200 pessoas nas comarcas de Imperatriz, Açailândia, Caxias, Timon e da Ilha de São Luís (termos de São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar).

## **PARCERIAS**

### **CAMPANHA “RESÍDUO E LIXO NO LUGAR CERTO – SAÚDE PARA TODOS E RENDA PARA OS CATADORES”**

A campanha foi desenvolvida no ano de 2020 pelo Núcleo de Gestão Socioambiental em parceria com o Projeto Teia da sustentabilidade, da Comarca de Itapecuru-mirim, com o objetivo de incentivar o descarte correto de materiais recicláveis por condomínios e gerar renda para os agentes ambientais da Cooperativa de Reciclagem de São Luís (Coopresl) no período em que os ecopontos ficaram desativados devido à pandemia. A mobilização resultou na coleta de cerca de 9,2 toneladas de plástico, papel, papelão e latas de alumínio, coletados em residências de diversos bairros de São Luís.

### **CAMPANHA DE TROCA DE LÂMPADAS COMUNS POR LED**

Realizada no ano de 2020, em parceria com a Equatorial Maranhão, a campanha promoveu a troca de cerca de 150 lâmpadas comuns por led, contemplando servidores, servidoras e comunidade do Termo Judiciário de Paço de Lumiar.

### **CERTIFICAÇÃO SELO VERDE**

A certificação Selo Verde, de iniciativa da Divisão de Material e Patrimônio do TJMA, com parceria do Núcleo de Gestão Socioambiental, foi instituída por meio da RESOL-GP-63/2019, com os objetivos de estimular o uso racional de bens, materiais e recursos naturais e reconhecer o esforço coletivo de servidores e servidoras. Desde sua implantação em 2020, o projeto resultou na expressiva redução de 41,59% no consumo de papel A4, superando a meta inicial de 20%.

### **PROJETO BICICLETÁRIO NO FÓRUM DE SÃO LUÍS**

Com o objetivo oferecer mais conforto e comodidade aos servidores e servidoras usuários da bicicleta e estimular seu uso como meio de transporte econômico, saudável e ambientalmente adequado, o Núcleo de Gestão Socioambiental se reuniu em 2021 com representantes da Diretoria do Fórum de São Luís e da Diretoria de Engenharia para encaminhamento de solicitação de estudo preliminar para a construção de bicicletário no estacionamento do fórum de São Luís. O projeto encontra-se em fase de desenvolvimento.

### **AÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA EM PARCERIA COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)**

O Núcleo de Gestão Socioambiental reuniu-se, no ano de 2021, com Diretoria de Recursos Huma-



**Ação Socioambiental na Comarca de São José de Ribamar.**

nos e Divisões Médica e Psicossocial do TJMA e representantes da UFMA, para discutir uma nova proposta relativa ao Programa “UFMA Saudável”, após finalização do primeiro convênio, que tinha como principal objeto o levantamento das condições primárias de saúde do corpo funcional.

### **APOIO À AÇÃO AMBIENTAL DO MOVIMENTO MANGUE SEM LIXO**

Ciente do seu papel mobilizador e evidenciando seu compromisso em fortalecer iniciativas da sociedade civil em prol do meio ambiente, no ano de 2021 o TJMA, por meio da parceria entre o Núcleo Socioambiental e a ASSCOM, promoveu, no seu site institucional e nas redes sociais oficiais, a divulgação da ação “Movimento Mangue Sem Lixo”, realizada pela Organização Não-Governamental Arte-Mojó que consiste na retirada do lixo dos manguezais, com o propósito de favorecer a recuperação desse bioma, na comunidade de Mojó, no município de Paço do Lumiar -MA.

### **JUDICIÁRIO NAS ESCOLAS – SÃO JOSÉ DE RIBAMAR**

O projeto “O Judiciário nas Escolas, com eles, com elas, por eles, por elas”, idealizado pela juíza Samira Barros Heluy, contou com a colaboração do Núcleo na elaboração de cartilha informativa com dicas de sustentabilidade e estímulo a preservação ambiental e disponibilização, na ocasião do lançamento, de mudas de ipês para plantio no Centro de Ensino São José Ribamar e no Fórum do termo de São José de Ribamar.

### **CAMPANHA SOLIDÁRIA DE NATAL – 2021**

Com o apoio do Núcleo de Gestão Socioambiental e da ASSCOM, a Coordenadoria da Infância e Juventude realizou a “Campanha Solidária de Natal – 2021”, visando proporcionar um Natal mais acolhedor para 85 crianças e adolescentes das instituições Abrigo Luz e Vida, Lar Calábria e Casa da Criança Menino Jesus, esta última mantida pelo TJMA.



### **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ECOLIGA 2021-2026**

Em 2021, como membro da Ecoliga, rede interinstitucional criada em 2016 para aprimorar a gestão socioambiental e o desenvolvimento sustentável, o TJMA foi responsável pela elaboração do instrumento de celebração de cooperação técnica, por meio do Núcleo de Gestão Socioambien-

tal, em articulação com a Divisão de Contratos e Convênios.

O Termo de Cooperação Técnica N° 0038/2021-TJMA (Processo n° 260822021), bem como, a adesão da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São Luís (SEMMAM) como membro partícipe foram aprovados por aclamação em reunião extraordinária por videoconferência e, após assinatura de todos os gestores, celebrado em 02/12/2021 com vigência de 05 anos.

### **PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS SOBRE SUSTENTABILIDADE**

Em 2021, as ações do TJMA foram destaque em eventos com a temática socioambiental. No webinário “Sustentabilidade no Poder Judiciário: impactos e desafios”, realizado pelo Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), com o objetivo de aprimorar o diálogo interinstitucional e participação do presidente do TJMA, Des. Lourival Serejo, o presidente da Comissão Gestora do PLS, Des. Jorge Rachid, ministrou a palestra “Boas práticas sustentáveis no Judiciário Maranhense”, em que discorreu sobre as boas práticas ambientais, sociais e de governança desenvolvidas na instituição.

### **REUNIÕES DA COMISSÃO DE GESTÃO DO PLS**

Em 2021, o Núcleo de Gestão Socioambiental realizou reuniões com o corpo diretivo do TJMA e a Comissão Gestora do PLS, com o objetivo de subsidiar a alta administração com informações acerca do desempenho do TJMA nos indicadores que compõe o IDS. Nessas reuniões foram definidos planos de ações que resultaram em iniciativas concretas, impactando diretamente nos dados do

Relatório de Desempenho de Sustentabilidade 2021, enviado ao CNJ.

Dentre as ações destacam-se: a expedição da PORTARIA-GP-8622021 que alterou o quantitativo de equipamentos de impressões por unidade e determinou recolhimento do excedente, o ATO-PRESIDENCIA-GP-512021 que extinguiu a central de xerox do TJMA, a PORTARIA-CONJUNTA-62022 que estabeleceu de teto máximo de consumo de papel por setor, a inclusão de critérios socioambientais na GPJ na Portaria-TJ 46752021 e de capacitações na temática socioambiental na grade de cursos da ESMAM para 2022.

### **PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)**

Em razão da edição da Resolução CNJ nº 400/2021 e da Resolução 44/2021, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Maranhão para o sexênio 2021-2026, foi expedida a Portaria-Conjunta 25/2021 com a finalidade de regulamentar e aprimorar a gestão do novo PLS.

Para o início da construção do PLS 2021-2026 e definição de indicadores e metas, foi realizado em conjunto, pelo Núcleo de Gestão Socioambiental, Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos e Consultoria Falconi, o diagnóstico e avaliação dos resultados do IDS do TJMA no 5º Balanço da Sustentabilidade.

Após essa fase, foram realizadas reuniões com os 10 Grupos Executivos, envolvendo cerca de 60 gestores e gestoras do Judiciário para sensibilização, análise e aprovação dos indicadores e metas ligadas às áreas temáticas de cada grupo, cujos trabalhos encontram-se em processo de finalização.

### **IMPLANTAÇÃO DE NOVOS FLUXOS E PROCESSOS DE TRABALHO PARA CAPTAÇÃO DE DADOS DO SISTEMA PLS-JUD DO CNJ**

Com a finalidade de estruturar a gestão dos processos de trabalho, o Núcleo de Gestão Socioambiental implantou nova metodologia para acompanhamento dos resultados referentes aos indicadores da Resolução CNJ nº 400/2021.

Inicialmente, foi realizado o mapeamento dos setores responsáveis pelo encaminhamento de dados para alimentação do sistema PLS-Jud do CNJ. Após essa etapa, foram realizadas reuniões para apresentação dos novos fluxos e detalhamento da metodologia de envio, captação, consolidação, armazenamento e acompanhamento dos dados, que passou a tramitar por meio de processos administrativos eletrônicos (Digidoc).

O Núcleo passou a fazer a gestão de cerca de 34 processos no sistema Digidoc, contribuindo para um melhor acompanhamento de resultados, presteza nas informações e manutenção da qualidade dos dados.

### **RESULTADO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DO TJMA – VARIAÇÃO 2020/2021**

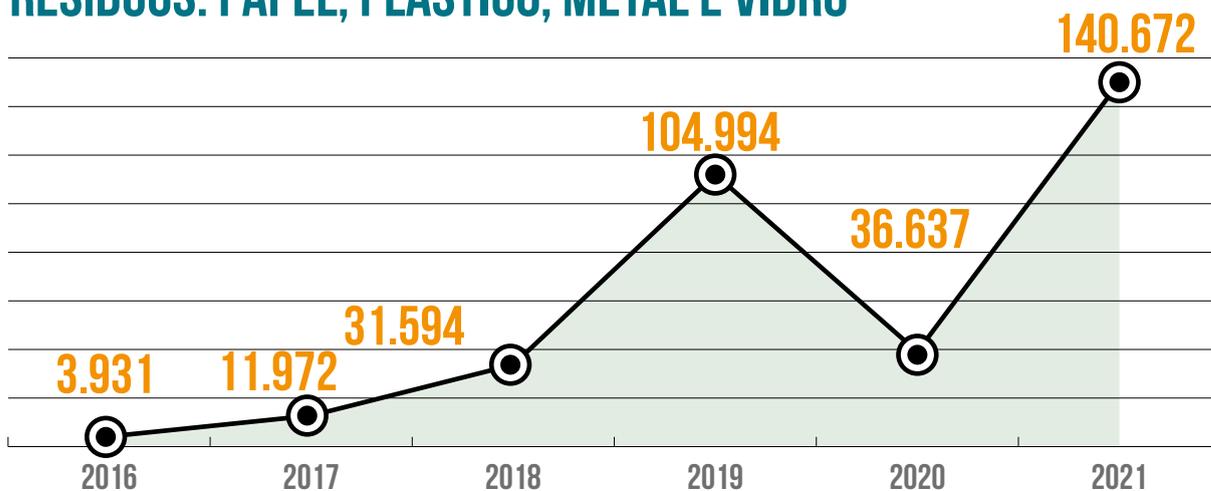
#### **PAPEL**

O consumo de papel A4, apresentou significativa redução em 2020 em virtude da suspensão das atividades presenciais e a conclusão da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em 100% no Poder Judiciário do Maranhão.

Em 2021, essa tendência de redução permaneceu, apresentando uma queda de 8,8%, mesmo com o retorno das atividades presenciais.

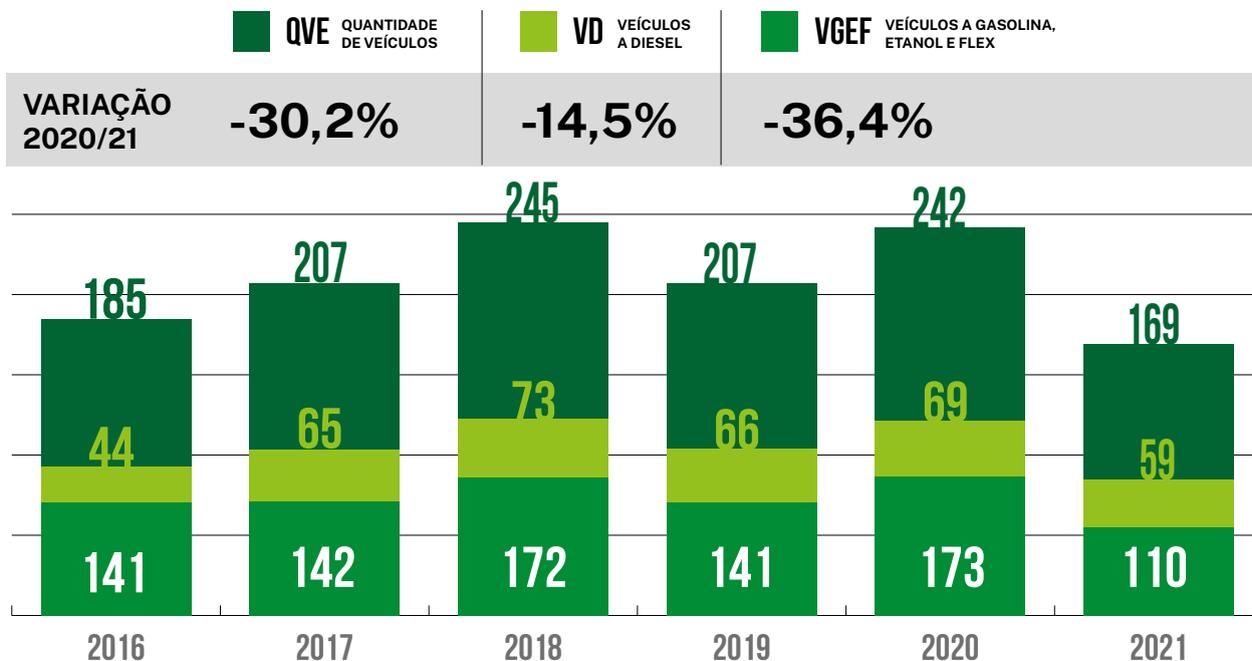
RESULTADO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DO TJMA - VARIÇÃO 2020/2021

RESÍDUOS: PAPEL, PLÁSTICO, METAL E VIDRO

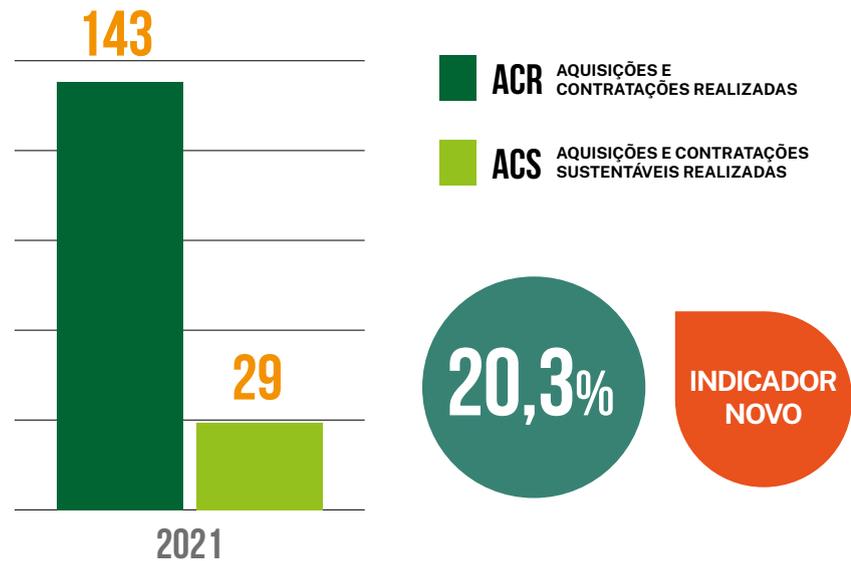


VARIÇÃO 2020/21 **74%**

QUANTIDADE DE VEÍCULOS POR TIPO DE COMBUSTÍVEL



## PCS - PERCENTUAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS SOBRE A TOTALIDADE



### ÁGUA ENVASADA

O consumo de água mineral em embalagens descartáveis reduziu cerca 95,5% em relação a 2020. Tal fato se deve à proibição, por meio de Ato da Presidência, da aquisição de água mineral em embalagens não retornáveis, que impactou expressivamente a variação do consumo de água envasada retornável, que aumentou na ordem de 61,5% como consequência da substituição das embalagens descartáveis por garrafões de 20 litros.

### IMPRESSÃO

A quantidade de impressões reduziu 10,6% em razão da virtualização de processos e utilização de meios digitais, suspensões do trabalho presencial e ampliação do teletrabalho na pandemia. Houve ainda redução de 24,2% na quantidade de equipamentos de impressão a partir da retirada de equipamentos em desuso e da nova regulamentação que redefiniu a quantidade de impressoras por unidade.

### ENERGIA ELÉTRICA

Em 2021, verifica-se diminuição no consumo de energia em relação ao ano anterior e uma redução considerável de 24% em comparação a 2019. Mesmo com o retorno das atividades presenciais em 2021, o TJMA conseguiu manter mesmo nível de consumo de 2020.

### ÁGUA E ESGOTO

Houve uma diminuição do consumo e gasto com água e esgoto a partir de 2020 em decorrência da restrição do fluxo de pessoas nos prédios do Judiciário. No ano de 2021, manteve-se a redução de consumo, que foi de 14% em relação à 2020.

### RESÍDUOS

Em 2021, verificou-se um crescimento de 74% de plástico, papel, metal e vidro destinados a cooperativa de reciclagem. Houve ainda aumento de 55% na destinação de resíduos de saúde. A destinação de resíduos eletrônicos cresceu 80% como

resultado da campanha Destralhe.

### **REFORMAS E CONSTRUÇÕES**

O ano de 2020 apresentou configuração atípica devido à existência de demanda reprimida em 2019 pela não conclusão de processos licitatórios no período. Em 2021, houve redução de 23% no gasto com reformas.

### **LIMPEZA**

Verificou-se um aumento de 3,3% nos gastos com contratos de limpeza em decorrência do reajuste do valor do contrato por força de Convenção Coletiva de Trabalho em 2021. O gasto com material de limpeza reduziu em 6,2%.

### **VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA**

Verificou-se que embora tenha ocorrido redução no valor individual do posto de serviço, o gasto com contratos de vigilância armada e desarmada apresentou acréscimo de 2,3%, em decorrência do aumento no número de postos. O gasto com vigilância eletrônica em 2021 foi de R\$ 87.286, sendo a primeira vez que consta esse tipo de despesa, visto que, até esse ano, não havia sido implantado posto de monitoramento de circuito fechado de TV.

### **TELEFONIA MÓVEL**

É possível identificar um incremento na quantidade de linhas móveis a partir de 2020 a fim de atender a suspensão dos trabalhos presenciais durante a pandemia e como consequência, um aumento proporcional nas despesas com telefonia móvel.

Em 2021 a quantidade de linhas permaneceu a mesma, no entanto, houve uma variação de

22,7% no gasto que se deve, em parte, ao aumento das tarifas de serviços da empresa contratada, em 4,5% e, também, pelo maior uso dessa ferramenta pelas unidades judiciais e administrativas em decorrência do teletrabalho e atendimento a distância.

### **TELEFONIA FIXA**

O gasto com telefonia fixa vem apresentando ao longo dos anos uma tendência de queda em virtude de um trabalho constante de regulamentação, controle e conscientização acerca do uso das linhas telefônicas fixas apenas para atividades laborais.

Em 2020, o número de linhas fixas era de 332 passando para 2.696 em 2021, em virtude do aprimoramento na captação dos dados que, no período de 2016 a 2020, evidenciavam apenas as quantidades de linhas fixas sem levar em consideração o número real de terminais de voz disponíveis, ramais, não listados no detalhamento das contas telefônicas.

### **VEÍCULOS E COMBUSTÍVEL**

Observa-se uma redução de 30% da frota em relação ao ano anterior devido à realização de leilão dos veículos. Em 2021, mesmo com o retorno parcial das atividades presenciais e o consequente aumento dos atendimentos na capital e interior, o consumo total de combustível permaneceu próximo ao de 2020, com uma variação de apenas 2%, e cerca de 40% menor em relação a 2019.

### **APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO**

O indicador não possui série histórica por tratar-se de novidade trazida pela Resolução n.º 400/2021-CNJ. A variação dos gastos ao longo do



ano justifica-se pelo uso dos serviços conforme demanda das unidades.

### **AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES**

Em 2021, chegamos ao percentual de 20% de contratações com critérios de sustentabilidade que servirá de referência para elaboração de estratégias para os próximos anos. Para o Plano Anual de Contratações 2022/2023, o Sistema de inclusão de demandas (LICITATUM) foi aprimorado para permitir a inclusão pelos setores requisitantes de cláusulas de sustentabilidade ambiental nos termos de referência em todas as licitações.

### **QUALIDADE DE VIDA**

A majoração de 70% na quantidade de ações realizadas e de 101% em participações devem-se ao uso de tecnologias que possibilitaram a ampliação de atendimentos médico, psicossocial e

odontológico em formato online por videoconferência e teleatendimento que garantiram maior cobertura às demandas do interior do estado, não deixando de disponibilizar, sempre que possível, os atendimentos no formato presencial. Foram realizadas diversas ações, como palestras virtuais e presenciais, lives, campanhas online, disponibilização de vídeos nos canais oficiais do TJMA e divulgação de cartilhas e textos informativos por e-mail, sobre temas diversos, além do aprimoramento dos sistemas de atendimento.

### **AÇÕES SOLIDÁRIAS**

Em 2021, houve expressivo aumento na participação em ações solidárias apesar da diminuição na quantidade de ações em virtude das recomendações a respeito de aglomerações no período da pandemia. Tal aumento deve-se à realização de ações que contaram com ampla divulgação para incentivar a participação do corpo funcional e do

aprimoramento do fluxo de dados junto aos setores envolvidos que elevou a qualidade das informações.

### **CAPACITAÇÃO**

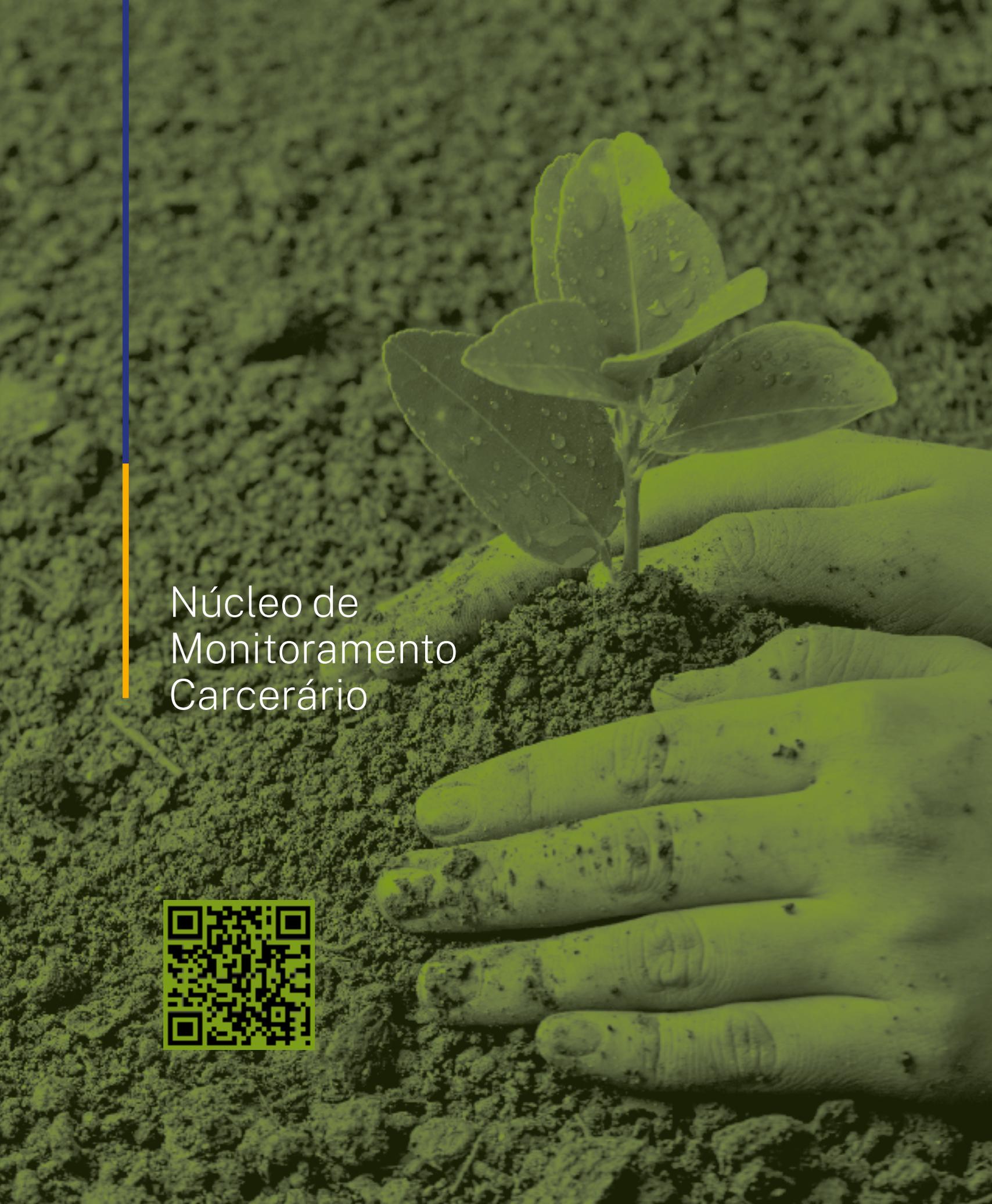
Em 2020, em conformidade com a Resolução 201/2015 do CNJ, eram somadas as quantidades de ações de capacitação em sustentabilidade e de ações de sensibilização em sustentabilidade, assim como as de participações em ações de capacitação e sensibilização. A partir de 2021, os dados passaram a ser contabilizados separadamente, com base na Resolução 400/2021 do CNJ. A maioria das ações foi ministrada de forma vir-

tual, resultando em uma maior abrangência do corpo funcional.

### **SENSIBILIZAÇÃO**

Para este indicador, valem os mesmos esclarecimentos realizados acerca da do indicador capacitação, ressaltando que a partir de 2021, em atendimento à Resolução 400/2021 do CNJ, os dados sobre quantidade de ações de sensibilização, bem como de participações em ações de sensibilização passaram a ser contabilizados separadamente. Aqui também, a maioria das ações foi ministrada de forma virtual, resultando em uma maior abrangência do corpo funcional.





Núcleo de  
Monitoramento  
Carcerário



No biênio 2020-2021, houve a necessidade da criação de comitês e grupos de trabalho para a discussão de questões relevantes relacionadas ao sistema prisional e socioeducativo do Estado. Nesse sentido, a UMF esteve presente em 118 reuniões interinstitucionais, conforme tabela abaixo.

<b>Comitê</b>	<b>Encontros</b>	<b>Integrantes</b>	<b>Objetivo</b>
COVID-19	9	SEAPx1 <sup>o</sup> VEPx2 <sup>a</sup> VIJxMinistério PúblicoxNúcleo de Execução Penal DPEx Programa Fazendo Justiça CNJxCOPENxOABxUMF/TJMA	Medidas para minimizar os efeitos da covid-19 nos sistemas prisional e socioeducativo
Grupos de Trabalho	Encontros	Integrantes	Objetivo
PAI/MA	15	2 <sup>a</sup> VEPxCoordenadoria Técnica EAP/SESx Programa Fazendo Justiça CNJxMinistério PúblicoxDefensoria PúblicaxNúcleo de Perícias Psiquiátricasx UMF/TJMA-Div. Estrutural Técnica	Efativação da Política Antimanicomial no Judiciário
NINA	15	2 <sup>a</sup> VEPxMPExSecretaria de Estado da Saúdex SEAPxDPEx Programa Fazendo Justiça CNJ x UMF/TJMA-Div. Estrutural Técnica	situação dos pacientes judiciários - Hospital Nina Rodrigues
Biometria	4	Coordenadoria de Atendimento TJxDivisão de Patrimônio TJxPrograma Fazendo Justiça CNJ SEAPxUMF/TJMA	Implantar a identificação biométrica das pessoas privadas de liberdade
Socioeducativo	2	Varas da Infância e Juventude do Maranhãox Coordenadoria da Infância e Juventudex CGJ MPExDPE xFUNACxPrograma Fazendo Justiça CNJxSEDIHPOPxSEMCASxCEDCA Núcleo da Justiça Restaurativa UMF/TJMA-Div. Estrutural Técnica	a pandemia no socioeducativo; Comissão Estadual Intersetorial do SINASE; Central de Vagas; Núcleos de Atendimento Inicial (NAI) e as Audiências Concentradas.
Regulação da Central de Vagas	5	SEAPxDPExMPExPrograma Fazendo Justiça CNJxUMFxCGJxCOPENxDiretoria de Informática TJ	extinguir a superlotação carcerária, na comarca da Ilha de São Luís, garantindo a sustentabilidade da aplicação do princípio da taxatividade carcerária
Reuniões	Encontros	Integrantes	Objetivo
Escritório Social Itapecuru-Mirim	2	Programa Fazendo Justiça CNJxSEAP 2 <sup>a</sup> Vara de Itapecuru MirimxPrefeitura de ItapecuruxUMF/TJMA-Div. Começar de Novo	Implantação do Escritório Social de Itapecuru
Escritório Social Itapecuru-Mirim	3	Programa Fazendo Justiça CNJ SEAP 2 <sup>a</sup> Vara de Itapecuru Mirim Prefeitura de Itapecuru UMF/TJMA-Div. Começar de Novo	Planejamento das ações para o exercício de 2022.
Escritório Social Caxias	1	Programa Fazendo Justiça CNJ 3 <sup>a</sup> Vara Criminal de Caxias Prefeitura de Caxias UMF/TJMA-Div. Começar de Novo	Implantação do Escritório Social de Caxias

Escritório Social Timon	1	Programa Fazendo Justiça CNJ Vara de Execuções Penais de Timon UMF/TJMA-Div. Começar de Novo	Implantação do Escritório Social de Timon
APAC	3	SEAPxUMF/TJMA-Coordenação e Div Jurídica Presidente das APAC's do Maranhão	Tratar dos novos desafios para as APAC's
Parceria Humanitas	7	Programa Fazendo Justiça CNJxInstituto Humanitas 360xSEAP Ass. Maranhense de Mulheres Empresárias UMF/TJMAxDPExMPE	Implantação da Unidade Produtiva Cooperativa Cuxá na UPFem
Sistema SEEU	2	Coordenador de atendimento do TJ ESMAM x UMF/TJMA-Coordenação e Div Jurídica	Treinamento do Sistema SEEU
Implementação da Lei 10.182/2014	14	SEAP Programa Fazendo Justiça CNJ UMF/TJMA-Div. Começar de Novo	Vaga de Trabalho para Apenados e Egressos do Sistema Prisional; Construção do fluxo da Lei 10.182/2014
Pré-egressos	1	CIAPIS/SEAPxPrograma Fazendo Justiça CNJ UMF/TJMA-Div. Começar de Novo	Construir o trabalho de atenção a pessoa pré-egressa e suas famílias (saída humanizada)
GMF	2	SEAPxDPExMP Juizes de Execução Penal Programa Fazendo Justiça CNJ UMF/TJMA	escritórios sociais no Estado; inspeções prisionais
RAESP	7	Programa Fazendo Justiça CNJ UMF/TJMA-Div. Começar de Novo Agentes envolvidos no âmbito Estatual (SEAP e Conselho da Comunidade) RAESP's de outros Estados	Implantação da Rede de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Penitenciário RAESP
CNJ	1	Agentes no âmbito Estadual envolvidos no Programa Fazendo Justiça	Pactuação do Programa Fazendo Justiça CNJ
CNJ	2	Programa Fazendo Justiça CNJ UMF/TJMA-Div. Começar de Novo xSEAP	Documentação civil de pessoas presas
COPEN	1	Membros do Conselho Penitenciário	Inspeções nos estabelecimentos prisionais
MASPEN	2	Informática do TJxSEAPx UMF/TJMA-Coordenação e Div Jurídica	Implantação do sistema MASPEN, integração de sistemas da SEAP e TJ
PJE Criminal	1	UMF-Coordenação e Div Jurídica Coordenação do PJE	Migração dos processos criminais para o PJE
Saúde Mental	4	SESxSEAPxCOPENx2ª VEP UMF/TJMA-Div. Estrutural Técnica e outros órgãos estaduais	Atualizar o termo de Compromisso 0001/2017 - TJ-MA
Saúde Mental	1	SESxMembros do GT-PAIMA	Construção de Serviços de Residência Terapêutica para abrigamento de pacientes judiciais

Audiências de Custódia	1	Programa Fazendo Justiça CNJ UMF/TJMA-Coordenação e Div Jurídica	Fortalecimento das audiências de custódia e a realização de eventos pelo CNJ sobre a temática
Situação jurídica	1	1ª VEPxUMF/TJMA-Div Jurídica	Guias de recolhimento
Saúde Mental	10	Membros do GT-PAIMA	Alinhar o novo fluxograma referente ao Provimento nº24/2020-CGJ
Lei 10.182/2014	1	Unidade Gestora de Atividade-Meio UGAM da Secretaria de Saúde UMF/TJMA-Div. Começar de Novo	Lei 10.182/2014 nas contratações de empresas para obras e serviços

### DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DADOS DO SISTEMA PRISIONAL

A monitoração dos presos nas unidades prisionais é realizada, mensalmente, com o intuito de colher dados quantitativos de pessoas privadas de liberdade e por regime prisional, nas 46 uni-

dades prisionais do Estado do Maranhão e nas 07 APAC's. A população carcerária do Maranhão, em relação aos anos de 2020 e 2021, conforme tabela abaixo, pode-se verificar que houve uma redução do déficit de vagas devido a instalação da UPMAX-São Luis.

#### População Carcerária no Maranhão – Comparativos Dez/2020 e Dez/2021\*

Dados	Total de presos	Vagas nas UPR's	Déficit de Vagas	Presos Provisórios	Presos Sentenciados
2020	11.105	9.343	-1.758	4.398	6.707
2021	11.284	10.458	-826	4.437	6.847

\* Dados encaminhados pela SEAP

### ASSISTÊNCIA JURÍDICA

No ano de 2020, do total de 1.340 demandas recebidas, houve o arquivamento de 1.301 fiscalizações com o status de “resolvida”. No ano de 2021,

no período de 01/01/2021 a 31/12/2021, do total de 1.848, houve o arquivamento de 1.569 demandas com o status de “resolvida”, conforme relatório extraído do sistema SISUMF.

#### Monitoração Eletrônica – Comparativos Dez/2020 e Dez/2021\*

Dados	Total de presos com tornozeleira	Presos Provisórios	Presos Sentenciados	Vítimas
2020	1.737	1.063	658	16
2021	1.763	1.165	574	24

\* Dados encaminhados pela SME/SEAP



*Maranhão implanta ação de biometria e documentação da população carcerária*



*CNJ realiza treinamento para identificação biométrica no sistema prisional*



*TJMA participa do 2º Workshop para regulamentação de vagas prisionais*



*UMF participa de evento sobre estudos em audiência de custódia*



*TJMA participa do 2º Workshop para regulamentação de vagas prisionais*

Nos anos de 2020 e 2021, em relação aos atendimentos cadastrados foram: 1.368 solicitações para baixa em mandado de prisão; 1.292 solicitações para regularização de guias de execução; 315 referentes a situação jurídica/informação processual; 104 sobre presos provisórios há mais de 100 dias; 78 sobre denúncia/reclamação; 13

solicitações de transferência ou recambiamento de presos, 02 solicitações de procedimento administrativo (morte/fuga/tortura e maus tratos), 01 solicitação relacionada a situação jurídica de mulher grávida e/ou com criança, 01 solicitação de inspeção em estabelecimentos penais e 12 solicitações para acesso ao sistema VEP.

### CONTROLE TRIMESTRAL DOS PRESOS PROVISÓRIOS HÁ MAIS DE 100 DIAS - 2021

DIAGNÓSTICO	AÇÃO	ANÁLISE	RESULTADO
Identificação de 2.422 presos provisórios há mais de 100 dias.	Em 23/02/2021, Envio da CIRC-CMAAFSC-42021 solicitando a reavaliação das prisões de réus provisórios há mais de 100 dias.	Ao final do trimestre, em 24/05/2021, extraída nova listagem dos sistemas e observado a existência de 1.890 presos provisórios há mais de 100 dias.	Decréscimo de 532 presos provisórios há mais de 100 dias.
Identificação de 1.890 presos provisórios há mais de 100 dias.	Em 24/05/2021, Envio da CIRC-CMAAFSC-122021 solicitando a reavaliação das prisões de réus provisórios há mais de 100 dias.	Ao final do trimestre, em 24/08/2021, extraída nova listagem dos sistemas e observado a existência de 836 presos provisórios há mais de 100 dias.	Decréscimo de 1.054 presos provisórios há mais de 100 dias.
Identificação de 836 presos provisórios há mais de 100 dias.	Em 24/08/2021, Envio da CIRC-CMAAFSC-182021 solicitando a reavaliação das prisões de réus provisórios há mais de 100 dias.	Ao final do trimestre, em 24/11/2021, extraída nova listagem dos sistemas e observado a existência de 349 presos provisórios há mais de 100 dias.	Decréscimo de 487 presos provisórios há mais de 100 dias.

### AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

O Conselho Nacional de Justiça disciplinou a matéria com a publicação da Resolução 213, de 15 de dezembro de 2015, que “dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas”. No dia 17 de março de 2020, por determinação da Recomendação nº62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, as audiências de custódia foram suspensas, consi-

derando o risco de infecção pela Covid-19, sendo indicado para o controle da prisão a análise qualificada do auto de prisão em flagrante. Posteriormente, em 26 de novembro de 2020, o Conselho Nacional de Justiça, por intermédio da Resolução CNJ nº. 357/2020, passou a admitir a realização de audiências de custódia na modalidade videoconferência durante a pandemia de Covid-19, quando não for possível a realização, em 24 ho-

ras, de forma presencial.  
No ano de 2020, das 1.268 audiências de custódia realizadas, 570 resultaram em liberdade provisória e 698 em decisões que ensejaram em prisões.

Já no ano de 2021, das 3.560 audiências de custódia realizadas, 1.685 resultaram em liberdade provisória e 1.875 em decisões que ensejaram em prisões.

**Audiências de Custódia – Comparativos 2020 e 2021\***

Ano/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
2020	409	386	286	10	106	03	01	01	01	08	0	57	1.268
2021	127	96	271	293	295	314	345	234	336	311	535	403	3.560

*\*Dados extraídos do Sistema SISTAC*



*UMF divulga projeto ChatBot em municípios*



*UMF realiza doação de equipamentos para unidades prisionais*



*Jornada da Leitura no Cárcere inicia*

## DIVISÃO TÉCNICA ESTRUTURAL

### MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário-UMF, com auxílio da Divisão Estrutural Técnica, monitora e fiscaliza a execução das medidas socioeducativas de adolescentes em conflito com a lei, visando garantir o exercício de direitos individuais e sociais a que se propõe tais medidas. Foram realizadas diversas inspeções in loco nos Centros Socioeducativos.

### SAÚDE PRISIONAL - SAÚDE MENTAL

A Unidade acompanha e fiscaliza a execução das medidas de segurança e incidentes de insanidade mental de pacientes judiciais em conflito com a lei, visando garantir o exercício de direitos individuais e sociais, a que se propõe tais medidas, visando garantir a efetivação das diretrizes da Corregedoria Geral da Justiça expressas no Provimento 24/2020.

Ações efetuadas para garantir a efetivação dos direitos humanos dispensados aos pacientes judiciários:

- **Empenho dessa Unidade de Monitoramento para auxiliar nos procedimentos de desinstitucionalização de pacientes judiciários, em abril de 2020 o quantitativo era de 54, dos quais, 46 com medida de segurança e 8 com internação provisória. Em fevereiro de 2022 foram contabilizados 44, dos quais, 8 com decisão de desinternação e aguardando vaga em Serviço de Residência Terapêutica, 35 com medida de segurança e 1 com internação provisória, redução**

significativa de pacientes judiciários internados em nosocômio;

- **Colaboração na elaboração da cartilha e boletim do PAIMA;**

- **Acompanhamento, via sistema SEEU, para fins de controle estatístico e planejamento de ações a serem desenvolvidas no que tange às medidas de segurança;**

- **Mapeamento, via sistema Themis PG, de todos os incidentes de insanidade mental instaurados e arquivados no Estado do Maranhão, sendo verificados, no primeiro levantamento realizado em 05 de outubro de 2020, o quantitativo de 1.096, dos quais 334 nas Comarcas da Ilha de São Luís e 762 nas Comarcas do interior do Estado. No cenário atual, conforme diagnóstico traçado no dia 24 de fevereiro de 2022, há um total de 647 incidentes, sendo 221 nas Comarcas da Ilha de São Luís e 426 nas Comarcas do interior do Estado;**

- **Elaboração do fluxograma referente ao Provimento 24/2020 – CGJ/TJ-MA, com apoio da 2ª Vara das Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas da Comarca da Ilha de São Luís, visando a padronização do procedimento judicial para aplicação, execução, avaliação e acompanhamento das medidas terapêuticas cautelares, provisórias e definitivas de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei, no âmbito da instauração do incidente de insanidade mental no processo criminal, em consonância com o que fora preconizado na política antimanicomial e na Resolução nº 35/2011 – CNJ;**

- **Diligenciou junto aos signatários e novos**

partícipes a atualização do Termo de Compromisso 0001/2017 – TJ-MA, que implantou o PAIMA, convocando a CGJ, o MPE, DPE, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão-OAB/MA, Conselho Penitenciário do Maranhão, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária, Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do Estado do Maranhão, Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Maranhão e Federação dos Municípios do

Maranhão, para análise, validação e posterior assinatura do novo instrumento;

- Realizou, com os demais membros do PAIMA, reunião com o Secretário de Estado da Saúde objetivando a construção de Serviços de Residência Terapêutica para abrigamento de pacientes judiciais com decisão de desinternação e que não dispõem de abrigamento familiar;
- Colaboração no planejamento e execução do Fórum Nacional Intersectorial da Política de Saúde Mental para Pessoas em Conflito com a Lei: SUStentando a cidadania na cidade.

#### INSPEÇÕES

A UMF realizou, no período de abril de 2020 a fevereiro de 2021, o total de 85 inspeções nos sistemas prisional e socioeducativo.

#### Inspeções realizadas nos Centros Socieducativos – anos de 2020 e 2021

Regional	Centro Socieducativo	Quantitativo
São Luis	Internação Provisória Canaã (1)	15
	Internação do São Cristóvão (1)	
	Internação do Vinhais (1)	
	Internação São José de Ribamar (1)	
	Sítio Nova Vida (1)	
	Núcleo de Atendimento Inicial – NAI (1)	
	Florescer (1)	
Timon	Semiliberdade de Timon (2)	
	Internação Provisória da Região dos Cocais (2)	
Imperatriz	Região Tocantina (1)	
	Semiliberdade Cidadã (1)	
	Semear (2)	



*Judiciário fiscaliza unidades prisionais na Região dos Cocais.*



*UMF realiza inspeções em unidades socioeducativas de Timon.*



*UMF visita Unidade Prisional de Ressocialização Feminina de São Luís.*



*A visita foi realizada por integrantes da equipe da UMF com um grupo de sete estagiários e estagiárias.*

**Inspeções realizadas nas Unidades Prisionais – anos de 2020 e 2021**

<b>Regional</b>	<b>Unidade Prisional</b>	<b>Quantitativo</b>
Polo de São Luís	Uprs 4	70
	Apac São Luis	
	Upr de Olho D'água	
	Upr de Paço do Lumiar	
	Upr de São Luis	
	CAAE de São Luis	
	Triagem de São Luis	
	Hospital Nina Rodrigues	
	Upr Feminina	
	Polo de Imperatriz	
Upr de Porto Franco		
Upr de Davinópolis		
Upr de Açailândia		
Upr de Imperatriz (2)		
Penit. Regional de Imperatriz (2)		
Upr de Grajau		
Apac Imperatriz		
Polo de Pinheiro		Upr de Pinheiro
	Penit. de Pinheiro	
	Upr de Cururupu (2)	
Polo de São João dos Patos	Upr de São João dos Patos	
Polo de Caxias	Upr de Caxias (2)	
	Upr de Codó (2)	
Polo de Chapadinha	Upr de Chapadinha (2)	
	Upr de Tutóia (2)	
Polo de Bacabal	APAC de Bacabal (2)	
	Upr de Coroatá (2)	
	Pent. Regional de Pedreiras	
	Upr de Bacabal	
Polo de Balsas	Upr de Balsas	
	Upr de Carolinas	
Polo de Barra do Corda	Upr de Presidente Dutra	
	Upr de Barra do Corda (2)	
	Upr de Colinas	
Polo de Itapecuru-Mirim	Upr de Itapecuru-Mirim (3)	
	UPR de Rosário (2)	
	APAC de Itapecuru (1)	
Polo de Santa Inês	Upr de Viana (3)	
	Upr de Santa Inês	
	Upr de Zé Doca	
	Upr de Godofredo Viana	
Polo de Timon	Penit. Regional de Timon (2)	
	Upr de Timon (2)	
	Apac de Timon	



*Escritórios sociais são inaugurados em São Luís e Itapecuru-Mirim.*



*Rede de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional será implantada no Maranhão.*



*Webinário sobre “Incidente de Insanidade Mental e as Medidas de Segurança: Interfaces entre políticas de salvaguardas sociais e a justiça criminal na perspectiva da Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD)”.*



*UMF visita comarcas para apresentar fluxograma sobre processos que envolvem réus com insanidade mental.*

Núcleo de Combate  
à Desinformação  
NUCODE



O Núcleo de Combate à Desinformação (NUCODE) foi criado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Resolução GP nº. 552021 de 26 de julho de 2021, com o objetivo de identificar e enfrentar a divulgação e propagação de fatos ou notícias falsas que afetem a imagem e a credibilidade do Poder Judiciário estadual.

Cabe ao NUCODE promover ações de conscientização de magistrados, servidores e cidadãos relacionadas à defesa de fatos e notícias verdadeiras, coerentes e precisas, visando o tratamento da informação e o combate às divulgações fraudulentas.

O Núcleo tem como finalidade zelar pela divulgação de ações positivas da Justiça maranhense, em defesa da sociedade e dos cidadãos, bem como informar a população sobre a atuação do Poder Judiciário.

A atuação do NUCODE se pauta pelos princípios da dignidade humana; cidadania; proporcionalidade e razoabilidade; liberdade de expressão; liberdade de informação; liberdade de consciência; liberdade de convicção filosófica ou política; transparência e finalidade; intimidade e vida privada; qualidade de vida no ambiente de trabalho e proteção de dados pessoais.

Os membros do NUCODE foram designados por meio dos Atos da Presidência GP nº. 492021 e 402021.

### OBJETIVOS

- Procedimentalizar a meta 4 do Plano de Gestão do TJMA que instituiu a Campanha “Fake News Não é Legal”;
- Aprimorar a educação midiática dos magistrados e servidores na divulgação de fatos e notícias;
- Facilitar a checagem das informações referentes ao Poder Judiciário;
- Fornecer conforto e segurança em torno de respostas a divulgações fraudulentas;
- Melhorar a visibilidade do TJMA no cenário cibernético em geral;
- Aumentar a credibilidade institucional do TJMA perante os usuários das plataformas digitais.

### JUSTIFICATIVAS

- Necessidade de análise coordenada para melhorar o desempenho do TJMA no cenário cibernético em projeções futuras, como uma das primeiras cortes estaduais a executar um plano de ação voltado para a defesa da informação correta;

*O NUCODE foi instituído em 26 de julho de 2021, pela Resolução nº 552021.*



- Capacidade de alertar e conscientizar magistrados e magistradas, servidores e servidoras sobre o compartilhamento de informações fraudulentas e a colaboração institucional do TJMA com o CNJ e TSE sobre a mesma matéria.

### **AÇÕES**

- Reuniões entre os membros do Nucode em 10/09/2021, 19/10/2021, 29/11/2022 e 25/02/2022.

- 10/09/2021 - Início de implementação do projeto Infovip –acrônimo de “Informação Verdadeira, Indubitável e Precisa” -que busca reduzir e combater notícias que colocam em risco a higidez informativa, além de intensificar a relação do TJMA com as instituições públicas e privadas que trabalham com a mesma temática.

- 24/11/2021 - Criação de Página do NUCODE do Portal do Poder Judiciário do Maranhão.

- 24/11/2021 – Notas de Esclarecimentos: Na página do NUCODE do TJMA há uma seção onde se encontram as notas de esclarecimentos veiculadas pelo TJMA, CGJMA ou ESMAM, para facilitar o acesso do usuário ao Portal.

- 10/12/2021 - Produzidas artes oficiais do NUCODE para outdoor, site e redes sociais, com vistas a iniciar uma prática educacional de combate à desinformação;

- 9/11/2021 a 10/12/2021 - Realização da Pesquisa “Sua Opinião Importa”. A consulta foi proposta pelos membros do Núcleo à presidência do TJMA, para saber sobre o hábito de consumo de mídia e possibilitar a participação de todos no



projeto, por meio da coleta de sugestões ao desenvolvimento do projeto institucional “Infovip”. A pesquisa obteve 332 respostas referentes às seguintes perguntas: a) Por quais canais oficiais tem acesso às informações do Poder Judiciário?; b) Por quais veículos de comunicação externos tem acesso às informações do Poder Judiciário?



rio?; c) Tem o hábito de utilizar o Telegram?; d) Ao receber informações sobre o Poder Judiciário costuma encaminhá-las a outras pessoas?; e) Em caso afirmativo, costuma checar se a informação foi compartilhada por fontes oficiais do Poder Judiciário?; f) Quais ações o NUCODE pode desenvolver no combate à desinformação sobre o

Poder Judiciário? Deixe aqui sua sugestão.

• 3/2/2022 – Com base no resultado da Pesquisa Sua Opinião Importa, o TJMA, por meio de suas assessorias de comunicação, implementou um Canal de Comunicação Interna no Telegram. Dos 332 participantes da pesquisa, ao responderem, de forma específica, sobre o hábito de utilizar o Telegram, 40,4% responderam “sim” para o uso do Telegram. Além disso, com as sugestões obtidas no referido questionário, verificou-se que a criação de um canal de notícias e informações se apresentou como uma das propostas mais citadas pelos servidores e magistrados da justiça maranhense.

• 7/3/2022-Elaboração de um Canal de Checagem de Notícias: o Pedido de Checagem de Notícias (Check News). Trata-se de um formulário eletrônico para que o cidadão ou cidadã insira notícias ou informações duvidosas sobre informações veiculadas sobre o Poder Judiciário do Maranhão e obtenha resposta sobre sua veracidade ou não.

• A checagem será feita com base em informações prestadas pelas Assessorias de Comunicação do Poder Judiciário do Maranhão. O canal já está implementado e se localiza na página do NUCODE ([tjma.jus.br/hotsite/nucode](http://tjma.jus.br/hotsite/nucode)).

• Desde setembro de 2021 até o fechamento deste relatório, o NUCODE tem trabalhado levando notícias descontextualizadas, desconfiguradas, inverídicas e falsas ao conhecimento das Assessorias de Comunicação do TJMA e da CGJ, a fim de viabilizar o melhor tratamento informativo à sociedade, servidores e magistrados.

The background is a light green color with various white geometric shapes (circles, octagons, squares, triangles) scattered across it. Some shapes are connected by thin white lines, suggesting a network or diagram. On the right side, a hand is visible, holding a small white object, possibly a pen or a small tool, and appears to be interacting with the shapes. A vertical bar on the left side is blue at the top and orange at the bottom.

Núcleo de  
Gerenciamento  
de Precedentes  
NUGEPNAC



O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas – NUGEPNAC foi criado por força da Resolução nº 235, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, atendendo ao disposto no artigo 979, do CPC/2015.

No âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão encontra-se regulamentado pela RESOL-GP – 74/2016, alterada pelas Resoluções RESOL-GP-122017 e RESOL-GP-792020, tendo um quadro permanente composto pelas servidoras: Bianca Baptista Ramos (Secretária), Sandra Queiroz Costa, Elizabeth Alves Marinho Miranda, Edione Alves Matos e Irene Silva Aroucha.

A supervisão do NUGEPNAC é realizada pela Comissão Gestora de Precedentes, criada em 14/12/2016 por meio da RESOL-GP – 74/2016, que é composta por desembargadores e juizes do TJMA, designados pela PORTARIA-GP-6712019, sendo eles: desembargadores Paulo Sérgio Velten Pereira (Presidente da CGP) e José Luiz Oliveira de Almeida e os juizes Anderson Sobral de Azevedo, Holídice Cantanhede Barros e Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro.

### COMPETÊNCIA E DADOS

O NUGEPNAC foi criado com o propósito de auxiliar na gestão e organização dos precedentes qualificados, realizando a compilação, divulgação, padronização dos dados e integração ao Banco Nacional de Precedentes, do CNJ.

### ATIVIDADES E REALIZAÇÕES (2020/2022)

- Reuniões da Comissão Gestora de Precedentes com o NUGEPNAC (Realizadas semanalmente em 2020 e quinzenalmente em 2021 e 2022);
- Reuniões do NUGEPNAC com o Grupo REDE

NUGEP Nacional, que em 2021 passou a se intitular “SEXTAS INTELIGENTES” (Realizadas semanalmente com a participação dos integrantes dos Núcleos de Gerenciamento de Precedentes de todos os Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, além de representantes da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Superiores);

- Reuniões do NUGEPNAC com o Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Maranhão – CIJEMA;
- Elaboração e envio de ofício e planilhas, por meio do Digidoc, E-mail e Malote Digital, a cada Desembargador, com dados atualizados sobre os precedentes qualificados locais e nacionais;
- Elaboração e envio de circular para todos os Magistrados de 1º Grau, por meio do Digidoc, E-mail e Malote Digital, com informações atualizadas sobre os precedentes qualificados locais e nacionais, bem como legislação nacional referente aos precedentes;
- Comunicação com CNJ, STF, STJ, TRFs e TJs, por meio de E-mail e Telefone;
- Comunicação com a Diretoria de Informática do TJMA, por meio de E-mails e Vídeokonferências, para Implantação e ajustes do Sistema NUGEP;
- Comunicação com Advogados, Secretários Judiciais e Outros Operadores do Direito, por meio de E-mails e Telefones;
- Deliberações sobre PRECEDENTES DO TJMA: acompanhamento das sessões jurisdicionais sobre instauração, admissão e julgamento de IRDR e IAC, pesquisa de situação semanal sobre os precedentes e movimentação dos processos sobrestados;
- Deliberações sobre PRECEDENTES NACIONAIS: acompanhamento das decisões sobre pre-



*II Encontro Estadual sobre Precedentes Qualificados apresentou alternativas de solução para os julgamentos de demandas repetitivas.*

cedentes nacionais, com consultas semanais aos bancos de dados;

- Alteração de conteúdo no Hot Site do NUGEPNAC, de acordo com os julgamentos dos Precedentes do TJMA, bem como do STJ e STF, que impactem nos Temas do TJMA;
- Criação do Boletim NUGEPNAC contendo resumos e links para Matérias sobre os precedentes locais e nacionais, editado e veiculado pela ASCOM/CGJ;
- Organização e acompanhamento de produção de Vídeos Institucionais do NUGEPNAC, com a edição, produção e veiculação feita pela ASCOM/CGJ;
- Criação de Matérias sobre as ações do NUGEPNAC e do CIJEMA, para o site do TJMA, com edição, produção e veiculação pela ASCOM/CGJ;

- Participação da Equipe do NUGEPNAC em lives e webinars sobre Precedentes Judiciais;
- Elaboração, organização e realização do I Encontro Estadual sobre Precedentes Qualificados, em 2020, na modalidade presencial;
- Elaboração, organização e realização do II Encontro Estadual sobre Precedentes Qualificados, em 2021, na modalidade online;
- Elaboração, organização e realização da Caravana Virtual idealizada pelo Centro de Inteligência da Justiça Estadual – CIJEMA, que teve como tema: “A Experiência do Poder Judiciário do Maranhão”, em 2021, na modalidade online;
- Consultas e análises de Processos Sobrestados no 1º Grau, em Varas da Capital São Luís e Interiores, para conferência de informações sobre os Temas de IRDR e IAC do TJMA, bem como Temas de Repetiti-



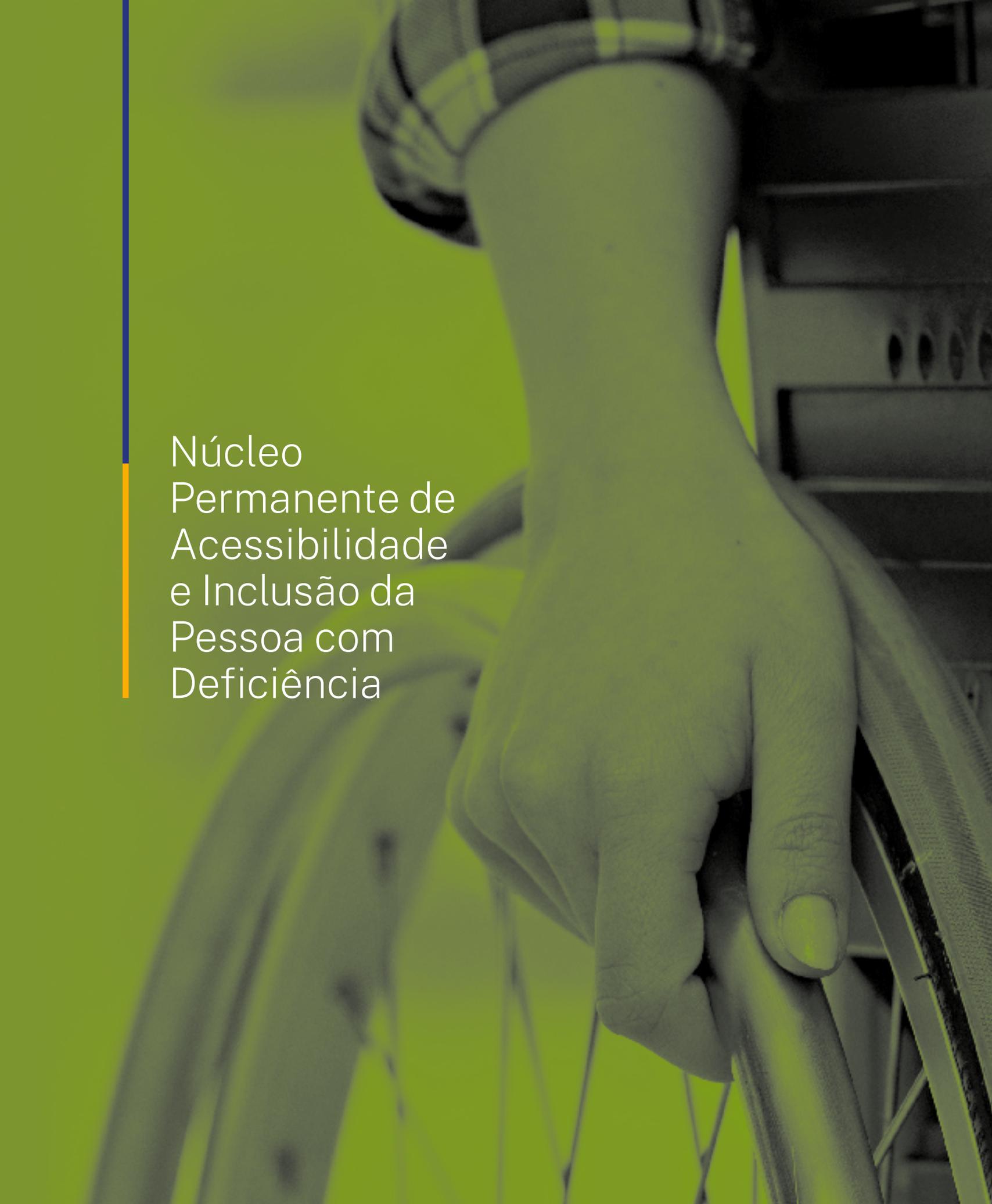
*O evento destacou a importância da formação de precedentes qualificados para garantia da celeridade processual.*

vos do STJ e de Repercussão Geral do STF;

- Montagem de Relatório contendo Planilha Resumo dos Processos Sobrestados no 1º Grau (Comarcas);
- Montagem de Relatório contendo Planilha Resumo dos Processos Sobrestados no 2º Grau (Gabinetes);
- Elaboração de Manual e Vídeo Institucional para servirem de Tutoriais sobre as movimentações processuais;
- Parceria e participação de reuniões com o TодаLab para o desenvolvimento de ferramentas de Inteligência Artificial, a fim de aperfeiçoar o sistema PJE e implementar rotinas específicas para as secretarias judiciais no âmbito do Poder Judiciário do MA;
- Assessoramento ao Centro de Inteligência da

Justiça Estadual do Maranhão – CIJEMA, com gerenciamento das comunicações e providências das atividades corriqueiras para realização de reuniões, de estudos de caso, de divulgação de notícias, de elaboração, envio e recepção de correspondências;

- Utilização de Sistema de Gestão Processual que interage com os sistemas informatizados de tramitação dos processos do 1º e 2º Graus, quais sejam: Jurisconsult e Pje do 1º Grau; Themis SG e Pje do 2º Grau;
- Solicitação à Diretoria de Informática e Automação de adequação dos sistemas de informática do TJMA à Resolução CNJ 235/2016;
- Implementação de comunicação com magistrados e servidores através do WhatsApp e Telegram.



Núcleo  
Permanente de  
Acessibilidade  
e Inclusão da  
Pessoa com  
Deficiência

O TJMA instituiu o Núcleo Permanente de Inclusão e Acessibilidade de Pessoa com Deficiência, com atribuições de planejamento, implementação, monitoramento de metas anuais e avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento da Resolução nº 230, atualizado pela Resolução nº 401 CNJ e da Legislação Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, especialmente o que determina os artigos 79 a 83.

## AÇÕES REALIZADAS

### *Acompanhamento*

- **Construção do Fórum de Passagem Franca**  
Atender ao disposto na a Lei nº 10.098, de 19/12/2000, redação dada pela Lei nº 13.146 de 2015, priorizando a remoção de barreira física e arquitetônica, de modo a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às dependências do Tribunal de Justiça.
- **Construção do Salão do júri e Reforma do Fórum de Cururupu**  
Atender ao disposto na a Lei nº 10.098, de 19/12/2000, redação dada pela Lei nº 13.146 de 2015, priorizando a remoção de barreira física e arquitetônica, de modo a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às dependências do Tribunal de Justiça.
- **Construção do Salão do Júri de Santa Luzia do Paruá.**  
Atender ao disposto na a Lei nº 10.098, de 19/12/2000, redação dada pela Lei nº 13.146 de

2015, priorizando a remoção de barreira física e arquitetônica, de modo a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às dependências do Tribunal de Justiça.

- **Reforma e ampliação do Fórum de Açailândia.**

Atender ao disposto na a Lei nº 10.098, de 19/12/2000, redação dada pela Lei nº 13.146 de 2015, priorizando a remoção de barreira física e arquitetônica, de modo a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às dependências do Tribunal de Justiça.

- **Ampliação e Adequação do Fórum de Zé Doca**

Atender ao disposto na a Lei nº 10.098, de 19/12/2000, redação dada pela Lei nº 13.146 de 2015, priorizando a remoção de barreira física e arquitetônica, de modo a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às dependências do Tribunal de Justiça.

- **Reforma e Ampliação do Anexo V - Alemanha**

Atender ao disposto na a Lei nº 10.098, de 19/12/2000, redação dada pela Lei nº 13.146 de 2015, priorizando a remoção de barreira física e arquitetônica, de modo a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às dependências do Tribunal de Justiça.

- **Acompanhamento/Contratação de Serviços de comunicação visual e acessibilidade para o Fórum Desembargador Sarney Costa. (Proc. 26839/2019).**

**OBJETIVO**

Adquirir sinalização para fins de orientação dos



**Poder Judiciário investe em melhoria para acessibilidade de pessoas com deficiência.**

**(Proc. 49793/2019).**

Atender ao disposto na a Lei nº 10.098, de 19/12/2000, redação dada pela Lei nº 13.146 de 2015, priorizando a remoção de barreira física e arquitetônica, de modo a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às dependências do Tribunal de Justiça.

usuários da edificação, por meios gráficos e de signos direcionais, quanto à localização dos diversos setores, serviços e/ou equipamentos presentes nas dependências, atendendo as normas de acessibilidade estabelecidas pela ABNT NBR 9050:2015 e pelo Decreto Federal 5.296 de 02 de dezembro 2004.

• **Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de uma plataforma elevatória inclinada no Tribunal de Justiça.**

• **Aquisição de cadeiras de rodas para descida de escadas em caso de emergência por pessoas com deficiência e carro escalador elétrico (Proc. 43806/2019).**

Adquirir cadeiras de rodas para descida de escadas, em caso de emergência por pessoas com deficiência e carro escalador elétrico.

• **Aquisição de materiais de acessibilidade. (Proc. 18355/2019) Contratos 11/2020 e 12/2020.**

Adquirir bebedouros acessíveis e mesas com alturas reguláveis e cadeiras de rodas, adaptar as suas unidades às normas de acessibilidade NBR ABNT 9050/2014 e demais leis pertinentes, em cumprimento ao disposto no art. 19 do Decreto 5296/2004, adequando, deste modo, o seu espaço físico, com acessibilidade e conforto à pessoa com deficiência, favorecendo sua segurança e autonomia pessoal, total e assistida.

### Promoção e sensibilização

#### • Webnário sobre Doenças Raras com transmissão pelo YouTube.

A iniciativa visa conscientizar a população sobre a importância da temática e os inúmeros desafios enfrentados pelas pessoas que sofrem com doenças raras, contribuindo para a inclusão, igualdade e erradicação de qualquer tipo de preconceito.

#### • Dia Internacional de Zero Discriminação

A iniciativa visa conscientizar a população sobre a importância da temática e os inúmeros desafios enfrentados pelas pessoas que sofrem com Discriminação, contribuindo para a inclusão, igualdade e erradicação de qualquer tipo de preconceito.

#### • Questionário sobre Acessibilidade.

Apurar dados acerca das condições de acessibilidade atuais de servidoras, servidores, magistradas e magistrados da capital e do interior. O objetivo do mapeamento é desenvolver projetos e/ou políticas institucionais voltadas para o público interno do Poder Judiciário estadual. O Núcleo de Acessibilidade do TJMA foi instituído pela Resolução-GP N° 512019, de 15 de agosto de 2019.

• **Ação de Sensibilização:** Webnário sobre Síndrome de Down com transmissão pelo YouTube. Objetivo de sensibilizar a população sobre a importância da luta pelo bem-estar, igualdade de direitos e inclusão das pessoas com Down na sociedade.

#### • Webnário sobre Educação de Surdos e Dia Nacional de Libras com transmissão pelo YouTube dia 23 de abril.

Promover mais reflexão sobre a garantia de direitos da pessoa com deficiência, sobretudo, os surdos. Conversar sobre acessibilidade, Lei de Cotas, adaptação e inclusão no ambiente de trabalho, socialização, entre outras questões.

#### • Lançamento do Calendário Digital inclusivo.



The poster is for a webinar titled "Acessibilidade, Inclusão e Qualidade de Vida". It features a blue header with the date and time: "31 de maio 16 horas". Below this, the title is written in large, bold, blue letters. There are several icons representing accessibility: a person in a wheelchair, a hand with a pointer, a magnifying glass, a hand with a speech bubble, a hand with a gear, and the Creative Commons logo. At the bottom, there are logos for TJMA, Núcleo Permanente de Acessibilidade e Inclusão, and ESMAM. The text "Webinário" is at the top left. A YouTube icon and the text "YOUTUBE Inscrições /leadesmam 17 a 27/05" are at the top right. Two circular portraits of speakers are shown: Déa Maria Brandão Cubel Tule, Vice-presidente da Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade - TRT 24, and Alexandre de Mesquita, Juiz de Direito - TJMA, Membro da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - TJMA.

Promover a construção de uma política pública inclusiva, no âmbito do Poder Judiciário Estadual, por meio de uma comunicação mais diversificada e representativa.

• **Nota de Apoio sobre a vacinação para Pessoas com Deficiência.**

Manifestar apoio irrestrito à recomendação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Maranhão (CEPD), vinculado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), para inclusão imediata de pessoas com deficiência, doenças raras e cuidadores diretos no calendário de vacinação de todos os municípios do Estado do Maranhão.

• **Divulgação do Evento intitulado “Inclusão da Pessoa com Deficiência no Judiciário”.**

Visa atender a Resolução CNJ nº 343/2020, que institui condições especiais de trabalho para magistrados, magistradas, servidores e servidoras com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, ou que sejam pais ou responsáveis

por dependentes nessa mesma condição.

• **Webnário sobre Acessibilidade, Inclusão e Qualidade de Vida.**

O evento, promovido pelo Núcleo Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência do TJMA, com o apoio da ESMAM, visa dar cumprimento à Resolução nº 230 do CNJ e da Legislação Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146/2015, especialmente o que determina os artigos 79 a 83. Assim como, Resolução CNJ nº 343/2020, que institui condições especiais de trabalho para magistrados (as) e servidores (as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição.

• **ESMAM triplica ofertas de cursos a distância em MAIO.**

Divulgação de cursos (incluindo de acessibilidade) promovidos pela ESMAM, faz parte de ações de sensibilização e visa dar cumprimento à Resolução nº 230 do CNJ e da Legislação Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146/2015.

• **Projeto de Correição Inclusiva**

O projeto visa designar um servidor integrante do Núcleo Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TJMA para acompanhar as Correições Extraordinárias realizadas periodicamente pela Corregedoria Geral de Justiça nas Comarcas do Interior do Estado, de modo a verificar in loco as condições de acessibilidade e inclusão nos mais diversos segmentos (estrutura física, capacitação, formação de servidores, demanda processual e outro).

- **Planejamento para o lançamento da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência**

Com fundamento na Resolução 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça, que versa sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoa com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e seus serviços auxiliares.

- **Matéria sobre o Novo Portal do Tribunal de Justiça com Recursos de Acessibilidade.**

Permitir o acesso democrático e inclusivo as informações e serviços do Poder Judiciário do Maranhão.

- **Planejamento de PodCast sobre Acessibilidade**

O Objetivo do PodCast é garantir informação científica de qualidade para pessoas com deficiência. Mais um instrumento oficial, mais rápido e dinâmico, de informar e conscientizar sobre o tema pessoas com deficiência.

- **Curso de Libras**

Atender ao disposto na Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e outras normas que orientam sobre a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações da Convenção Internacional sobre as Pessoas com Deficiência e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Data: 09 a 19 de agosto de 2021

- **Solicitação do Cumprimento da Resolução 401/2021 do CNJ**

Atender ao disposto na Resolução 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça que criou diretrizes

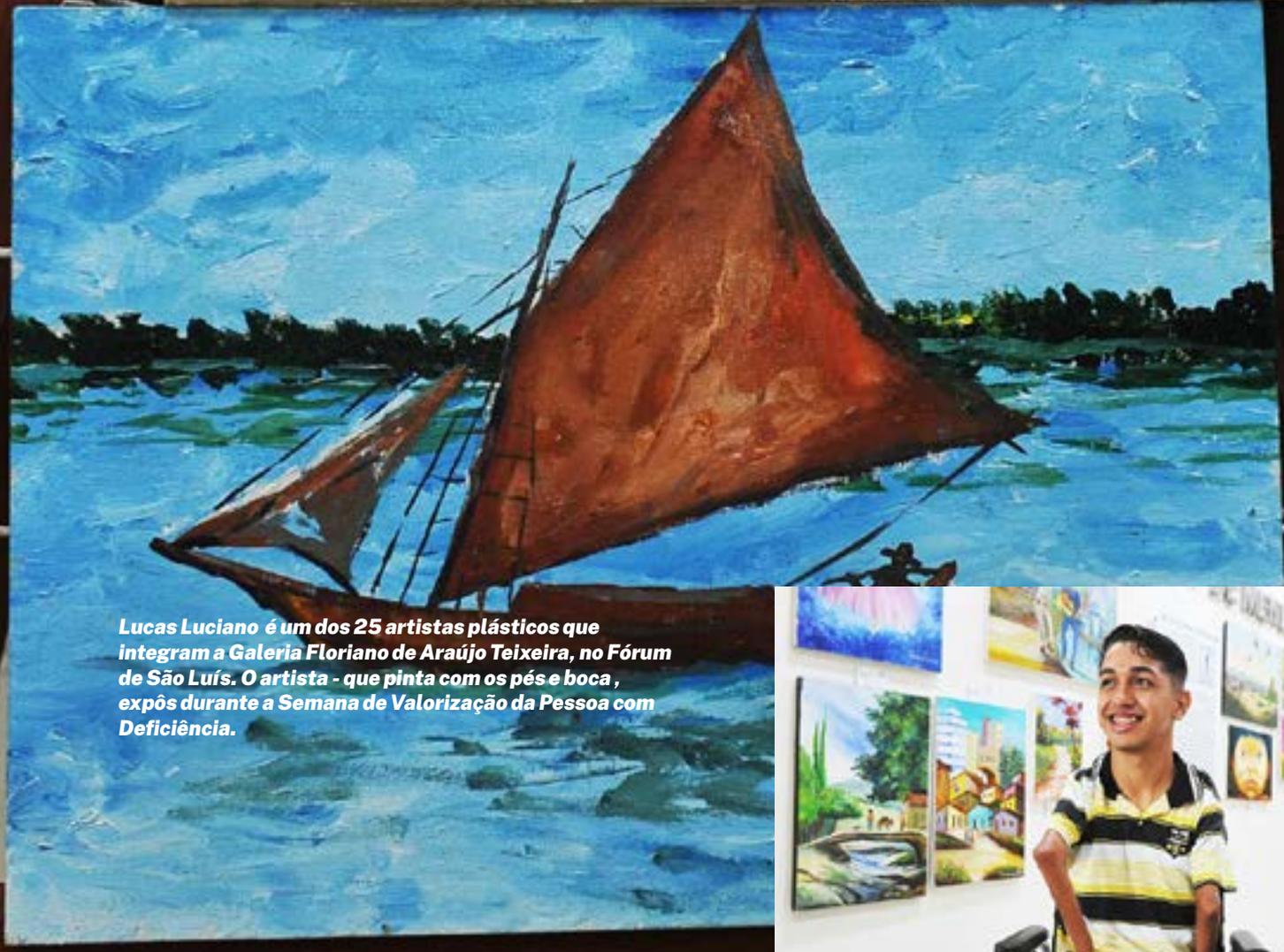


de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e seus serviços auxiliares, para a determinação à assessoria de comunicação deste Tribunal de Justiça e aos demais órgãos auxiliares competentes, o cumprimento do § 2º do art. 2º e os incisos I, V e VI do art. 4º da Resolução acima descrita, com a implementação efetiva de acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos deste Tribunal às pessoas com deficiência, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis.

- **Promoção de Inclusão: Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência**

Tem como fundamento a Convenção de Direitos da Pessoa com deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão e Resolução nº. 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça. Os instrumentos normativos versam sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoa com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e seus servi-

PINTADA COM OS PÉS  
35,00  
LUCAS L. SILVA



**Lucas Luciano é um dos 25 artistas plásticos que integram a Galeria Floriano de Araújo Teixeira, no Fórum de São Luís. O artista - que pinta com os pés e boca, expôs durante a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.**



ços auxiliares. A semana de valorização foi realizada no período de 22 a 26 de novembro de 2021. Data: 22 a 26 de Novembro de 2021

• **I Seminário Estadual Sobre Direitos da Pessoa com Deficiência.**

TEMA GERAL: Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e o Poder Judiciário.

Data: 22 de Novembro a 23 de Novembro de 2021

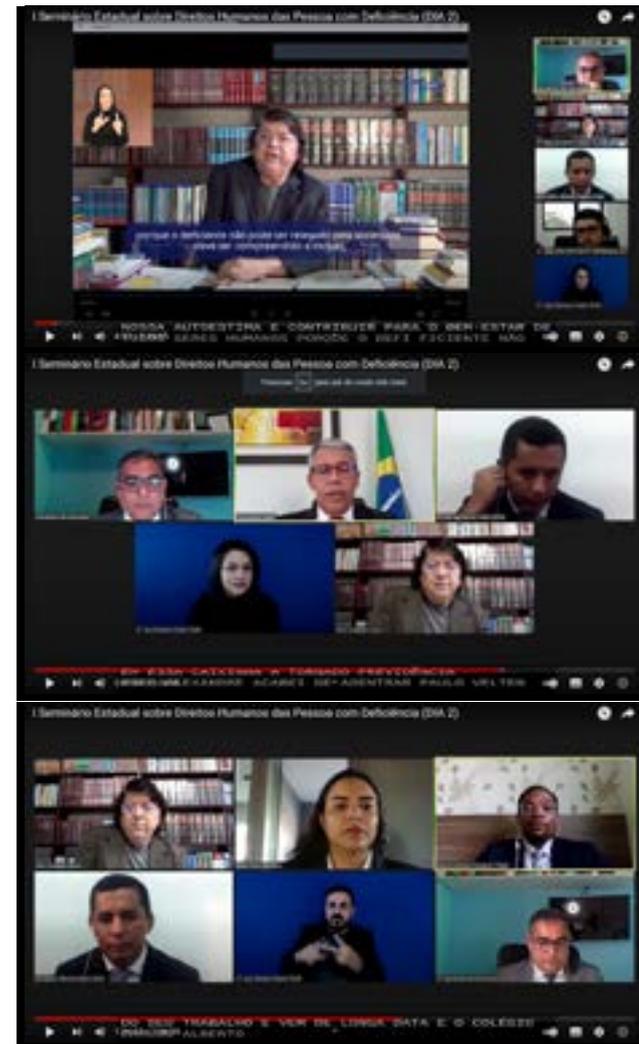
• **Webnário Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência: Princípios da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

Informar e sensibilizar sobre a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência que promove, protege e assegura o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promove o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Data: 22 de Novembro de 2021

• **Webnário Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência: o novo modelo social e seus desafios.**

Sensibilizar discutindo sobre o modelo social e seus desafios da Pessoa com Deficiência, conjugando apoio e vontade própria; somando suporte e respeito à opinião, à capacidade de decisão e ao exercício de direitos e da cidadania. Esses são os próximos passos, as próximas



fronteiras da inclusão.

**PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO**

Data: 23 de Novembro de 2021

• **Webnário Agenda 2030 como Instrumento de uma Sociedade Inclusiva: Interseccionalidade.**

Assegurar o respeito aos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, mediante uma cultura institucional inclusiva, acessível, com a garantia de acesso à justiça de forma plena e contra

qualquer tipo de barreira atitudinal, preconceito, violência, segregação ou capacitismo.

• **Webnário Resolução 401/2021 do CNJ e as novas diretrizes de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência do Poder Judiciário.**

Promover sensibilização e conhecimento sobre o desenvolvimento das novas diretrizes de acessibilidade e inclusão através da nova Resolução 401/2021, no Poder Judiciário.

• **I Seminário Estadual sobre Direitos Humanos das Pessoa com Deficiência**

Data: 23 de Novembro de 2021

• **Reunião com Servidores do poder Judiciário**

Ouvir as partes interessadas com o objetivo da formulação de uma política de inclusão dentro do Poder Judiciário. Foram tratados sobre levantamento de necessidades e identificação de barreiras de acessibilidade e inclusão, no âmbito das unidades de trabalho do Poder Judiciário.

Data: 24 de Novembro de 2021

• **Promoção da Inclusão: Reunião com representantes de entidades e associações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência**

Ouvir as partes interessadas a fim de discutir e propor soluções que viabilizem o acesso dessa população à justiça de forma inclusiva e assegurar, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Data: 25 de Novembro de 2021 ( On line)

• **Promoção da Inclusão: Campanha de Doação Campanha do Material de Higiene Pessoal, cujo**

objetivo é arrecadar produtos de higiene pessoal, tais como papel higiênico, xampu, sabonete, absorvente entre outros, que serão destinadas ao Centro Dialético dos Pais e Amigos dos Especiais (CDPAE), representado pela vice-presidente Liane Souza; e para o Coletivo de Mulheres com Deficiência, representado pela coordenadora Deline Cutrim, para contribuir no cuidado com a saúde e o bem-estar das pessoas assistidas pelas entidades. Data: 22 de novembro a 10 de dezembro de 2021

• **Promoção da Inclusão: Exposição de arte OBJETIVO**

O objetivo do projeto promovido pela Comissão e Núcleo de Acessibilidade Permanente e Inclusão da Pessoa com Deficiência do TJMA é promover a conscientização pública sobre a capacidade, méritos e habilidades das pessoas com deficiência, especialmente a sua função social, contribuição institucional e ao mercado laboral; o respeito aos direitos fundamentais e normas de direitos humanos às pessoas com deficiência, meios e instrumentos de acesso acessível à justiça, visando a erradicação de preceitos e práticas segregacionistas e discriminatórias.

Data: 22 a 26 de novembro de 2021 Fórum

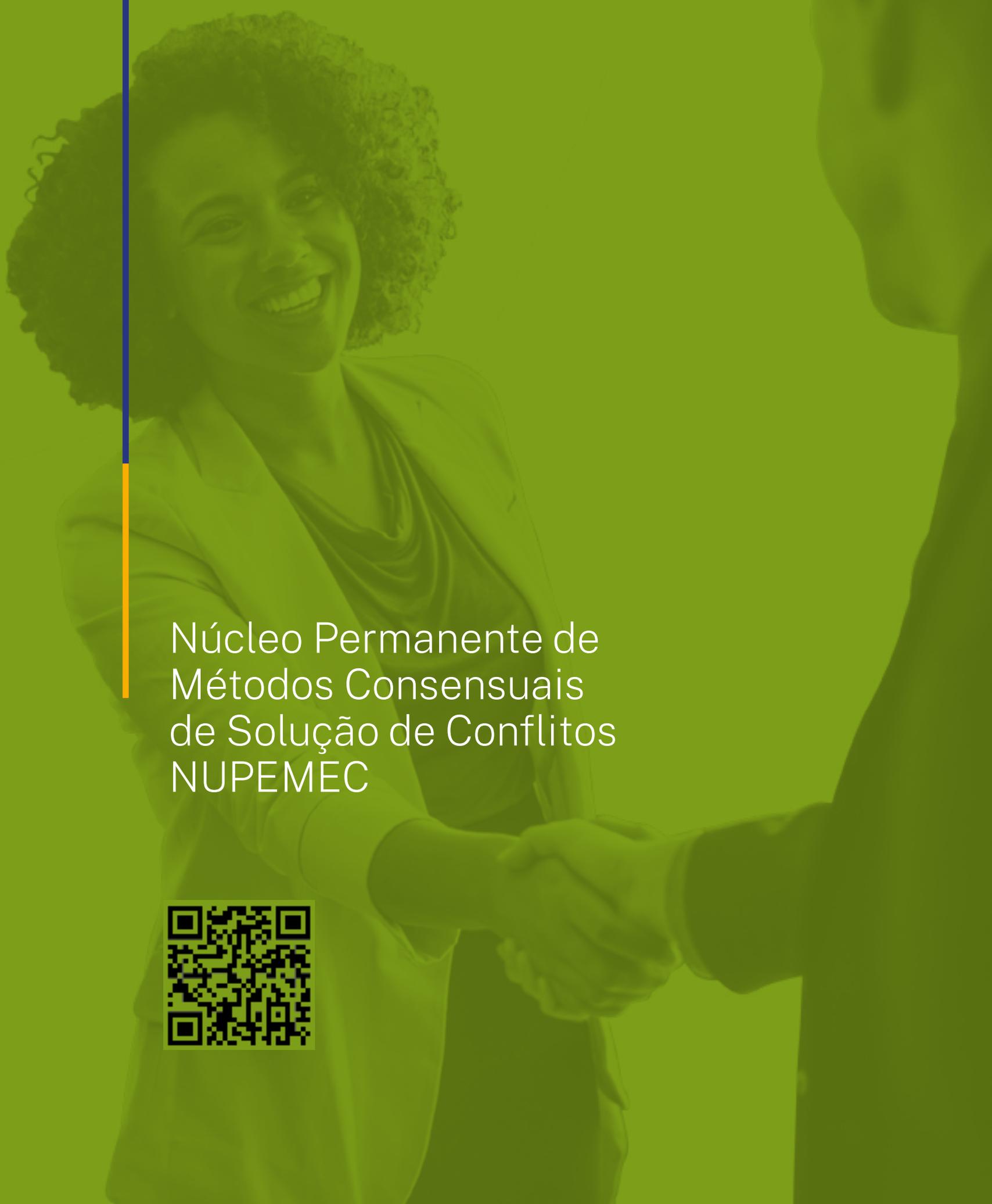
• **Ação de Sensibilização: Alusão ao Dia Nacional da Acessibilidade**

**OBJETIVO**

O intuito da data é conscientizar a população sobre a importância da acessibilidade, como um direito de todos e todas, independente da condição física, intelectual, ou sensorial, com vistas à garantia de uma sociedade inclusiva.

Data: 5 de Dezembro de 2021





Núcleo Permanente de  
Métodos Consensuais  
de Solução de Conflitos  
NUPEMEC



## PROJETOS IMPLEMENTADOS 2020

### Migração do Sistema Atten- de para o PJE (Processo Judicial Eletrônico)

Ocorreu a migração do “antigo” Sistema Atten-  
de, para outro sistema largamente utilizado e ro-  
tineiramente utilizado nas atividades jurisdicio-  
nais por todos aqueles que compõe o Sistema de  
Justiça brasileiro.

Por intermédio do referido sistema, as informa-  
ções prestadas pelo cidadão, quer pelo sítio ele-  
trônico da mencionada Corte de Justiça (na seção  
“Fale Conosco”), quer por meio do Telejudiciário  
(0800-707-1581) ou, ainda, da Ouvidoria, eram  
registradas e convertidas em uma requisição ad-  
ministrativa, à qual é atribuída uma numeração  
própria, permitindo que se acompanhe desde o  
encaminhamento do requerimento ao setor com-  
petente até a prestação da informação, por este  
último, acerca da providência adotada em cada  
caso concreto.

### Intensificação da utilização do Sistema de Webconferência

O Judiciário teve que buscar uma nova forma de  
intensificar alternativas remotas de solução dos  
conflitos, intensificando a utilização das audiên-  
cias por videoconferência, que já eram utilizadas  
e que se consolidaram durante a pandemia.

### Levantamento

As demandas processuais e pré processuais,  
cadastradas através do Sistema Atten-  
de. No ano 2020, até a presente data, totalizamos 7021  
agendamentos, 1199 acordos, com índice de re-  
solutividade de 52,56% no ambiente dos Centros  
de Conciliação.

## RESULTADO DA CONCILIAÇÃO(MA)

17.877

TOTAL DE  
AGENDAMENTOS

9.650

AUDIÊNCIAS  
REALIZADAS

3.932

COM ACORDO

R\$ 28.074.113,15

TOTAL EM VALORES

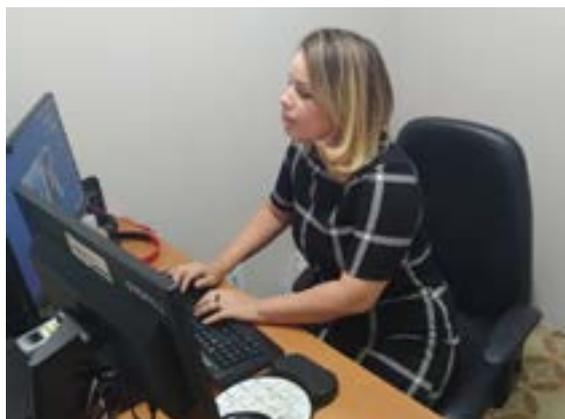


## Processuais

<b>Total de Agendamentos</b>	<b>10.862</b>
Audiências Realizadas	<b>7.198</b>
Audiências Realizadas com Acordo (absoluto)	<b>1.715</b>
Audiências Realizadas sem Acordo (absoluto)	<b>5.483</b>
Audiências Realizadas sem Acordo (proporcional)	<b>76,16%</b>
Audiências não realizadas (absoluto)	<b>3.664</b>
<b>Total</b> (de 01/01 a 11/12/2019)	<b>R\$ 10.100.227,07</b>

## Pré-processual

<b>Total de Agendamentos</b>	<b>7.015</b>
Audiências Realizadas	<b>2.452</b>
Audiências Realizadas com Acordo (absoluto)	<b>2.217</b>
Audiências Realizadas sem Acordo (absoluto)	<b>235</b>
Audiências Realizadas sem Acordo (proporcional)	<b>65,04%</b>
Audiências não realizadas (absoluto)	<b>4.563</b>
<b>Total</b> (de 01/01 a 11/12/2019)	<b>R\$ 17.973.886,10</b>



Sessão de conciliação virtual



**O objetivo do mutirão é oferecer a cidadãos e cidadãs a prestação de uma justiça rápida, gratuita e efetiva, na resolução de questões processuais e pré-processuais, por meio do diálogo, do acordo, da conciliação.**



**Abertura do Mutirão de Conciliação, no Fórum de São Luís (Calhau). O evento ocorreu no auditório Madalena Serejo, entre os dias 4 e 8 de abril de 2022.**

## SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

**8522**

NÚMERO DE PESSOAS  
ATENDIDAS

**210**

MAGISTRADOS

**6**

PARTICIPANTES  
(JUÍZES LEIGOS)

**444**

CONCILIADORES

**1003**

COLABORADORES

TIPO	PRÉ- PROCESSUAIS	PROCESSUAIS (art. 334 CPC)	OUTRAS FASES DO PROCESSO	2º GRAU	CRIMINAIS	TOTAL
Audiências de conciliação designadas	1837	2532	1098	106	353	5926
Audiências de conciliação realizadas	1295	2218	1008	43	317	4881
Total de acordos homologados	608	360	272	41	0	1281
<b>SOMA TOTAL DOS VALORES HOMOLOGADOS</b>	<b>R\$ 1.898.460,16</b>	<b>R\$ 713.822,38</b>	<b>R\$ 900.585,54</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0</b>	<b>R\$ 3.512.868,08</b>
Sentenças homologatórias de transação penal					101	101
Composição civil					88	88

### MUTIRÃO PGE/MA – REALIZADO NO PERÍODO DE 30/11 A 04/12/2020

AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	TOTAL DE ACORDOS HOMOLOGADOS	AUDIÊNCIAS SEM ACORDO	AUSÊNCIAS	REDESIGNAÇÕES
427	373	343	04	48	16



**A iniciativa é do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e agiliza a solução de conflitos**

## **2021 INTENSIFICAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE WEBCONFERÊNCIA**

O Judiciário maranhense e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais intensificaram a utilização das audiências por videoconferência, que já eram utilizadas e que se consolidaram durante a pandemia.

### **RESULTADOS**

As demandas processuais e pré processuais, cadastradas no ano 2021, até a presente data, implicam em um índice de resolutividade de 63,52% no ambiente dos Centros de Conciliação.

### **CEJUSC'S**

O relatório abaixo reflete o levantamento das demandas apresentadas em todos os Centros em atividade no Estado, inclusive nas ações de itinerância, no ano de 2021.

## **RESULTADO DA CONCILIAÇÃO(MA)**

# 15.620

TOTAL DE  
AGENDAMENTOS

# 8.320

AUDIÊNCIAS  
REALIZADAS

# 3.524

COM ACORDO

## RESULTADO DA CONCILIAÇÃO (MA)

### Processuais

<b>Total de Agendamentos</b>	<b>11.230</b>
Audiências Realizadas	8.623
Audiências Realizadas com Acordo	2.152
Audiências Realizadas sem Acordo	4.635
Audiências não realizadas	2.523
Total de Agendamentos	12.523

### Pré-processual

<b>Total de Agendamentos</b>	<b>7.034</b>
Audiências Realizadas	2.520
Audiências Realizadas com Acordo	2.320
Audiências Realizadas sem Acordo	145
Audiências Realizadas sem Acordo	65,04%
Audiências não realizadas	3.725

### Mutirão

EMPRESA	ACORDOS
Condomínio Bella Cintra	29



Peritoró



São Pedro dos Crentes

## PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE

**1.036**  
AUDIÊNCIAS REALIZADAS

**328**  
AUDIÊNCIAS REALIZADAS COM ACORDO

**74**  
COLETAS DE DNA

**753**  
ATENDIMENTOS



Imperatriz



São Mateus





Comitê de  
diversidade



## AÇÕES E EVENTOS REALIZADOS

### 2020

- Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Dia Nacional da Mulher Negra (julho de 2020). Institucional e serviços terceirizados, repercutindo inclusive fora do Estado do Maranhão. Encerramento com a realização de palestra “O protagonismo da mulher negra na sociedade maranhense”.
- Audiência pública: Movimento Negro quando houve o compromisso pela instalação da Vara Agrária, que foi instalada abril de 2021; Audiência pública com a comunidade LGBTQIA+.
- Criação de Grupo de Trabalho Interinstitucional
- Lançamento da campanha publicitária TJMA na luta contra o Racismo.
- Matéria em alusão ao Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência: TJMA traz ações e depoimentos no dia de luta da pessoa com deficiência.
- Reunião em 08/10/2020 com as coordenações temáticas do TJMA
- Curso de Formação “Direito das Relações Étni-

co-Raciais” para servidores do TJMA

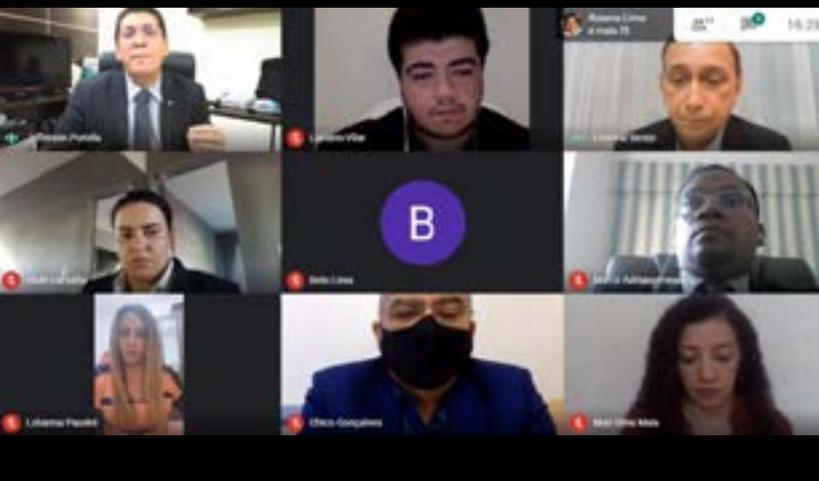
- Palestra “O protagonismo da mulher negra na sociedade maranhense”.
- Dia de luta contra a AIDS.
- Dia da Pessoa com Deficiência.
- Palestras virtuais proferidas em eventos de instituições parceiras.

### 2021

- Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação: 06 a 08 de agosto/2021, contemplando os eixos de atuação do Comitê (racismo, Lgbtfofia, etarismo, capacitismo, sexismo e gordofobia).
- Lançamento do Prêmio Luiz Alves Ferreira, Luizão, de promoção à diversidade e combate à discriminação. Eixo contemplado: racismo
- Entrega da premiação aos vencedores do Prêmio Luizão
- Chamada de artigos para publicação de E-book sobre Diversidade e Antidiscriminação,
- contemplando todos os eixos de atuação do Comitê. Eixos contemplados: racismo, Lgbtfofia, sexismo, etarismo, gordofobia e capacitismo.

*Lançamento da campanha publicitária TJMA na luta contra o Racismo.*





*Audiência pública: Movimento Negro, quando houve o compromisso pela instalação da Vara Agrária.*



*Divulgação da cartilha de educação antirracista produzida por aluna de ensino médio.*

- Dia internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Eixos contemplados: racismo, sexismo;
- Curso de Formação “Gordofobia, gênero e raça” Eixos contemplados: racismo, LGBTfobia, sexismo, etarismo, gordofobia).
- Curso de Formação “Conflitos agrários e comunidades tradicionais”.
- Apresentação das ações do Comitê de Diversidade a policiais militares que atuam nos prédios do Poder Judiciário na Comarca da Ilha de São

Luís e no TJMA. Eixo contemplado:

- Lançamento da “Campanha Sou solidário, Sou sustentável”; Eixo contemplado: etarismo
- Lançamento da “Campanha de Combate à Violência Menstrual” em parceria com a UMF (Unidade de Monitoramento Carcerário). Eixo contemplado: racismo.
- Celebração de parceria com o SENAC para oferta de cursos para a comunidade LGBTQIA+, visando inserção no mercado de trabalho. Eixo contemplado: LGBTfobia
- Entrega das doações arrecadadas na Campanha Sou Solidário-Sou Sustentável, beneficiando 22 idosos(as) do Asilo de Mendicidade. Eixo contemplado: Etarismo
- Apresentação das ações do Comitê de Diversidade para estudantes e professores em São Luís e São José de Ribamar. Eixos contemplados: racismo, sexismo, gordofobia, lgbtfobia, etarismo e capacitismo.
- Semana da Consciência Negra: Para além do dia 20 de novembro: Diga não ao racismo! Eixo contemplado: racismo
- Lançamento de Dicionário Antirracista elaborado por estudantes da Escola Estadual C.E Lúcia Chaves. Eixo contemplado: racismo
- Lançamento da Cartilha “Agó Yagó Oluko: educação afro-brasileira”,
- Eixo contemplado: racismo
- Visita dos estudantes da Escola Estadual C. E. Lúcia Chaves :
  - -Tribunal de Justiça do MA;
  - -Museu “Desembargador Lauro de Berrêdo Martins”;
  - -Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís;
  - -Vara 9ª Vara da Fazenda Pública de São Luís;



*Prêmio Luizão - visa premiar servidores e jurisdicionados que promovem ações antidiscriminatórias e de valorização à diversidade*



*Lançamento de Dicionário Antirracista, elaborado por estudantes da Escola Estadual C.E Lúcia Chaves.*

- -Juizado Especial Cível. Eixo contemplado:
- Evento de Premiação do Prêmio Luiz Alves Ferreira, Luizão, de promoção à diversidade de combate à discriminação. Eixo contemplado: Eixos contemplados: racismo, LGBTfobia, sexismo, etarismo, gordofobia e capacitismo.

### **WEBINÁRIOS/LIVES 2020/2021/2022**

- Dia Nacional da Visibilidade Trans;
- Dia Mundial das Doenças Raras;
- “Dia da Mulher Maranhense: Live dando destaque à trajetória da professora e escritora Maria Firmina dos Reis”;
- “Dia Internacional em Memória das Vítimas da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Escravos”;
- Live “Mulheres Indígenas e o Sistema de Justiça”;
- “70 anos da Lei Afonso Arinos: A primeira norma contra o racismo no Brasil”;
- “Direitos da População LGBTI+ à luz da Jurisprudência do STF” – Parte da programação em alusão ao Dia Internacional do Orgulho LGBTI+;
- Palestra Magna: “Democratização do acesso à

- Justiça”, como parte da programação do I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação;
- Palestra “Direitos Humanos e Diversidade”, como parte da programação do I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação;
- Palestra “Racismo Estrutural e Institucional”, como parte da programação do I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação;
- Palestra “Enfrentamento à LGBTFOBIA”, como parte da programação do I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação;
- Palestra “Etarismo: Atuação da Vara do Idoso na Promoção dos Direitos Humanos”, como parte da programação do I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação;
- Palestra “Capacitismo, inclusão e sistema de justiça”, como parte da programação do I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação;
- Palestra “Agenda 2030 e os desafios do judiciário”, como parte da programação do I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação;
- “Roda de Conversa: Mulher negra, espaço de

poder, vivências e conquistas”.

• 16. Palestra virtual: “Gestão e Estereótipo de Gênero no Poder Judiciário”

## AÇÕES 2022

• Eventos em alusão ao Dia da Visibilidade Trans, instituído em 29 de janeiro.

• TJMA dá visibilidade à luta pela liberdade religiosa e combate à intolerância em alusão ao dia 21 de janeiro, Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa e Dia Mundial da Religião.

• Parceria do Comitê de Diversidade com OAB-MA e IFMA-MA

• Workshop-Alteração do nome e gênero de pessoas trans em cartórios, para escreventes e oficiais de Registro Civil.

• Comitê de Diversidade do TJMA reúne-se com lideranças indígenas

• Espetáculo comemora abertura do bicentenário de Maria Firmina dos Reis

• Doação de bens reaproveitáveis do Judiciário maranhense à Casa FloreSer.

• Parceria do Comitê de Diversidade com OAB-MA e IFMA-MA

• Cartilha de educação antirracista produzida por aluna e professora do IFMA de Barra do Corda.

• Workshop-Alteração do nome e gênero de pessoas trans em cartórios, para escreventes e oficiais de Registro Civil.

• Comitê de Diversidade do TJMA reúne-se com lideranças indígenas

• Espetáculo comemora abertura do bicentenário de Maria Firmina dos Reis

• TJMA destaca Dia Mundial das Doenças Raras nesta segunda, 28



*O TJMA doou mil balões biodegradáveis para a Procissão dos Orixás, que envolve seguidores de religiões de matriz africana e é realizada na data do aniversário de São Luís.*



*Grupo Akomabu participou das apresentações sobre a cultura afro durante o evento alusivo ao Dia da Consciência Negra, promovido pelo TJMA.*



*Cooperação disponibiliza vagas em cursos para público LGBTQIA+. Termo para ofertar vagas gratuitas foi assinado pelos presidentes do TJMA e do Conselho do Senac/MA.*



*Lançamento da “Campanha de Combate à Violência Menstrual” em parceria com a Unidade de Monitoramento Carcerário.*



Assessoria  
jurídica

A Assessoria Jurídica da Presidência tem como atribuição jurisdicional a elaboração de minutas de decisões e despachos a serem submetidas à apreciação/deliberação/assinatura do presidente.

#### **Produtividade nos processos judiciais**

Oportuno destacar que obedecendo-se o sistema de precedentes judiciais, durante a presidência do des. Lourival Serejo foram selecionadas duas matérias para análise de repercussão geral pelo STF e uma questão como representativo de controvérsia no STJ:

#### **STF:**

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.309.081 MARANHÃO  
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE  
RECTE.(S) :LUIZ HENRIQUE FALCAO TEIXEIRA  
ADV.(A/S) :THIAGO HENRIQUE DE SOUSA TEIXEIRA  
RECDO.(A/S) :ESTADO DO MARANHÃO  
PROC.(A/S)(ES) :PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO

**Tema 1142 - Os honorários advocatícios constituem crédito único e indivisível, de modo que o fracionamento da execução de honorários advocatícios sucumbenciais fixados em ação coletiva contra a Fazenda Pública, proporcionalmente às execuções individuais de cada beneficiário, viola o § 8º do artigo 100 da Constituição Federal.**

OBS: Com acórdão publicado, ainda aguardando o julgamento de embargos de declaração.

[...] encaminhados ao eg. STF os Processos nº **0813876-38.2020.8.10.001 (IAC)**, nº **0032403-49.2012.8.10.0001** e nº **0039455-96.2012.8.10.0001** como representativos da controvérsia aqui abordada em matéria equiparável, mas que tratam especificamente sobre a arrecadação e repartição do ICMS, diferenciando-se

um pouco sobre o tributo aqui versado neste caso concreto, que trata de **adicional de ICMS (FUMACOP)**, no qual há expressa disposição constitucional de exclusividade em favor do Estado.

Obs: Ainda pendente de análise dos Recursos Especiais interpostos conjuntamente.

#### **STJ:**

REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA EM RECURSO ESPECIAL Nº 0807689-16.2017.8.10.0001 (1ª Câmara Cível, TJMA), Nº 0843793-07.2017.8.10.0001 (5ª Câmara Cível, TJMA) E N.º 0843552-33.2017.8.10.0001 (4ª Câmara Cível, TJMA).

DISPOSIÇÃO LEGAL: DECRETO Nº 20.910/32  
DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL: AgInt nos EREsp 1751652/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 25/08/2020, DJe 03/09/2020; AgInt no AREsp 1703370/MA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/11/2020, DJe 01/12/2020; EDcl no REsp 1336026/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/06/2018, DJe 22/06/2018.

Matéria: “reside a controvérsia em definir o **termo inicial** para contagem do prazo prescricional sobre a *pretensão executória individual de título coletivo*, levando-se em consideração, ou não, a interrupção do prazo prescricional provocada pela execução coletiva promovida pelo sindicato.”  
Obs. Com decisão de não afetação, mas com recurso pendente de análise pelo colegiado.

#### **Produtividade nos processos administrativos**

Em conformidade com as Metas e Indicadores das Unidades Administrativas e Judiciais a serem apuradas para *ano-base 2022*, informa-se que a Assessoria Jurídica da Presidência possui

duas metas para fins de Gratificação por Produtividade Judiciária – GPJ (*Índice de agilidade na conclusão do processo, com a conclusão de 90% dos processos administrativos no prazo de 10 dias úteis e atingir índice de produtividade igual a 100% dos processos judiciais*), que foram atingidas integralmente. Vejamos:

**GPJ/2021:**

**GPJ/2020:**

Grupos de trabalho e comissões dos quais a Assessoria Jurídica da Presidência faz parte.

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NU-

GEPNAC (Regulamentado pela RESOLUÇÃO-GP-742016);

Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Maranhão-CIGEMA (Regulamentado pela RESOLUÇÃO-GP-772019);

Comissão de Avaliação e Apuração da Produtividade-CAAP –(Regulamentado pela RESOLUÇÃO-GP-102019);

Comissão de Transição para a Nova Lei de Licitações e Contratos (Regulamentado pela PORTARIA-GP-7612021)

Tipo de Movimentação	Anos			Total
	2020	2021	2022	
<i>Recurso Especial Admitido</i>	148	209	30	387
<i>Recurso Especial Inadmitido</i>	1637	3525	664	5826
<i>Recurso Extraordinário Admitido</i>	14	27	3	44
<i>Recurso Extraordinário Inadmitido</i>	275	207	51	533
<i>Negado Seguimento a Recurso</i>	314	685	132	1131
<i>Despacho de Mero Expediente*</i>	284	1077	163	1524
<i>Suspensão ou Sobrestado</i>	0	262	90	352
<i>Concessão de Medida Liminar</i>	26	30	4	60
<i>Não Concessão de Medida Liminar</i>	21	25	5	51
<b>Outros**</b>				<b>1094</b>
<b>Total Geral de Movimentações</b>				<b>11380</b>
<b>Conclusos</b>				<b>378</b>

\* *Recursos Ordinários Constitucionais, Sobrestamentos e outros*

\*\* *Não Conhecimento de Pedidos, Petições, Apelações, Embargos de Declarações. Embargos de Declaração Acolhidos e Não Acolhidos e Outras Decisões*







Laboratorio  
de Inovação  
TOADAlab





O Laboratório de Inovação é um ambiente criativo e colaborativo, com estrutura física no Fórum de São Luís, com participação voluntária, por convocação, que funciona de forma física ou virtual. A unidade é utilizada exclusivamente para buscar soluções de desafios das atividades exercidas no âmbito do Poder Judiciário, por meio da utilização de técnicas da inovação em governo. Foi instituído pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), de acordo com a Resolução nº 68/2021, de 01 de setembro de 2021.

As atividades do Laboratório são desenvolvidas em parceria com setores estratégicos do TJMA, cooperações técnicas firmadas com outros órgãos, instituições ou Tribunais, assim como parcerias com a rede de inovação local e nacional.

As ações são norteadas com base no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelas necessidades apontadas pelo

Judiciário Maranhense, bem como, pelas necessidades advindas do usuário, em um conceito de Inovação aberta.

Além disso, todas iniciativas provenientes do Laboratório de Inovação Toada Lab são orientadas no base nos 17 ODS's - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030.

O Laboratório está sob a Coordenação do magistrado Ferdinando Marco Gomes Serejo, membro do Comitê de Gestão da Inovação, cujo objetivo é produzir ambiente criativo e colaborativo, com novas ideias e conhecimentos, transparência de dados e valorização do usuário do serviço. O Comitê foi instituído através da Resolução GP - 312020 com objetivo de elaboração e implementação do programa de gestão da inovação no Poder Judiciário. Dentre os objetivos da iniciativa também está o de elaborar as diretrizes de fomento à gestão estratégica e inovação no Judiciário; propor programas, projetos e ações



*Inauguração do ToadaLab, localizado no Fórum de São Luís.*



*A cerimônia de inauguração do ToadaLab aconteceu de forma híbrida (online e presencial).*

que ofereçam serviços de melhor qualidade de inovação e inteligência; e produzir um ambiente criativo e colaborativo, no qual novas ideias e conhecimentos possam ser facilmente compartilhados e desenvolvidos.

## INAUGURAÇÃO

A cerimônia de inauguração do ToadaLab, Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por conta da Pandemia, ocorreu somente no dia 15 de junho de 2021. O evento aconteceu de forma híbrida (online e presencial), com transmissão ao vivo pelo youtube/tjmaoficial, direto das instalações do laboratório, localizado no Fórum de São Luís. Houve o ato simbólico do descerramento da placa foi feito pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo. Na inauguração, estavam presentes: A juíza federal e membro do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Susten-

tável (LIODS) do Conselho Nacional de Justiça, Luciana Ortiz, o coordenador do Laboratório de Inovação (TJPELabs), unidade integrante do Instituto de Desenvolvimento de Inovações Aplicadas ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (Ideias TJPE – Esmape), juiz José Faustino Macedo, o coordenador do Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo (iJuspLab), juiz federal Caio Moyses de Lima.

## Principais ações e entregas do Laboratório em 2021]

15

projetos ativos

59

servidores não laboratoristas envolvidos nos projetos ativos

### ENASTIC e E-Labs

- Sediou nos dias 28, 29 e 30 de abril, o Encontro de Tecnologia e Inovação da Justiça Estadual - ENASTIC 2021, encontro promovido pela Judiciário Exponencial, com a parceria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), onde foram discutidos os desafios tecnológicos no sistema de Justiça brasileiro para 2021. O evento teve transmissão pelo canal youtube/judiciárioexponencial.
- Participação no E-Labs no período de 7 a 11 de junho de 2021: Apresentou projeto de Assistente Virtual de Atendimento para usuários do sistema de Justiça estadual, desenvolvido e implementado por equipe da Comarca de

### IMPERATRIZ E LABORATORISTA

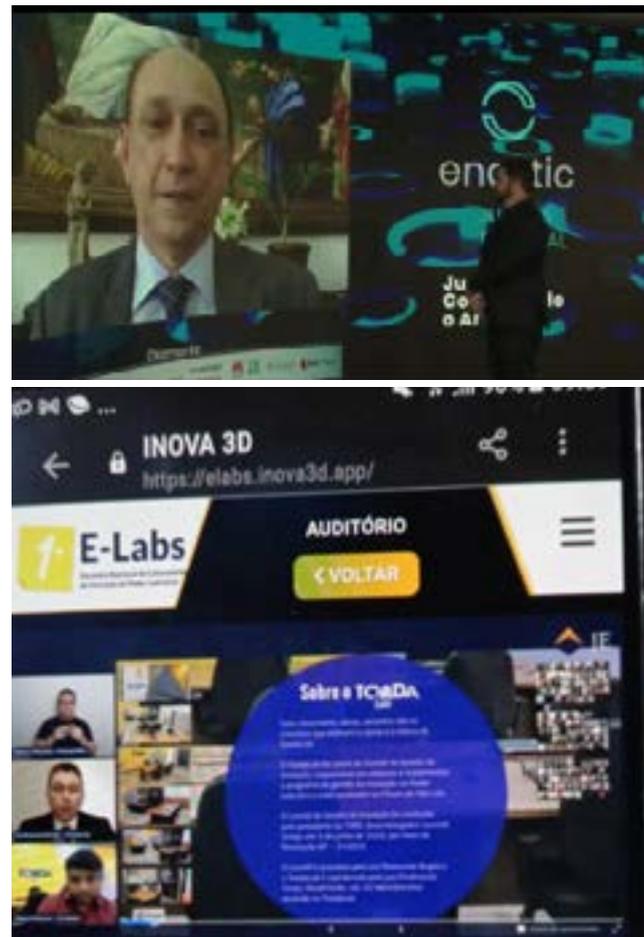
O projeto foi apresentado em formato de pitch (apresentação direta e curta, com o objetivo de ‘vender’ a ideia), pelo coordenador do ToadaLab, juiz Ferdinando Serejo e pelo laboratorista Miguel Antonio Figueiredo Moyses (secretário judicial e técnico judiciário). Além disso, foi expositor no evento (estande virtual).

### ASSISTENTE VIRTUAL DE ATENDIMENTO:

O Assistente Virtual de Atendimento tem como objetivo unificar atendimentos externos e internos de forma virtual, utilizando tecnologias disponíveis e gratuitas para otimizar o serviço e o atendimento judicial, após instituição do Mais de 100 unidades utilizando o Assistente (Varas e Juizados);

### CASAMENTO COMUNITÁRIO VIRTUAL

De forma inédita, o Laboratório de Inovação “ToadaLab”, do Poder Judiciário facilitou a inscrição dos casais a distância, e o cumprimento das exi-



*O evento foi 100% online e transmitido ao vivo pelo Youtube.*



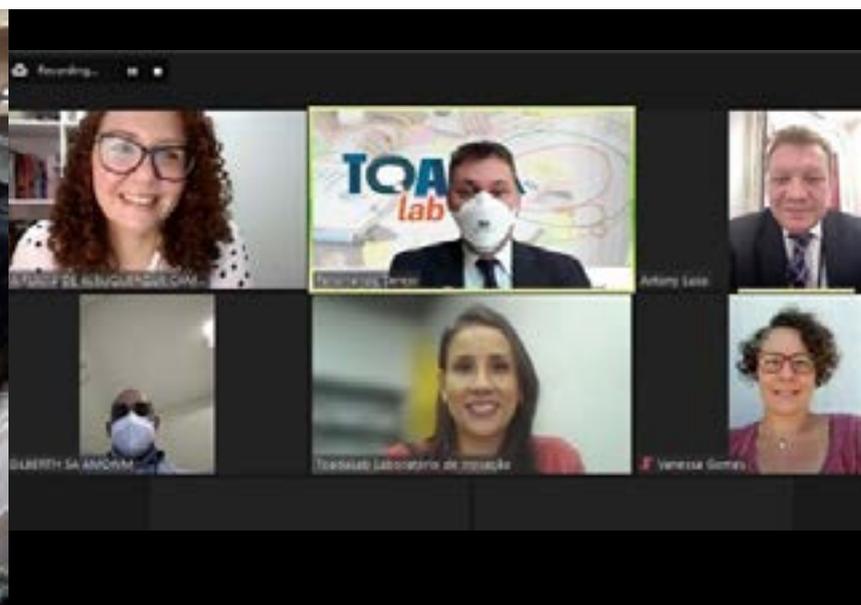
*Casamento Comunitário Virtual.*



*ToadaLab promove reuniões com servidores*

gências do protocolo de habilitação extrajudicial. O laboratório criou uma solução para que as inscrições fossem feitas, inteiramente, de modo virtual, intuitivo e automatizado, por meio de aparelhos móveis conectados à internet, evitando deslocamentos e aglomerações durante a pandemia de coronavírus.

O casamento virtual foi justificado pelo elevado índice de contágio e de óbitos decorrentes da Covid-19 no Brasil, reforçando a necessidade de manutenção das medidas de distanciamento, com a redução da circulação de pessoas, como forma de prevenção a infecções pelo vírus SARS COV-2 e regulamentado pelo Provimento nº 20/2021, assinado pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, autorizando os cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN), os juízes de direito e os juízes de paz a realizarem casamentos comunitários virtuais, utilizando o procedimento virtual desde a habilitação até a celebração.



*Reunião com laboratório de design da UFMA*

### **ROBÔ DE AUTOMAÇÃO - TRIADOR**

O robô Triador nasceu fruto de uma cooperação técnica com o TJBA. Algumas soluções foram adaptadas para o TJMA, proveniente de um dos grupos de trabalho do Toada Lab em parceria com a TI. O robô executa trabalhos rotineiros antes feitos de forma manual. Ele atua com a função de agilizar a etiquetagem por tema de um processo, encontrando por meio de palavras-chave escolhidas. Para isso, existe um arquivo do tipo texto, em que as palavras-chave são adicionadas. “O robô acessa o arquivo em questão, fazendo uma análise entre as palavras chaves desse arquivo e os documentos do processo que ele pode vir a etiquetar.

### ***Acordos de cooperação técnica***

**Pesquisadores de IA da UEMA:** O acordo visa o estabelecimento de parceria técnico-científica a ser desenvolvida pelas partes, na área tecnologia de



*Robo triador*

informação e comunicação, para o desenvolvimento em conjunto de projetos de pesquisa e desenvolvimento de soluções de softwares aplicados à eficiência e celeridade processual no âmbito do poder judiciário estadual, com a aplicação de Inteligência Artificial e Automatização de rotinas, para uso dos sistemas de processo judicial ou outros sistemas que utilizem a mesma tecnologia.

**Tribunal de Justiça da Bahia - TJBA:** O objetivo do acordo é conhecer e ter acesso às automações já desenvolvidas pelo TJBA e utilizá-las como referência para desenvolvimento de inovações similares no PJMA.

#### **EM ANDAMENTO**

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO):** Conhecimento e estudo de adaptações do Projeto Berna, que é um programa de inteligência artificial que identifica e unifica, automaticamente, volumes significativos de demandas judiciais em

tramitação que possuam o mesmo fato e tese jurídica na petição inicial.

**O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR):** Conhecimento e estudo de adaptações do Projeto Magus, que é um assistente de Gabinete com inteligência artificial, para a triagem de processos, identificação de jurisprudência aplicável e alertas.

**Superior Tribunal de Justiça (STJ):** Conhecimento e estudo de adaptações do Projeto Athos, cujo objetivo é localizar – mesmo antes da distribuição aos ministros – processos que possam ser submetidos à afetação para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos. Além disso, a plataforma monitora processos com entendimentos convergentes ou divergentes entre os órgãos fracionários do STJ, casos com matéria de notória relevância e, ainda, possíveis distinções ou superações de precedentes qualificados.

**UniBalsas:** O objetivo do Acordo é propiciar uma colaboração entre Poder Judiciário e alunos da Unibalsas, no que tange ao aspecto do ecossistema de Inovação no Judiciário.

#### **Visual Law**

Grupo de trabalho de quem o objetivo de desenvolver documentos, sentenças, de forma que facilite o entendimento por parte dos usuários do Judiciário maranhense. É uma parte do legal design que utiliza técnicas visuais e de linguagem para facilitar a comunicação nos documentos jurídicos. Devido à alta procura por essa solução, o grupo de trabalho se transformou em um Núcleo permanente de Visual.

### COMPRESSÃO DE VÍDEOS DE AUDIÊNCIAS

O objetivo do grupo de trabalho foi auxiliar os juizes do Estado do Maranhão na compressão e divisão dos arquivos das audiências para posterior inserção no Pje . Para isso foram recomendados programas e configurações como forma de facilitar a anexação ao PJE dos arquivos de vídeo das audiências.

Foram testadas várias formas de compressão de vídeo para diminuir o tamanho dos arquivos gerados no programa de gravação de audiência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Após a validação do resultado da compressão pelos membros do grupo, o referido processo foi submetido para análise de um especialista em edição de vídeo, cedido pela Escola da Magistratura, que também validou a proposta.

### Robô Elis

Grupo de trabalho criado para adaptar o Robô Elis (Desenvolvido por equipe do Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, ao TJMA. O Robô Elis tem sido utilizado para triagem de dados em processos de execução fiscal, nas varas de execução fiscal do Poder Judiciário do Maranhão.



Equipe ToadaLab





A person wearing a plaid shirt is looking at a desk. The desk is covered with various charts and documents. There is a large bar chart in the background, a smaller bar chart on the right, a pie chart in the foreground, and a line graph at the bottom. A pen is lying on the desk. The overall scene is dimly lit with a greenish tint.

# Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário FERJ

O Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário – FERJ foi criado pela lei complementar nº 48, de 15 de dezembro de 2000, do Estado do Maranhão, e regulamentado pela resolução nº 02/2001-TJ.

Para atingir seu desiderato, o FERJ utiliza 100% (cem por cento) dos valores provenientes das custas e despesas processuais, da taxa judiciária, do preparo de recursos, das multas aplicadas ao espólio, das multas processuais cíveis e administrativas e das fianças; e 12% (doze por cento) dos emolumentos das serventias extrajudiciais. Atualmente, o FERJ tem a seguinte estrutura organizacional: 01 (uma) Diretoria, 01 (uma) Coordenadoria e 03 (três) Divisões – a de Fiscalização, a de Arrecadação e a do FERC.

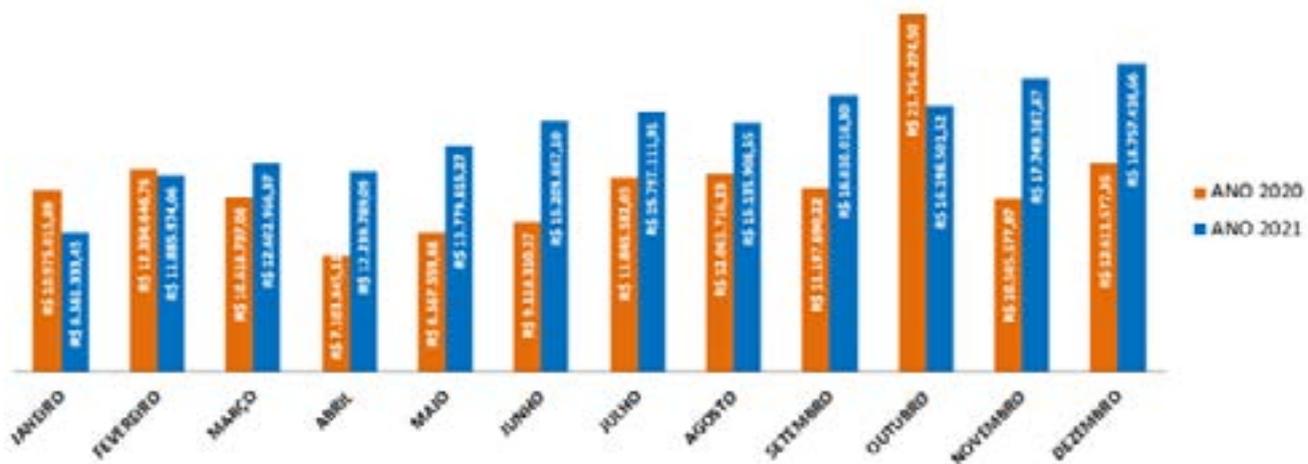
O FERJ desenvolve suas atividades através das subdivisões específicas que foram desenvolvidas para tornar o Fundo eficiente em todos os trabalhos realizados.

### ARRECADÇÃO TOTAL DO FERJ

Conforme artigo 3º da Lei nº 48/2000 e as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 124/2009, há 31 (trinta e um) diferentes tipos de fontes de receitas do FERJ, dentre as quais destacam-se o recolhimento de custas e despesas processuais, a taxa de 12% sobre os emolumentos das serventias extrajudiciais, repasses financeiros dos interinos, dívida ativa do Estado e receitas oriundas de auditorias externas.

No comparativo do Biênio 2020-2021, o FERJ arrecadou o valor de R\$ 138.692.133,19 (cento e trinta e oito milhões e seiscentos e noventa e dois mil e cento e trinta e três reais e dezenove centavos) para o ano de 2020 e R\$ 174.745.890,15 (cento e setenta e quatro milhões e setecentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e noventa reais e quinze centavos) para o ano de 2021, o que compreende os campos da cobrança de custas finais, protesto, fiscalização, repasses provindos dos

**ARRECADÇÃO BRUTA - FERJ - 2020 X 2021  
(JANEIRO A DEZEMBRO)**



saldos de balancetes, venda de selos de fiscalização e papéis de segurança, Superávit do FERC, transferências do Banco do Brasil, repasses do Governo do Estado e rendimentos de Aplicação Financeira.

Assim, o FERJ obteve um crescimento percentual em torno de 25,99% em comparativo a arrecadação no mesmo período do ano de 2020, o que possibilitou um superávit de R\$ 36.053.756,96 (trinta e seis milhões e cinquenta e três mil e setecentos e cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos), no período indicado.

Além disso, já nos dois primeiros meses do ano de 2022, verificou-se um crescimento na arrecadação do FERJ em relação ao ano de 2021, tendo em vista o saldo positivo oriundos dos valores de arrecadação do FERC conforme Lei Complementar Estadual nº 137 de 02 de agosto de 2011, abaixo:

### ARRECADAÇÃO TOTAL DO FUNSEG

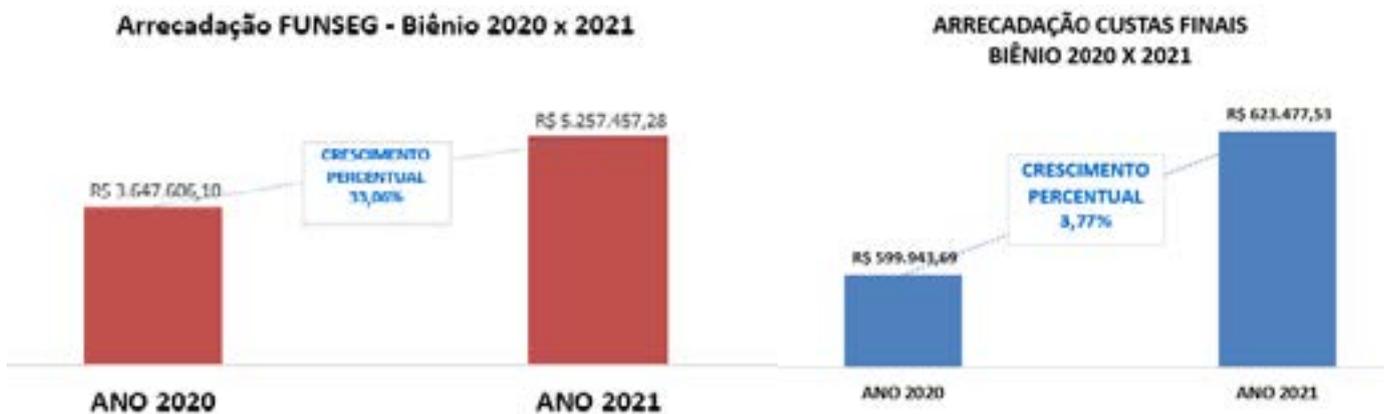
O Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Maranhão (FUNSEG) tem por objetivo a captação de recursos destinados a reforma, am-

pliação, aprimoramento de segurança da Justiça Estadual, formação e aperfeiçoamento do serviço de segurança dos magistrados, entre outras medidas. A receita do Fundo vem da destinação de 3% do produto da arrecadação das custas judiciais, taxa judiciária e do percentual de emolumentos extrajudiciais recolhidos ao FERJ.

Assim, o FUNSEG arrecadou o valor de R\$ 5.257.457,28 (cinco milhões e duzentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos), cerca de 33,06% de aumento em comparativo a arrecadação no mesmo período do ano de 2020.

### ARRECADAÇÃO COM CUSTAS FINAIS

Para o recolhimento de custas finais, a Diretoria do FERJ tem utilizado como meios de cobrança o envio de notificações e boleto via Correios e por e-mail, o que torna mais rápida a efetivação dos pagamentos. Com relação aos pagamentos não realizados e as correspondências devolvidas, devido ao endereço ser incerto ou não sabido, a Diretoria do FERJ publica no Diário da Justiça Ele-





*Equipe de fiscalização do FERJ em visita ao Cartório de 2º Ofício de Timon.*

trônico – DJE as custas finais e, assim, os prazos para pagamento são reabertos com 30 dias.

Aquelas que não são pagas dentro do prazo previsto em lei, encaminhamos para a Dívida Ativa do Estado e também para inclusão no SERASA, por meio do convênio firmado entre a SEFAZ e o SERASA.

No comparativo do Biênio 2020-2021, a Diretoria do FERJ realizou a arrecadação deste tipo de receita em torno de R\$ 1.223.421,22 (um milhão e duzentos e vinte e três mil e quatrocentos e vinte e um reais e vinte e dois centavos) com custas finais, valores decorrentes diretamente através das notificações aos devedores (cartas e editais) e pagamento de certidões após inscrição em Dívida Ativa, bem como Protesto de Certidões da Dívida Ativa decorrente de custas processuais finais. Destacamos que o valor total arrecadado com

Custas Judiciais no ano de 2020-2021 foi de R\$ 164.752.753,41 (cento e sessenta e quatro milhões e setecentos e cinquenta e dois mil e setecentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos), porém o valor de arrecadação com Custas Finais acima mencionado faz referência apenas aos valores de custas ou despesas processuais finais no qual houve inexistência de pagamento junto a Comarca antes do transcurso de prazo de trinta dias da notificação do devedor. Logo, o gráfico representa apenas os valores auferidos diretamente pelas atividades desta Diretoria do FERJ ao longo do biênio 2020-2021.

Informamos ainda, que já no período de janeiro e fevereiro de 2022, foram arrecadados com custas Finais o valor total de R\$ 192.896,60 (cento e noventa e dois mil e oitocentos e noventa e seis reais e sessenta centavos), já inclusos os valores

<b>PERÍODO</b>	<b>ARRECADAÇÃO</b>	<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>SALDO FERJ</b>
ANO 2020	R\$ 8.202.210,89	R\$ 2.701.997,43	R\$ 5.500.213,46
ANO 2021	R\$ 12.063.895,59	R\$ 5.502.573,65	R\$ 6.561.321,94
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 20.266.106,48</b>	<b>R\$ 8.204.571,08</b>	<b>R\$ 12.061.535,40</b>

decorrentes de pagamentos decorrentes de dívida ativa de delegatários / secretários judiciais.

### **ARRECAÇÃO, COMPENSAÇÃO E ANÁLISE DE ATOS FERC**

O Fundo Especial das Serventias Extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais – FERC foi criado por meio da lei complementar nº 130/2009 e tem por objetivo prover a gratuidade do Registro Civil de Pessoas Naturais, por meio da arrecadação de 3% (três por cento) sobre os emolumentos percebidos por todas as serventias extrajudiciais do Maranhão.

Conforme gráfico abaixo, o FERC arrecadou R\$ 20.266.106,48 (vinte milhões e duzentos e sessenta e seis mil e cento e seis reais e quarenta e oito centavos) no período de janeiro a dezembro de 2021; realizou a compensação financeira de R\$ 8.204.571,08 (oito milhões e duzentos e quatro mil e quinhentos e setenta e um reais e oito centavos), tendo compensado 362.742 (trezentos e sessenta e dois mil e setecentos e quarenta e dois reais) atos, distribuídos entre 225 unidades de Registro Civil do Estado do Maranhão.

É importante destacar, que em virtude da nova metodologia de gerenciamento deste fundo especial, o FERC obteve um superavit na arrecadação em 2021, tendo alcançado o patamar inédito de R\$ 12.063.895,59 (doze milhões e sessenta e três mil e oitocentos e noventa e cinco reais e cin-



O FERJ desenvolve suas atividades por meio de subdivisões específicas.

quenta e nove centavos), considerando aplicação financeira, o que possibilitou um crescimento de R\$ 3.861.684,70 (três milhões e oitocentos e sessenta e um mil e seiscentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos), cerca de 47,08% (quarenta e sete por cento) em relação ao ano de 2020. Informamos ainda, que já no período de janeiro e fevereiro de 2022, o FERC arrecadou R\$ 1.904.427,19 (Um milhão, novecentos e quatro reais, quatrocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), realizou a compensação financeira de R\$ 1.000.941,89 (um milhão e novecentos e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos), tendo

<b>PERÍODO</b>	<b>ARRECAÇÃO</b>	<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>SALDO FERC</b>
JANEIRO 2022	R\$ 918.845,66	R\$ 523.719,26	R\$ 395.126,40
FEVEREIRO 2022	R\$ 985.581,53	R\$ 477.222,63	R\$ 508.358,90
TOTAL	R\$ 1.904.427,19	R\$ 1.000.941,89	R\$ 903.485,30



vírgula cinquenta e dois por cento) em relação ao mesmo interstício de 2021.

### MAJORAÇÃO DO VALOR DE COMPENSAÇÃO DOS ATOS GRATUITOS

Igualmente, fruto do empenho e esforço da atual gestão, a compensação dos atos gratuitos deixou de ser realizada com base em um valor único e passou a corresponder a 75% (setenta e cinco por cento) de cada ato, nos termos da Lei Complementar nº 228/2020, elevando o valor total anual de compensação para R\$ 5.502.573,65 (cinco milhões, quinhentos e dois mil, quinhentos e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos), uma marca nunca antes alcançada.

Além disso, com a criação e padronização das rotinas, bem como o estabelecimento de metas diárias e mensais de produtividade, as análises foram impulsionadas, superando a marca mensal de 19.000 (dezenove) mil atos analisados e 17.000 (dezessete) mil atos gratuitos restituídos aos Registradores.

Assim, o FERC em termos de compensação financeira, obteve um crescimento percentual em

compensado 35.265 (trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e cinco) atos, distribuídos entre 225 unidades de Registro Civil do Estado do Maranhão, conforme tabela abaixo:

Com base nos dados acima, o FERC obteve um crescimento de cerca de 34,52% (trinta e quatro

**COMPARATIVO FERC - ARRECADAÇÃO X COMPENSAÇÃO X SALDO BIÊNIO 2020 X 2021**



torno de 103,65% em comparativo a compensação no mesmo período do ano de 2020, cerca de R\$ 2.800.576,22 (dois milhões e oitocentos mil e quinhentos e setenta e seis reais e vinte e dois centavos) de valores a mais creditados as Serventias Extrajudiciais de Registro Civil e Pessoais Naturais.

Ante o exposto, comparando-se os valores acumulados de arrecadação, compensação e saldo financeiro do FERC no biênio 2020-2021, obtemos o seguinte gráfico:

Além disso, os valores creditados a título de compensação financeira pelo FERC, no período de janeiro e fevereiro de 2022, representam um aumento percentual de 51,12% (cinquenta e um vírgula doze por cento) em relação ao mesmo período do ano de 2021.

### **IMPLEMENTAÇÃO DA RENDA MÍNIMA DAS SERVENTIAS RCPN**

A complementação da renda mínima mensal foi implantada em novembro de 2020, para os delegatários que praticavam atos do Registro Civil das Pessoas Naturais e não alcançavam o valor inicial de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de renda bruta mensal o valor de arrecadação mínimo. No entanto, por meio da RESOL-GP 902020 o valor mínimo de renda bruta foi majorado para R\$ 6.000,00 (seis mil reais), e já custeou cerca de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), distribuídos em cerca de 15 (quinze) serventias consideradas deficitárias.

### **ARRECADAÇÃO COM GESTÃO DOS SERVIÇOS FORNECIDOS AO DPMA E MPMA PARA MANUTENÇÃO DAS TAXAS FADEP/ FEMP**

No biênio 2020-2021, a Diretoria do FERJ arrecadou R\$ 3.434.816,39 (três milhões e quatrocentos e trinta e quatro mil e oitocentos e dezesseis reais e trinta e nove centavos) a título de gestão dos sistemas de controle do FERJ referente aos valores arrecadados com as taxas FADEP e FEMP, mediante termo de convênio nº 002/2020-TJMA.

### **ARRECADAÇÃO COM REPASSES FINANCEIROS EFETUADOS PELOS INTERINOS DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS AO TJMA**

Conforme saldos de balancetes do ano de 2020 e 2021 rendeu aos cofres públicos, o valor de R\$ 25.405.839,61 (vinte e cinco milhões e quatrocentos e cinco mil e oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos) conforme tabela abaixo:

<b>BIÊNIO 2020-2021</b>		<b>% de Cresc.</b>
ANO 2020	ANO 2021	50,17%
R\$ 10.155.246,40	R\$ 15.250.593,21	
R\$ 25.405.839,61		

Esse valor arrecadado é oriundo das serventias extrajudiciais com interinos que, por determinação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, repassam valores financeiros ao FERJ, em virtude de saldo positivo, conforme determina o art. 2º do Ato da Presidência nº 09/2010.

### **ARRECADAÇÃO COM VENDAS DE SELOS ELETRÔNICOS**

Conforme o biênio 2020 e 2021, foram recolhidos aos cofres públicos R\$ 3.810.907,69 (três milhões

e oitocentos e dez mil e novecentos e sete reais e sessenta e nove centavos), o que representa um total de 11.548.205 unidades de selos distribuídos entre as 293 Serventias Extrajudiciais. O valor arrecadado tem, por fim, subsidiar a produção e a manutenção da tecnologia do sistema SAUIN. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, foi arrecadado o valor total de R\$ 354.130,30 (trezentos e cinquenta e quatro mil e trinta reais e trinta centavos), distribuídos entre todas as unidades extrajudiciais do Estado do Maranhão.

### **APERFEIÇOAMENTO DOS SISTEMAS DE ARRECAÇÃO**

Diversas novas funcionalidades nos sistemas de arrecadação do FERJ passaram pela análise direta dos servidores desta Diretoria do FERJ, desde a

prototipação, fase de homologação e implementação de novas ferramentas junto aos programadores deste TJMA e da equipe de TI da plataforma SAUIN.

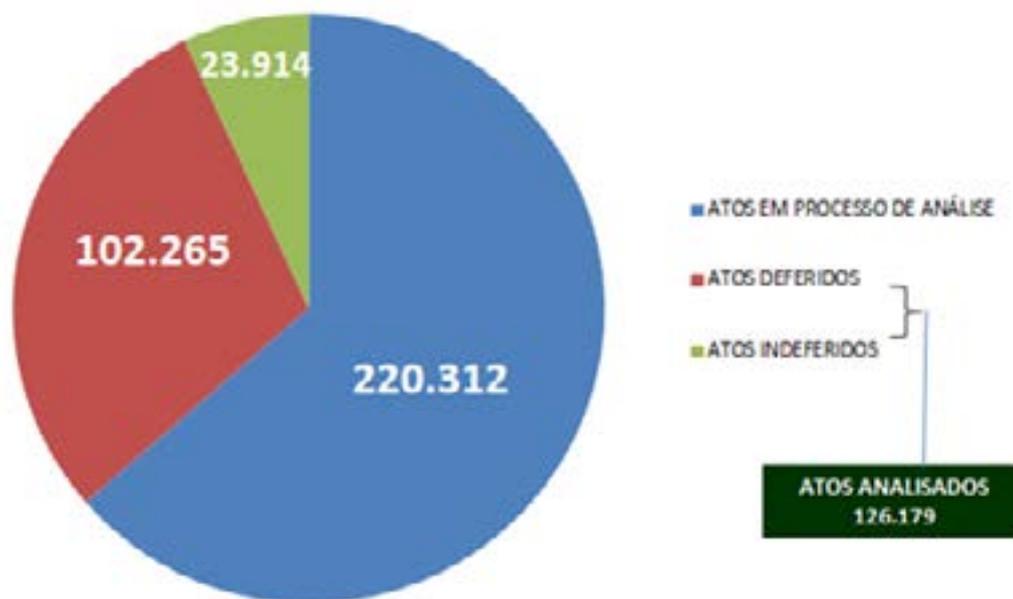
Foram mais de 70 novas atualizações distribuídas entre os sistemas do Portal do Selo Eletrônico, Selador Digital – PAJÉ, Consulta Pública. Além disso, existem cerca de 37 atualizações que estão em fase de implementação para o ano de 2022, que impactam direto e indiretamente na arrecadação.

Destaca-se também, a atualização contínua do sistema SIAFERJ-WEB, Portal da Transparência do FERJ, além da criação e acompanhamento do Web Mobile da Diretoria, implementação do atendimento digital, criação da plataforma de treinamento online do Curso de Custas Judiciais via Google Classrom e entre outros.



## MAPEAMENTO DA ANÁLISE DE ISENÇÃO

Janeiro a Dezembro de 2021



### FISCALIZAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

A ação de fiscalização realizada pela Diretoria do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário-FERJ, encontra fundamento no art. 27 da Lei 9.109/2009 e no art. 32 da Resolução 2/2001, alterado pela Resolução de nº. 79/2016. Esta fiscalização tem por objetivo verificar junto às serventias extrajudiciais e secretarias judiciais a conformidade no recolhimento dos percentuais devidos aos Fundos FERJ e Fundo Especial das Serventias de Registro Civil do Estado do Maranhão-FERC, a fim de evitar evasão de receitas.

No que diz respeito a fiscalização nas serventias extrajudiciais, ação que é feita in loco, para atingir os fins a que se propõe, foram fiscalizadas 51 (cinquenta e uma) serventias no Biênio 2020-2021; porém, cumpre-nos destacar que as atividades de fiscalização das serventias extrajudi-

ciais só tiveram no interior do Estado a partir do segundo semestre de 2021, dada as medidas para contenção e prevenção da COVID-19. Quanto a fiscalização da prestação de contas dos selos de fiscalização judicial, de 01/01/2021 a 30/11/2021, foram abertos 356 (trezentos e cinquenta e seis) processos, para regularização das pendências encontradas em cada secretaria. Destes, já finalizados por saneamento integral ou exaurimento da competência desta Diretoria 314 (trezentos e catorze), processos.

Além da atividade de fiscalização das taxas devidas ao FERJ e ao FERC, com o advento do selo de fiscalização eletrônico, implementou-se mais uma ferramenta de controle a fim de verificar a conformidade na aplicação das hipóteses de isenção previstas na legislação tributária atinente aos emolumentos. Deste modo, para todo ato praticado com dispensa de

emolumentos, a serventia se obriga a encaminhar cópia do ato, bem como, a documentação que fundamenta a isenção e, só depois da análise realizada pela Divisão de Fiscalização, as obrigações da serventia para com os fundos, fica resolvida, conforme dispõe o art. 18 da Resolução-GP 48/2019. Com relação a esta ação, no período de janeiro a dezembro de 2021, foram analisadas 126.179 (cento e vinte e seis, cento e setenta e nove) isenções de emolumentos, sendo deferidas 102.265 (cento e dois mil e duzentos e sessenta e cinco reais), indeferidas 23.914 (vinte e três mil e novecentos e quatorze reais). Além disso, restam 220.312 (duzentos e vinte mil e trezentos e doze reais) atos que estão em processo de análise. Além disso, já nos três primeiros meses (janeiro-março) do ano de 2022, a Divisão de Fiscalização realizou a auditoria de 05 Serventias Extrajudiciais, a análise de 9.246 atos isentos, abertos 02 processos de prestação de contas de Selos Judiciais e 112 processos em decorrência de fiscalização.

### **ACÇÕES DE MELHORIA DA ASSESSORIA TÉCNICA DO FERJ**

Com o passar dos tempos muitos projetos foram criando diversos normativos que alteraram as normas originárias, desse modo, a assessoria do FERJ vem realizando um trabalho de compilação das normas, e ao mesmo tempo propondo a comissão de legislação do Tribunal através de projetos que visam unificar estes, facilitando as consultas e estudos.

• I - Lei Complementar nº. 226 de 04 de novembro de 2020, que alterou a Lei Complementar

130/2009, a qual instituiu a complementação da renda mínima mensal para as Serventias consideradas deficitárias de Registro Civil de Pessoas Naturais, ou seja, aquelas que não alcançarem a renda bruta mensal estabelecida por resolução do Tribunal de Justiça, com a finalidade de manter o serviço em todos os municípios do Estado do Maranhão; Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário – FERJ Atividades da Diretoria do FERJ 2

• II - Lei Complementar 228 de 21 de dezembro de 2020, que alterou a Lei Complementar 130/2009, a qual aumentou o valor da compensação do FERC relativos aos atos gratuitos de Registro Civil de Pessoas Naturais, estabelecendo o limite máximo de 75% (setenta e cinco por cento) do valor integral do ato.

• III - Lei 11.400 de 29 de dezembro de 2020, que alterou a Lei 9.109/2009, de custas e emolumentos, a qual destacamos: os ajustes aos itens 16.4, 16.13.1, 16.13.2, 16.15.4, 16.22.2, 16.22.4, 16.22.4.1, 16.22.4.2, 16.22.5, 16.22.7, 16.22.8, 16.22.8.1, 16.22.8.2, 16.26, 17.1, 17.1.1 a 17.1.25, 17.4, 17.4.1 a 17.4.25 e 17.5.4, bem como a criação dos itens 6.2.1, 6.2.1.1, 6.2.1.2, 6.2.1.3, 6.2.1.4, 6.2.1.5, 6.2.1.6, 6.5, 6.6, 6.6.1, 6.7, 6.7.1, 6.8, 13.12.4, 14.5.6, 14.5.6.1, 14.5.7, 16.24.4, 16.24.4.1, 16.44, 16.45, 16.45.1 a 16.45.36, 17.5.5, e a criação de novas faixas de valores para a atribuição de protesto de títulos e documentos de dívidas. E ainda, a inclusão do inciso XIII ao art. 13 que acrescentou ao rol de isenção de emolumentos: a União, os Estados, os Municípios, os Territórios e o Distrito Federal, suas autarquias e as suas fundações que não explorem atividade econômica;



• IV - Resolução-GP-45/2020, que dispõe sobre o valor, reajustes, requisitos de habilitação, fiscalização e a forma de repasse da complementação da renda mínima destinada às serventias extrajudiciais que prestam serviços de registro civil das pessoas naturais, criado pelo Lei Complementar 226/2020, a qual fixou o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

• V - Resolução-GP-90/2020, que alterou o caput do artigo 2º da Resolução-GP nº 45, de 10 de agosto de 2020, que dispõe sobre o valor, reajustes, requisitos de habilitação, fiscalização e a forma de repasse da complementação da renda mínima destinada às serventias extrajudiciais que prestam serviços de registro civil das pessoas naturais, para reajustar o valor fixado para pagamento da renda mínima às serventias extrajudiciais com atribuição de registro civil de pessoas naturais deficitárias, a qual aumentou o valor da complementação para R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

• VI - Resolução-GP-44/2020, alterou o art. 1º e acrescentou o parágrafo único ao mesmo artigo

da RESOLUÇÃO-GP-462018, que regulamenta a utilização do Selo de Fiscalização Judicial nos alvarás judiciais, a qual torna obrigatória a afixação do Selo Oneroso nos alvarás expedidos para levantamento de valores creditados em favor das partes não beneficiárias de assistência judiciária gratuita, advogados (sejam ou não seus constituintes beneficiários da gratuidade) e peritos, pelas Secretarias do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça, pelas Secretarias Judiciais e Secretarias das Diretorias dos Fóruns, no âmbito do Estado do Maranhão.

• VII - Resolução-GP-21/2021, que alterou a Resolução 14/2010 que regulamenta a Lei Complementar 130/2009, a qual acrescentou ao rol de atos compensáveis pelo FERC a averbação de CPF;

• VIII - Resoluções-GP-93, 94, 95, 96/2020, que tratam da atualização dos valores referentes às custas e emolumentos, selo extrajudicial, papel de segurança e compensação dos atos gratuitos, respectivamente, em conformidade com o INPCIBGE;

- IX - Resoluções – GP – 99, 100, 106/2021, que tratam da atualização dos valores referentes a venda de selo extrajudicial, papel de segurança e das custas e emolumentos, respectivamente, em conformidade com o INPCIBGE;
- X - Resolução – GP – 32022, que alterou a Resolução 34/2004, que regulamenta a utilização do selo judicial nas certidões e alvarás judiciais;
- Além dos projetos normativos, diversas atividades foram realizadas, as quais segue o quantitativo dos(as): Processos de restituição de valores (custas, emolumentos, fiança penal e demais valores recolhidos indevidamente); processos de auditoria/fiscalização/análise de defesa; Decisões; Despachos; Informas; Ofícios; Memorandos; e respostas a questionamentos e dúvidas, vejamos:
  - I-Processos de Restituição: foram dados tratamento a 1.320 (um mil trezentos e vinte) processos de restituição, envolvendo custas judiciais, emolumentos extrajudiciais, fiança penal e restituição de valores – boleto FERJ;
  - II-Processos de Auditoria/Fiscalização (análise de defesa): 48 (quarenta e oito) processos relacionados com as Serventias Extrajudiciais;
  - III-Decisões-DFERJ: 206 (duzentos e seis) decisões envolvendo as competências das Divisões de Arrecadação e Fiscalização, bem como da Diretoria do FERJ;
  - IV -Pareceres-DFERJ Técnicos e Jurídicos: foram formalizados 845 (oitocentos e quarenta e cinco) pareceres opinativos relacionados a procedimentos administrativos da Presidência, Corregedoria, Sindicância, Ouvidoria, custas judiciais, emolumentos extrajudiciais, restituição de valores, selos judiciais e extrajudiciais;
  - V-Despachos-DFERJ: foram formalizados 1.518 (um mil, quinhentos e dezoito) despachos relacionados a procedimentos administrativos da Presidência, Corregedoria, envolvendo selos judiciais e extrajudiciais, restituição de valores, bem como as taxas referentes as custas judiciais e os emolumentos extrajudiciais;
  - VI - Informas-DFERJ: foram formalizados 69 (sessenta e nove) informas relacionados a procedimentos administrativos da Presidência, Corregedoria, Sindicância, Ouvidoria, custas judiciais, emolumentos extrajudiciais, selos judiciais e extrajudiciais
  - VII -Memorandos e Ofícios-DFERJ: foram formalizados 291 (duzentos e noventa e um) Ofícios/Memorandos direcionados aos mais diversos seguimentos dos serviços judicial e extrajudicial do Estado do Maranhão;
  - VIII-Suscitação de Dúvidas e Questionamentos (ferjjjuridico@tjma.jus.br): foram formalizadas 1.222 (um mil, duzentos e vinte e dois) respostas aos mais diversos seguimentos (ouvidoria, serventias extrajudiciais, secretarias judiciais, dentre outros);
  - IX -Consultas ao e-mail (ferjrestituição@tjma.jus.br), foram respondidos um total de 1.320 (um mil, trezentos e vinte) e-mails no período.



Cerimonial

## RELATÓRIO ATIVIDADES REALIZADAS PELO CERIMONIAL DA PRESIDÊNCIA - 2021

### JANEIRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
02	VELÓRIO DA DESA. CLEONICE FREIRE		ENVIO DE 01 (UMA) COROA DE FLORES.
08	MISSA DE 7º DIA DA DESA. CLEONICE FREIRE	IGREJA DA SÉ	ORGANIZAÇÃO DA MISSA
17	POSSE DO DES. JAIME NO CARGO DA VICE-PRESIDÊNCIA	SALA DA PRESIDÊNCIA	ORGANIZAÇÃO DA CERIMÔNIA/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL
27	INSTALAÇÃO DO ANO JUDICIÁRIO 2021	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS SALA DE CHÁ/TJ	ORGANIZAÇÃO DA CERIMÔNIA DEFINIÇÃO DO CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
29	PALESTRAS E WORKSHOP DO RH	VIDEOCONFERÊNCIA	PREPARAÇÃO DO SCRIPT

### FEVEREIRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
03	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	VIDEOCONFERÊNCIA	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
09 E 10	AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ESCOLHA DE SERVENTIA	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	FORNECIMENTO DE LANCHE E MATERIAL DE INFORMÁTICA/ SERVIÇO DE GARÇONS/
17	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
19	POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ESMAM	SALÃO NOBRE	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ PREPARAÇÃO DO SCRIPT
22	AULA INAUGURAL DO DOUTORADO EM DIREITO (COMPOSTO POR PROFISSIONAIS DO TJMA )	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT
25	SOLENIIDADE VIRTUAL DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA "MINHA TERRA"	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT
26	1ª REUNIÃO DE ARTICULAÇÃO MUNICIPAL PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL

**MARÇO**

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>ONDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b> (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
03	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
04	WEBINÁRIO – KICK OFF DA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO.	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT
04	WEBINÁRIO – DIA MUNDIAL DE DOENÇAS RARAS	VIDEOCONFERÊNCIA	DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERPRETE DE LIBRAS
15	SOLENIIDADE VIRTUAL DE ABERTURA DA SOLENIIDADE DO ANO ACADÊMICO DA ESMAM	VIDEOCONFERÊNCIA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
21	WEBINÁRIO DIA INTERNACIONAL DA SÍNDROME DE DOWN	VIDEOCONFERÊNCIA	DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERPRETE DE LIBRAS
23	WEBINÁRIO SOBRE O DIA NACIONAL DO SURDO	VIDEOCONFERÊNCIA	DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERPRETE DE LIBRAS
25	SOLENIIDADE VIRTUAL DO 85º ENCONTRO DO COLÉGIO PERMANENTE DOS CORREGEDORES-GERAIS	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ ORGANIZAÇÃO DA ORDEM DE PRECEDÊNCIA DA MESA VIRTUAL.
25	SOLENIIDADE VIRTUAL DO LANÇAMENTO DA OBRA COLETIVA: DIREITOS HUMANOS E FRATERNIDADE – ESTUDO EM HOMENAGEM AO MINISTRO REYNALDO DA FONSECA	VIDEOCONFERÊNCIA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT.

**ABRIL**

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>ONDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b> (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
02	WEBINÁRIO DIA MUNDIAL DA CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO	VIDEOCONFERÊNCIA	DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERPRETE DE LIBRAS
08	FÓRUM MATOPIBA	VIDEOCONFERÊNCIA	ASSESSORIA PRESTADA AO CORREGEDOR/ ORGANIZAÇÃO DA ORDEM DE PRECEDÊNCIA DA MESA VIRTUAL.
23	DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO DO SURDO	TELECONFERÊNCIA	DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERPRETE DE LIBRAS
28	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
28	WEBINÁRIO/ ESMAM – SAÚDE E SUPLEMENTAR	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ ORGANIZAÇÃO DA CERIMÔNIA
28 A 30	VIII ENASTIC (ENCONTRO DE TECNOLOGIAS E INOVAÇÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL)	VIDEOCONFERÊNCIA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ REUNIÕES COM A ORGANIZAÇÃO VIRTUAL DO EVENTO

**MAIO**

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>ONDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b> (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
07	SOLEINIDADE DA NOVA INSTALAÇÃO DA CEMULHER	VIDEOCONFERÊNCIA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ ORGANIZAÇÃO DA CERIMÔNIA/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
12	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
13	SOLEINIDADE DE INAUGURAÇÃO DA SALA DO COMITÊ DE DIVERSIDADE DO TJMA	VIDEOCONFERÊNCIA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT * (INTÉRPRETE DE LIBRAS - 24 PARTICIPANTES NA MESA VIRTUAL E 30 PESSOAS ASSISTIRAM NO YOUTUBE
13	PALESTRA “REPENSANDO O 13 DE MAIO E O PROTAGONISMO DA POPULAÇÃO NEGRA”	VIDEOCONFERÊNCIA	DISPONIBILIDADE DE INTÉRPRETE DE LIBRAS (SOLICITAÇÃO DO COMITÊ DE DIVERSIDADE) * INTÉRPRETE DE LIBRAS - * 07 PESSOAS ASSISTIRAM
18	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
18	ORGANIZAÇÃO DA ELEIÇÃO DO MEMBRO SUBSTITUTO DO TRE/MA, CATEGORIA DESEMBARGADOR (ELEITO DES. JOSÉ GONÇALO)	SALÃO NOBRE	ENVELOPAMENTO DA URNA/ LOGÍSTICA DA VOTAÇÃO
20	WEBINÁRIO/ ESMAM: “O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS: DESENVOLVENDO PARADIGMAS DE PROTEÇÃO JURÍDICA E SOCIAL À LUZ DA LEI Nº 13.431/2017”	VIDEOCONFERÊNCIA	DISPONIBILIDADE DE INTÉRPRETE DE LIBRAS* (SOLICITAÇÃO DA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE)/ ELABORAÇÃO DO ROTEIRO/ ASSESSORIA AO PRESIDENTE DO TJMA, QUE COMPÔS A MESA VIRTUAL
20	SEMINÁRIO EM ALUSÃO AO 18 DE MAIO – DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES		DISPONIBILIDADE DE INTÉRPRETE DE LIBRAS (SOLICITAÇÃO DA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE)
25	AULA INAUGURAL DO CURSO SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO	VIDEOCONFERÊNCIA	DISPONIBILIDADE DE INTÉRPRETE DE LIBRAS (SOLICITAÇÃO DA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE)

25	PROJETO TRILHOS DA ALFABETIZAÇÃO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DO MA (SEDUC) X FUNDAÇÃO VALE X FGV e 24 MUNICÍPIOS DO MA.	VIDEOCONFERÊNCIA	ASSESSORAMENTO AO PRESIDENTE DURANTE O EVENTO VIRTUAL
28	AULA MAGNA DA ESMAM: PRECEDENTES: APROXIMAÇÃO ENTRE COMMON LAW D CIVIL LAW	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ ASSESSORAMENTO AO PRESIDENTE DURANTE O EVENTO VIRTUAL
31	PALESTRA: ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E QUALIDADE DE VIDA	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ * (INTÉRPRETE DE LIBRAS)

**JUNHO**

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>ONDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b> (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
02	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
06, 07 e 08	I SEMINÁRIO ESTADUAL DIVERSIDADE E ANTIDISCRIMINAÇÃO – PALESTRA MAGNA: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA COM A CONSELHEIRA DO CNJ, JUÍZA FLÁVIA PESSOA	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ * (INTÉRPRETE DE LIBRAS)
07 e 08	WEBINÁRIO: JORNADA SOCIOAMBIENTAL – PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO E AGENDA 2030	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ * (INTÉRPRETE DE LIBRAS)
07, 14 e 15	EXAMES DE COVID-19	PRAÇA PEDRO II FRENTE /SETOR MÉDICO	FORNECIMENTO DE MESAS, CADEIRAS E REFEIÇÃO.
09	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
10 e 11	WEBINÁRIO: DIVERSIDADE E GÊNERO – NOVOS OLHARES PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO ROTEIRO/ * (INTÉRPRETE DE LIBRAS)
14	AULA MAGNA: LEX E JUS COM O MINISTRO EROS ROBERTO GRAUS	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO ROTEIRO/ * (INTÉRPRETE DE LIBRAS)
15	INAUGURAÇÃO DA SEDE DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO – TOADA	<b>EVENTO HÍBRIDO (FÓRUM DE SÃO LUÍS)</b>	ELABORAÇÃO DO ROTEIRO/ SERVIÇO DE GARÇOM
16	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
23	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
28	PALESTRA SOBRE SUSTENTABILIDADE	VIDEOCONFERÊNCIA	(INTÉRPRETE DE LIBRAS)
30	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE

**JULHO**

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>ONDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b> (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
06 A 08	I SEMINÁRIO ESTADUAL DE DIVERSIDADE E ANTIDISCRIMINAÇÃO (ESMAM)	VIDEOCONFERÊNCIA	INTÉRPRETE DE LIBRAS )
07	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
13	ENTREGA DA MEDALHA ANTÔNIO VELLOZO PARA DOM XAVIER GILLES	RESIDÊNCIA PAROQUIAL	PROTOCOLO DE CERIMONIAL
14	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
19	ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO -REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB)	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	PROTOCOLO DE CERIMONIAL
21	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
20 E 21	AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ESCOLHA SERVENTIAS	SALA DE SESSÕES PLENÁRIAS	FORNECIMENTO DE LANCHE E MATERIAL DE INFORMÁTICA/ SERVIÇO DE GARÇONS/
23	“ RODA DE CONVERSAS” DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER NEGRA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA	VIDEOCONFERÊNCIA	INTÉRPRETE DE LIBRAS )
29	AULA MAGNA COM O MINISTRO DO STJ, ROGÉRIO SCHIETTI	VIDEOCONFERÊNCIA	(INTÉRPRETE DE LIBRAS )
30	CERIMÔNIA DE ENTREGA DA CÓPIA DO PROCESSO DE INCÊNDIO DO NAVIO “MARIA CELESTE”	SALÃO NOBRE	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DOS SUCOS/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT

**AGOSTO**

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>ONDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b> (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
04	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
09	ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO E LANÇAMENTO DO MESTRADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO ROTEIRO/ SOLICITAÇÃO DE APOIO DA INFORMÁTICA
13	SOLENIIDADE PELOS 10 ANOS DA CEMULHER E PREMIAÇÃO MARIA FIRMINA	AMMA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DO CARDÁPIO DO COQUETEL/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT

16	CONCORRÊNCIA PÚBLICA - LICITAÇÃO	AUDITÓRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO	SERVIÇO DE GARÇOM
18	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
19	SOLENIIDADE DE POSSE DOS NOVOS DELEGATÁRIOS	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DOS SUCOS/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
20	SOLENIIDADE DE ENTREGA DA REFORMA DO FÓRUM DE MATINHA	FÓRUM DE MATINHA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DOS SUCOS/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
25	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
30	AULA MAGNA COM O DES. NEY BELLO	VIDEOCONFERÊNCIA	(INTÉRPRETE DE LIBRAS)

**SETEMBRO**

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>ONDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b> (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
01	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
02	CERIMÔNIA VIRTUAL DE ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (TJMA/ TCE/ OUTROS)	VIDEOCONFERÊNCIA	ASSESSORAMENTO
08	PROCISSÃO DOS ORIXÁS	PRAÇA PEDRO II	FORNECIMENTO DE BALÕES
10	INAUGURAÇÃO DO CEJUSP	FÓRUM DES.SARBEBY COSTA	SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
15	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
21	INAUGURAÇÃO DO MUSEU DO TJMA "DES. LAURO BERRÉDO MARTINS"	CENTRO ADMINISTRATIVO	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DO COQUETEL/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
22	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE

23	REUNIÃO DO PRESIDENTE COM OS JUÍZES DA DA COMARCA DE IMPERATRIZ/ SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	FÓRUM DE MATINHA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DOS SUCOS/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
29	PROJETO DE DIGITALIZAÇÃO LISTA ZERO	FÓRUM DA COMARCA DE IMPERATRIZ	FORNECIMENTO DE LANCHE
29	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE

**OUTUBRO**

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>ONDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b> (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
01	VISITA E ENTREGA DE DOAÇÕES	ASILO DE MENDICIDADE	CAFÉ DA MANHÃ/ CERIMONIAL
01	LANÇAMENTO DO LIVRO “ OS SINOS DA IGREJA DA MATRIZ” DO ESCRITOR NONATO REIS	FÓRUM DES.SARNEY COSTA	SERVIÇO DE GARÇOM/ APRESENTAÇÃO CULTURAL (SAXOFONISTA)
04	INSTALAÇÃO DA 2ª VARA DE INTERDIÇÃO	FÓRUM DES.SARNEY COSTA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DOS SUCOS/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
06	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
07	LIVE: “ CONSTRUINDO UM PENSAMENTO SUSTENTÁVEL”	VIDEOCONFERÊNCIA	(INTÉRPRETE DE LIBRAS )
13	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
14	LIVE: “ CONSTRUINDO UM PENSAMENTO SUSTENTÁVEL”	VIDEO CONFERÊNCIA	(INTÉRPRETE DE LIBRAS )
15	RECEPÇÃO DOS LABORATORISTAS	FÓRUM DES. SARNEY COSTA	COFFEE-BREAK
15	VISITA E ENTREGA DE DOAÇÕES	CASA SONHO DE CRIANÇA	CAFÉ DA MANHÃ/ CERIMONIAL
19	CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DO ITERACT	FÓRUM DES.SARNEY COSTA	ROTEIRO/ CERIMONIAL
20	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
21	SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO DO SALÃO DO JURI E ENTREGA DA REFORMA DO FÓRUM DE CURURUPU	FÓRUM DA COMARCA DE CURURUPU	ELABORAÇÃO DA PLACA DE INAUGURAÇÃO/ ELABORAÇÃO DE CONVITE ENVIO PELO DIGIDOC/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT

21	ENTREGA DA REFORMA DA COMARCA DE PINHEIRO	FÓRUM DA COMARCA DE PINHEIRO	ELABORAÇÃO DA PLACA DE ENTREGA
21	LANÇAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO DOS EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	FÓRUM DES. SARNEY COSTA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL
22	REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DA CENTRAL DE REGULARIZAÇÃO DE VAGAS PRISIONAIS	PLENÁRIO	SERVIÇO DE GARÇOM
22	I SIMPÓSIO SOBRE PODER JUDICIÁRIO COMO GARANTIDOR DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E INAUGURAÇÃO DA FOTO DO PRESIDENTE JUIZ ANGELO ANTONIO NA GALERIA DA AMMA	AMMA	ENVIO DE CONVITE PELO DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DO COQUETEL/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ (INTÉRPRETE DE LIBRAS)
24	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
25	HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	COMARCA DE IMPERATRIZ	APOIO LOGÍSTICO (ALIMENTAÇÃO)
25	SUSTENTABILIDADE	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT
26	SOLENIIDADE DE INSTALAÇÃO DA 3ª VARA CRIMINAL E DA CENTRAL DE MANDADOS DO FÓRUM DE TIMON	COMARCA DE TIMON	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
26	HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	COMARCA DE TIMON	APOIO LOGÍSTICO (ALIMENTAÇÃO)
26	HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	COMARCA DE ITAPECURU	APOIO LOGÍSTICO (ALIMENTAÇÃO)
26	HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	COMARCA DE SANTA INÊS	APOIO LOGÍSTICO (ALIMENTAÇÃO)
26	HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	BACABAL	APOIO LOGÍSTICO (ALIMENTAÇÃO)
26	HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	COMARCA DE SANTA INÊS	APOIO LOGÍSTICO (ALIMENTAÇÃO)
27	HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	HOTEL BLUE TREE	APOIO LOGÍSTICO (ALIMENTAÇÃO)
27	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
27	ENTREGA DE MEDALHA AO DES. JOÃO SANTANA	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	PROTOCOLO DE CERIMONIAL
27	HOMENAGEM PÓSTUMA AO DES. ARTHUR ALMADA LIMA		02 COROAS DE FLORES

**NOVEMBRO**

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>ONDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b> (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
03	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE

03	ENTREGA DA MEDALHA 40 ANOS AO DES. JAIME	RESIDÊNCIA - DES. JAIME	PROTOCOLO DE CERIMONIAL
04	CERIMÔNIA DE DESPEDIDA DA DESA. ANILDES (APOSENTADORIA)	CÂMARA CIVEL	BUQUÊ DE FLORES
06	CASAMENTO COMUNITÁRIO	VIDEOCONFERÊNCIA	APOIO LOGÍSTICO
08 A 12	ABERTURA DA INSPEÇÃO DO CNJ NO TJMA/ ASSISTÊNCIA AOS MEMBROS/ CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	CONVITE/ CAFÉ DA MANHÃ/ SCRIPT/ PROTOCOLO
08 A 12	SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO	FÓRUM DES.SARNEY COSTA E OUTROS	FORNECIMENTO DE ALMOÇO
10	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
11	LANÇAMENTO DO PROJETO “ O JUDICIÁRIO NAS ESCOLAS, COM ELES E COM ELAS, POR ELES E POR ELAS” (ORGANIZAÇÃO: VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER)	IEMA (PANAQUATIRA)	FORNECIMENTO DE COQUETEL E 01 ARRANJO DE FLORES
12	ESMAM CULTURAL	GOLDEN SHOPING	(INTÉRPRETE DE LIBRAS )/ COQUETEL
17	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
17 E 18	“ PARA ALÉM DO DIA 20 DE NOVEMBRO” - PROJETO “BLACK LIVES MATTER – VIDA NEGRAS IMPORTAM”. (ORGANIZAÇÃO: COMITÊ DA DIVERSIDADE)	FÓRUM SARNEY COTA	ALMOÇO/ LANCHE
19	CONCESSÃO DE MEDALHAS/TJMA	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ COQUETEL/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ ELABORAÇÃO DOS DIPLOMAS DOS AGRACIADOS
23	II WEBINÁRIO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA: BOAS PRÁTICAS	AMMA	COFFEE-BREAK
24	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
25 E 26	ENCOGE	HOTEL BLUE TREE	APOIO LOGÍSTICO (ESPAÇO FÍSICO/ COQUETEL E COFFEE BREAK/ DECORAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO/ SISTEMA DE SOM/ APRESENTAÇÃO CULTURAL/ SERVIÇO DE GARÇOM/ CONTRATAÇÃO DE MESTRE DE CERIMÔNIA/ COORDENADORA DE RECEPCIONISTA/ RECEPCIONISTAS)/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ INTÉRPRETE DE LIBRAS )

30	VISITA DOS ALUNOS E PROFESSORES DO CENTRO DE ENSINO LÚCIA CHAVES AO PRESIDENTE DO TJMA, PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO “BLACK LIVES MATTER”	PLENINHO	PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ FORNECIMENTO DE LANCHE
----	---	----------	--

**DEZEMBRO**

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>ONDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b> (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
01	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
01	POSSE DOS DESEMBARGADORES ELEITOS: RAIMUNDO BOGÉA E RONALDO MACIEL	SALA DA PRESIDÊNCIA	PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ENTREGA DAS MEDALHAS “BENTO MOREIRA LIMA” AO DES. BOGÉA
03	SEXTA CULTURAL	TJMA	APOIO LOGÍSTICO: SOM
06	SOLENIIDADE EM COMEMORAÇÃO AOS 10 ANOS DA DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ SCRIPT/ APOIO LOGÍSTICO: COQUETEL/ MÚSICO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ DECORAÇÃO/ MESTRE DE CERIMÔNIA E RECEPCIONISTAS)
06	SOLENIIDADE DE PREMIAÇÃO DO PROGRAMA VALORIZA MULHER	CEMULHER	PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ SCRIPT/ APOIO LOGÍSTICO: COQUETEL/ MÚSICO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ DECORAÇÃO
07	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
09	ENTREGA DA REFORMA DO FÓRUM DA COMARCA DE PASTOS BONOS	COMARCA	CONFECÇÃO DE PLACA
10	SEXTA CULTURAL	CGJ	APOIO LOGÍSTICO: SOM
13	SOLENIIDADE DE LANÇAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL - CNJ	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ APOIO LOGÍSTICO (COQUETEL/ ESPAÇO FÍSICO/ COQUETEL/ DECORAÇÃO/ ORNAMENTAÇÃO/ SISTEMA DE SOM/ SERVIÇO DE GARÇOM/ MESTRE DE MESTRE DE CERIMÔNIA E RECEPCIONISTAS
14	CAMPANHA PAPAÍ NOEL DOS CORREIOS	CRECHE FÁBRICA DOS SONHOS	FORNECIMENTO DE LANCHE
15	ORGANIZAÇÃO DA CEIA DE NATAL DO PLENO/ ENTREGA DA MEDALHA CÂNDIDO MENDES AOS DES. RONALDO MACIEL E RAIMUNDO BOGÉA	SALA DE CHÁ	DEFINIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/
16	CONFRATERNIZAÇÃO DOS TERCEIRIZADOS	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	ARRECADAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS/ ORGANIZAÇÃO DO EVENTO/ COQUETEL

16	ENTREGA DE TÍTULOS DE PROPRIEDADE DOS MORADORES DO RESIDENCIAL CAMBOA (REALIZAÇÃO DA CGJ)	FÓRUM DES. SARNEY COSTA	PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ APOIO LOGÍSTICO (ORNAMENTAÇÃO/ SISTEMA DE SOM/ SERVIÇO DE GARÇOM/ MESTRE DE CERIMÔNIA E RECEPCIONISTAS/
----	---	-------------------------	--

### **OUTRAS ATIVIDADES DO CERIMONIAL DA PRESIDÊNCIA**

Gestão, Fiscalização dos contratos das empresas: EMPRESA DECOLANDO (passagens aéreas), BEM BRASIL (Garçons e Recepcionistas) e VITÓRIA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS (alimentação e decoração), além de atestar as faturas das referidas empresas, assim como preenchimento do formulário do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado Maranhão – SIGEF, as quais são enviados à Diretoria Financeira para pagamento, assim como solicita termos aditivos e/ou repactuação dos citados contratos. Além disso, elabora termo de referência para licitação, como é o caso do processo em tramitação para a contratação de empresa

de serviços de planejamento e organização de eventos;

Inscrição e envio do link de acesso à plataforma virtual dos eventos nacional e local ao Presidente, assim como assessora-o de forma remota;

Atendimento das solicitações de Comarca de Imperatriz, no tocante aos pedidos de lanche para o Projeto de Digitalização Lista Zero;

Envio de telegramas de pêsames por falecimentos e de felicitação pela passagem de aniversários (desembargadores, juízes e autoridades);

Informa os desembargadores sobre os eventos, através de mensagens e/ou whatsapp;

Assistência aos desembargadores.

# Campanhas por outdoor



**TJMA NO COMBATE À COVID-19**

Faça uma opção pela vida

# USE MÁSCARA!

Pinheirão | RACOMEX

**CONCILIAR É LEGAL!**

JUSTIÇA 100% DIGITAL [cite.tjma.jus.br/conciliacao](http://cite.tjma.jus.br/conciliacao)

3194 9155 | 0800 707 1561 | 3198 45 58 | TJMA

Selo empresa amiga da

# JUSTIÇA

PROCEVA-SE | INFORMAÇÕES

AMIGA AMIGA AMIGA AMIGA

TJMA

**Selo prata PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE**

2020 PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE Prata

EXCELÊNCIA EM GOVERNANÇA, TRANSPARENCIA, PRODUTIVIDADE E TECNOLOGIA

TJMA

**MENOS PLÁSTICO**

1º no Brasil a eliminar a compra de copos descartáveis.

20 milhões de copos plásticos deixaram de ser consumidos.

Uso de canecas de fibra de coco e copos biodegradáveis.

JORNADA socioambiental 5 a 11 de junho de 2021

TJMA

**LGBTFOBIA NÃO É OPINIÃO. É CRIME**

1 a 3 anos de prisão

disque 100 Direitos Humanos, 180 Violência contra a mulher, 190 Polícia Militar, 80 anti-furto, delegacia também pode ser criada em grupo, 80 presencial, Delegacia de Polícia

TJMA

**ÁGUA se souber usar NÃO VAI FALTAR!**

#consumoconsciente

TJMA

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA CONFIRMA**

O TJMA está entre os tribunais mais transparentes do Brasil

93,30%

TJMA

